



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ÍNDICE DE LEIS DO ANO DE 1.969

Lei nº 4.120/69	"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a assumir obrigações perante o Banco Nacional da Habitação, em convênios ou contratos para obras de infr-estrutura, e pavimentação e dá outras providências".
Lei nº 4.121/69	"Introduz mais um parágrafo no art. 42 da Lei nº 3.962, de 12 de agosto de 1.968, e dá outras providências".
Lei nº 4.122/69	"Cria e denomina Mercado em Vila Operária".
Lei nº 4.123/69	"Cria Ginásio Municipal no "SETOR RODOVIÁRIO".
Lei nº 4.124/69	"Autoriza firmar convênio e concede isenção de tributos".
* Lei nº 4.125/69	"Autoriza a doação de uma área de terras".
Lei nº 4.126/69	"Fixa os quantitativos dos cargos das classes constantes do / Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Goiânia e dá outras providências".
Lei nº 4.127/69	"Modifica redação da Lei nº 3.972 de 3 de setembro de 1.968".
Lei nº 4.128/69	"Considera de Utilidade Pública o Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Goiás".
Lei nº 4.129/69	"Autoriza ao Chefe do Executivo Municipal a criar anexo ao Ginásio Municipal de Nova Vila".
Lei nº 4.130/69	"Considera de utilidade pública o Sanatório Espírita "BEZERRA DE MENEZES".
Lei nº 4.131/69	"Considera de utilidade pública".
Lei nº 4.132/69	"Considera de utilidade pública o Lar da Boa Vontade".
Lei nº 4.133/69	"Cria o Setor Administrativo do Serviço de Tributação da Secretaria Municipal da Fazenda".
Lei nº 4.134/69	"Autoriza a transformação de Escola Mista Municipal".
Lei nº 4.135/69	"Denomina via pública".
Lei nº 4.136/69	"Isenta de taxas e emolumentos para aprovação de plantas de / desmembramento de lotes, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), antiga Fundação das Casas Populares e dá / providências".
Lei nº 4.137/69	"Modifica a redação do art. 24º do Regulamento do Transporte / Coletivo aprovado pela Lei nº 1.624, de 31 de dezembro de .. 1.959".
Lei nº 4.138/69	Dá nova denominação à rua no Setor Oeste".
Lei nº 4.139/69	"Autoriza a Chefia do Poder Executivo a indenizar o Sr. FRANCISCO BENTO DA SILVA e dá providências".
Lei nº 4.140/69	"Autoriza a alienação de próprios municipais".
* Lei nº 4.141/69	"Autoriza a doação de uma área de terras".
Lei nº 4.142/69	"Introduz alterações na Lei nº 3, de 27 de janeiro de 1951 e dá outras providências".



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ÍNDICE DE LEIS DO ANO DE 1.969

-Cont-

Lei nº 4.143/69

Lei nº 4.144/69

Lei nº 4.145/69

Lei nº 4.146/69

Lei nº 4.147/69

Lei nº 4.148/69

Lei nº 4.149/69

Lei nº 4.150/69

Lei nº 4.151/69

Lei nº 4.152/69

Lei nº 4.153/69

Lei nº 4.154/69

Lei nº 4.155/69

Lei nº 4.156/69

Lei nº 4.157/69

Lei nº 4.158/69

Lei nº 4.159/69

Lei nº 4.160/69

Lei nº 4.161/69

Lei nº 4.162/69

Lei nº 4.163/69

Lei nº 4.164/69

Lei nº 4.165/69

Lei nº 4.166/69

Lei nº 4.167/69

Lei nº 4.168/69

Lei nº 4.169/69

Lei nº 4.170/69

Lei nº 4.171/69

"Considera de utilidade pública". com a PAVICAP e dá outras providências".
"Doa um trator TD-9, em desuso, à Prefeitura Municipal de Inhumas".

"Autoriza alienação de áreas".

"Denomina Rua".

"Isenta de taxas e emolumentos, relativos à aprovação de plantas, o Serviço Social da Indústria (SESI) e dá providências".

"Revigora vigência de lei".

"Denomina Praça".

"Autoriza firmar convênio e concede isenção de impostos e dá outras providências".

"Denomina Praça".

"Cria Ginásio Municipal".

"Considera de utilidade pública".

"Autoriza a criação de um Ginásio Municipal".

"Autoriza o Executivo Municipal a erigir um pedestal, em homenagem à Bíblia Sagrada".

"Doa área de terras ao Centro de Orientação Psicopedagógica/Poliana, para a construção de sua sede própria".

"Autoriza a doação de uma área de terras".

"Considera de utilidade pública".

"Considera de utilidade pública".

"Dá nova redação à Lei nº 4.111, de 27 de dezembro de 1.968, que cria o Departamento Municipal de Turismo e Recreação, a taxa de Turismo e dá outras providências".

"Denomina Praça".

"Autoriza a construção de praça".

"Autoriza criação de Grupo Escolar no Parque Oeste Industrial de Goiânia".

"Considera de utilidade pública a Sociedade de Criminologia e Medicina Legal de Goiás, para os fins de Direito".

"Concede título honorífico de Cidadão Goianiense".

"Considera de utilidade pública o Campinas Esporte Clube".

"Autoriza a doação de uma área de terras lote - à ESCOLA ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES".

"Cria Ginásio Municipal no Setor Universitário".

"Autoriza a criação de um curso noturno de Alfabetização, no Grupo Escolar da Vila União".

"Concede título de cidadania e dá outras providências".

"Autoriza conceder auxílio à Federação Goiana de Desportos Universitário e dá outras providências".



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ÍNDICE DE LEIS DO ANO DE 1.969

-Cont.-

Lei nº 4.172/69	"Introduz multa nos débitos para com a PAVICAP e dá outras providências".
Lei nº 4.173/69	"Dispõe sobre denominação de Avenida e dá outras providências".
Lei nº 4.174/69	"Autoriza a criação de uma lavanderia pública na Vila Fama".
Lei nº 4.175/69	"Cria Curso Noturno".
Lei nº 4.176/69	"Autoriza expropriação e indenização".
Lei nº 4.177/69	"Concede ao Dr. Perseu Matias, o título de "CIDADÃO BENEMÉRITO DE GOIÂNIA".
Lei nº 4.178/69	"Cria a Superintendência do Parque Mutirama e dá outras providências".
Lei nº 4.179/69	"Denomina praça e dá outras providências".
Lei nº 4.180/69	"Estatuto dos Funcionários públicos civis do Município de Goiânia".
Lei nº 4.181/69	"Autoriza a Prefeitura Municipal a firmar convênio com a Universidade Federal de Goiás, Especifica e dá outras providências".
Lei nº 4.182/69	"Prorroga, por 30 (trinta) dias, o início da Cobrança da multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre a taxa de asfalto, em atraso".
Lei nº 4.183/69	"Concede título Honorífico de Cidadão Goianiense".
Lei nº 4.184/69	"Autoriza abertura de concorrência pública para exploração dos Serviços Funerários desta Capital e dá outras providências".
Lei nº 4.185/69	"Aumenta pensões concedidas às famílias de ex-servidores e autoriza a abertura de crédito".
Lei nº 4.186/69	"Autoriza a Chefia do Poder Executivo a indenizar o Sr. Antônio Fernandes Figueiredo e dá outras providências".
Lei nº 4.187/69	"Cria a Superintendência do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - "SUPERPLAN".
Lei nº 4.188/69	"Cria o Museu de Arte de Goiânia e dá outras providências".
Lei nº 4.189/69	".....2.
Lei nº 4.190/69	".....".
Lei nº 4.191/69	".....",
Lei nº 4.192/69	"Considera de utilidade pública a Sociedade Goiana de Cultura".
Lei nº 4.193/69	"Modifica denominação de praça".
Lei nº 4.194/69	"Autoriza a criação de uma quadra de esportes".
Lei nº 4.195/69	"Autoriza a Construção de um grupo Escolar e dá outras providências".
Lei nº 4.196/69	"Isenta do pagamento de taxa de licença referente à aprovação de planta a Igreja Presbiteriana de Vila Operária e Esportiva".



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ÍNDICE DE LEIS DO ANO DE 1.969

-Cont.-

Lei nº 4.197/69	"Concede auxílio e isenta de impostos a agremiação Goiana de Teatro (A.G.T.) e dá providências".
Lei nº 4.198/69	"Modifica o art. 2º da Lei nº 4.178, de 14 de agosto de 1.969, que cria a SUPERINTENDÊNCIA DO PARQUE MUTIRAMA e dá outras providências".
Lei nº 4.199/69	"Autoriza a Chefia do Poder Executivo a indenizar o Sr. Augusto Souza Vitorino e dá providências".
+ Lei nº 4.200/69	"Autoriza o Poder Executivo a doar área de terras à Escola José de Alencar e ao pagamento de indenização".
Lei nº 4.201/69	"Considera de utilidade pública para efeito de desapropriação, área de terra e específica".
+ Lei nº 4.202/69	"Autoriza doação de área e dá outras providências".
Lei nº 4.203/69	"Concede benefícios aos Ex-combatentes da Força Aérea Brasileira, Marinha de Guerra e Marinha Mercante".
Lei nº 4.204/69	"Considera de utilidade pública".
Lei nº 4.205/69	"Declara de utilidade pública a Associação Religiosa".
Lei nº 4.206/69	"Revoga a Lei nº 3.718, de 15 de setembro de 1.967".
Lei nº 4.207/69	"Modifica a redação do Art. 3º, da Lei nº 3.385, de 10 de março de 1.966".
Lei nº 4.208/69	"Considera de utilidade pública".
Lei nº 4.209/69	"Considera de utilidade pública a "Casa dos Meninos de Santa Luzia".
+ Lei nº 4.210/69	"Faz doação de uma área de terras à Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria".
Lei nº 4.211/69	"Considera de utilidade pública a APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais".
Lei nº 4.212/69	"Denomina grupo escolar".
+ Lei nº 4.213/69	"Autoriza a doação de uma área de terras, ao Lar Evangélico/das Crianças".
+ Lei nº 4.214/69	"Autoriza a doação de uma área de terras à Escola Teatro e / Templo Maçônico Instituto Teosófico Brasileiro".
+ Lei nº 4.215/69	"Autoriza a doação de uma área de terras, ao Sanatório Bezerra de Menezes".
+ Lei nº 4.216/69	"Autoriza a doação de uma área de terras à P.A.E. - Posto de Auxílio Espírita".
Lei nº 4.217/69	"Denomina "Ruy Brasil Cavalcante", a praça existente na rua/16-A, entre as ruas 9-A e 29-A, no Setor Aeroporto, nesta Capital".
Lei nº 4.218/69	Autoriza a criação de Curso Noturno".
Lei nº 4.219/69	"Concede o título de cidadão goianiense".
Lei nº 4.220/69	"Institui o Dia dos Feirantes".



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ÍNDICE DE LEIS DO ANO DE 1.969

-Cont.-

Lei nº 4.221/69	"Concede pensão".
Lei nº 4.222/69	"Cria Escola Municipal Jardim Presidente".
Lei nº 4.223/69	"Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio e dá outras providências".
Lei nº 4.224/69	"Concede o título de Cidadão Goianiense".
Lei nº 4.225/69	"Transfere patrimônio à Superintendência do Parque MUTIRAMA - Centro de Educação, Recreação e Diversões, e dá providências".
Lei nº 4.226/69	"Modifica a Lei nº 4.187, de 25 de agosto de 1969 e dá providências".
Lei nº 4.227/69	"Cria Cargos e dá providências".
Lei nº 4.228/69	"Abre crédito no corrente exercício na importância de NC\$... 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos) para fazer face às despesas iniciais da Superintendência do Parque Mutirama - Centro de Educação, Recreação e Diversões e especifica".
Lei nº 4.229/69	"Vincula a Superintendência do Parque Mutirama - Centro de Educação, Recreação e Diversões, à Secretaria do Gabinete do Prefeito e dá providências".
Lei nº 4.230/69	"Dispõe sobre o perdão de multas, correção monetária e dá providências".
Lei nº 4.231/69	"Modifica o item I, do art. 4º da Lei de nº 4.062, de 27 de novembro de 1.968 (aprova o orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 1.969)".
Lei nº 4.232/69	"Concede isenção do pagamento de multas e juros moratórios / incidentes sobre as taxas de asfalto e dá providências".
Lei nº 4.233/69	"Modifica a redação do Parágrafo Único do Art. 11º da Lei nº 3.793, de 18 de dezembro de 1.967".
Lei nº 4.234/69	"Autoriza o Poder Executivo Municipal a construir um Grupo/Escolar".
Lei nº 4.235/69	"Considera de utilidade pública o INSTITUTO PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO".
Lei nº 4.236/69	"Dispõe sobre destino de arrecadação integrante do Fundo de Manutenção do Mutirama e dá providências".
Lei nº 4.237/69	"Orça a receita e fixa a despesa do Município de Goiânia para o exercício de 1970".
Lei nº 4.238/69	"Concede o título de Cidadão Goianiense".
Lei nº 4.239/69	"Modifica denominação de ruas".
Lei nº 4.240/69	"Proíbe a participação dos servidores municipais no produto/da arrecadação da receita do Município e dá outras providências".
Lei nº 4.241/69	"Concede prêmio anual a Aspirante a Oficial do Núcleo de Preparação de Oficiais de Reserva".



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ÍNDICE DE LEIS DO ANO DE 1.969

-Cont.-

Lei nº 4.242/69	"Concede o título honorífico de cidadão goianiense".
Lei nº 4.243/69	"Concede título de cidadão Goianiense".
Lei nº 4.244/69	"Modifica Lei nº 3.751, de 19/10/67".
Lei nº 4.245/69 ✓	"Denomina Vila Canaã".
Lei nº 4.246/69	"Considera de utilidade pública a Associação dos Agentes da/ Loteria do Estado de Goiás".
Lei nº 4.247/69 ✓	"Modifica denominação de rua".
Lei nº 4.248/69	"Autoriza a construção de um Mercado, no Setor Rodoviário (DERGO), nesta Capital, e dá outras providências".
Lei nº 4.249/69	"Autoriza doação à Centrais Elétricas de Goiás S/A (CELG) de materiais e rede de alta tensão".
Lei nº 4.250/69 ✓	"Modifica denominação de rua".
Lei nº 4.251/69	"Autoriza alienação de material considerado inservível".
Lei nº 4.252/69	"Dispõe sobre aquisição de máquinas e equipamentos de terra- planagem e dá outras providências".
Lei nº 4.253/69	"Autoriza alienação de material considerado inservível".
Lei nº 4.254/69	"Dispõe sobre a transformação de co letorias municipais e dá outras providências".
✗ Lei nº 4.255/69	"Autoriza a doação de uma área de terras".
Lei nº 4.256/69 ✓	"Denomina Avenida".
Lei nº 4.257/69	"Revoga a Lei nº 4.172, de 27 de junho de 1.969".
Lei nº 4.258/69 ✓	"Dá-se nova denominação a via pública".
Lei nº 4.259/69	"Concede título de Cidadão Goianiense".
Lei nº 4.260/69	"Considera de utilidade pública".
Lei nº 4.261/69	"Autoriza desapropriação".
✗ Lei nº 4.262/69	"Autoriza a doação de uma área de terras ao Sanatório Bezerra de Menezes".
Lei nº 4.263/69	"Concede título honorífico de Cidadão Goianiense".
Lei nº 4.264/69	"Concede título de Cidadão Goianiense".
Lei nº 4.265/69	"Transforma em comercial a 4ª Avenida, no Bairro de Vila Nova, nesta Capital".
Lei nº 4.266/69	"Transforma em comercial as ruas C-1, C-118 e C-210, no Jardim América, nesta Capital".
Lei nº 4.267/69	"Isenta do pagamento de taxas e emolumentos o Centro Espírita de Ismael de Goiânia, para fins de construção".
Lei nº 4.268/69	"Revoga as Leis nºs. 3.054, de 14 de maio de 1.965, e 3.125, de 30 de julho de 1.965".
Lei nº 4.269/69 FORM-G - 001	"Dispõe sobre a aquisição de tratores e dá outras providências".
Lei nº 4.270/69	"Faz autorização".
Lei nº 4.271/69	"Autoriza alienação e dá outras providências".



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ÍNDICE DE LEIS DO ANO DE 1.969

-Cont.-

- Lei nº 4.272/69 "Dispõe sobre a nova estrutura do sistema administrativo da Prefeitura Municipal de Goiânia".
- Lei nº 4.273/69 "Autoriza o Executivo Municipal a retificar e a ratificar os contratos, ajustes, acôrdos e convênios com o B.N.H.". Habita
- Lei nº 4.274/69 "Concede benefício a Produtores Cinematográficos". Habita
- Lei nº 4.275/69 "Dispõe sobre denominação de via pública".
- Lei nº 4.276/69 "Concede título de cidadão Goianiense".
- Lei nº 4.277/69 "Denomina Praça".
- Lei nº 4.278/69 "Dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos, relativos ao Triênio 1.970 a 1.972, nos termos da Legislação Federal em vigor".
- Art. 2º - Fica, ainda, autorizado o Poder Executivo a assinar os referidos convênios ou contratos, estipulando-se condições, quais sejam as referentes a prazos, juros, garantias, bem como as competentes avais.
- Art. 3º - Fica, também, autorizada a Chefia do Poder Executivo a conferir ao Banco Nacional de Habitação, nos convênios ou contratos de que fala o artigo primeiro, poderes para junto ao Governo da União, levantar a receita constitutiva do Fundo de Participação dos Municípios a que se refere o art. 26 da Constituição Federal e arts. 86, 91 e 94 da Lei Federal de nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que cubra ao Município de Goiânia até o limite dos seus recursos decorrentes de empréstimos concedidos pelo referido Banco nas cláusulas dos convênios ou contratos, nas formas estabelecidas de amortização fixadas entre as partes.
- Art. 4º - Além da garantia estipulada pelo art. 3º anterior, o Poder Executivo poderá conferir ao Banco Nacional de Habitação poderes para levantar, junto ao governo do Estado de Goiás, as inscrições relativas à quota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (I.C.M.) que lhe forem creditadas em bancos oficiais, até o limite do débito contraído, podendo fazê-lo parceladamente.
- Art. 5º - E, ainda, autorizado o Poder Executivo a aplicar os recursos obtidos, através dos convênios ou contratos assinados, em obras executadas ou sob a supervisão direta da Superintendência da Pavimentação e Obras da Capital (PAVICAP) e da Companhia de Habitação Popular de Goiás (COHAB-GO).
- Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua sanção, revogadas as disposições em contrário.

-Segue-

original



GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.120, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1.969.

PUBLICADO

Dom. 26/3/69. Nº 102 FL. 1

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a assumir obrigações perante o Banco Nacional da Habitação, em convênios ou contratos para obras de infra-estrutura, e pavimentação e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos, através de convênios ou contratos com o Banco Nacional da Habitação, para execução de serviços de infra-estrutura e pavimentação nos núcleos residenciais construídos com recursos do mencionado BANCO.

Art. 2º - Fica, ainda, autorizado o Poder Executivo a assinar os referidos convênios ou contratos, estipulando-se condições, quais sejam às referentes a prazos, juros, garantias, bem como os competentes avais.

Art. 3º - Fica, também, autorizada a Chefia do Poder Executivo a conferir ao Banco Nacional de Habitação, nos convênios ou contratos de que fala o artigo primeiro, poderes para junto ao Governo da União, levantar a receita constitutiva do Fundo de Participação dos Municípios a que se refere o art. 26 da Constituição Federal e arts. 86, 91 e 94 da Lei Federal de nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que couber ao Município de Goiânia até o limite dos seus débitos decorrentes de empréstimos concedidos pelo referido Banco nas cláusulas dos convênios ou contratos, nas formas estabelecidas de amortização fixadas entre as partes.

Art. 4º - Além da garantia estipulada pelo art. anterior, o Poder Executivo poderá conferir ao Banco Nacional da Habitação poderes para levantar, junto governo do Estado de Goiás, as importâncias relativas à quota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (I.C.M.) que lhe forem creditadas em bancos oficiais, até o limite do débito contraído, podendo fazê-lo parceladamente.

Art. 5º - E, ainda, autorizado o Poder Executivo a aplicar os recursos obtidos, através dos convênios ou contratos assinados, em obras executadas ou sob a supervisão direta da Superintendência da Pavimentação e Obras da Capital (PAVICAP) e da Companhia de Habitação Popular de Goiás (COHAB-GO).

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua sanção, revogadas as disposições em contrário.

-Segue-



GABINETE DO PREFEITO

(Continuação):

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
(07) sete dias do mês de fevereiro de hum mil novecentos e sessenta
e nove (1.969).

Iris Rezende Machado
IRIS REZENDE MACHADO
Prefeito Municipal

Ovídio Antônio de Angelis
Ovídio Antônio de Angelis

Sebastião Arantes
Sebastião Arantes

Elina de Campos
Elina de Campos

Juarez Magalhães de Almeida
Juarez Magalhães de Almeida

Jsf/IRM.



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.121, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1.969.

LEI Nº 4.122, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1969 "INTRODUZ MAIS UM PARÁGRAFO NO ARTIGO 42 DA LEI Nº 3.962, DE 12 DE AGOSTO DE 1.968, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

"Esta a denominação Operária".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA AGRESCENTADO AO ARTIGO 42, DA LEI Nº 3.962, DE 12 DE AGOSTO DE 1.968, O SEGUINTE PARÁGRAFO:

VISTADO-MANTIDO " § 4º - SERÁ IGUALMENTE ENQUADRADO, COM A VANTAGEM DO ARTIGO 177, PARÁGRAFO 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O SERVIDOR QUE, PRESTANDO SERVIÇO TÉCNICO-CIENTÍFICO, NOS TERMOS DA LEI Nº 3.962, DE 12 DE AGOSTO DE 1968, CONTASSE MAIS DE CINCO(5) ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO, À DATA DA PROMULGAÇÃO DAQUELA CONSTITUIÇÃO, QUALQUER QUE SEJA A DATA DA ADMISSÃO, POR QUALQUER TÍTULO, NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL".

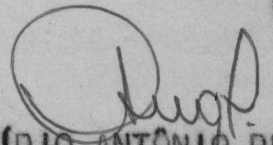
Goiânia, 27 de janeiro de 1969. ART. 2º - O SERVIDOR QUE PREENCHER / OS REQUISITOS CONSTANTES DESTA LEI DEVERÁ REQUERER O ENQUADRAMENTO NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, A PARTIR DE SUA VIGÊNCIA.

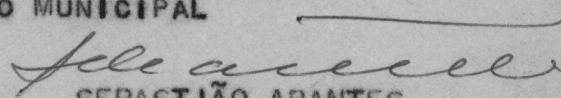
ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

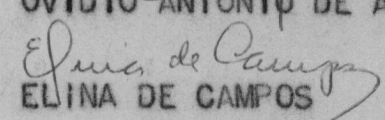
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS VINTE E HUM (21) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1969).

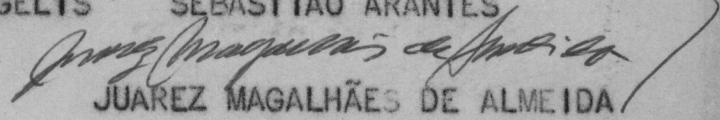

IRIZ REZENDE MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL


OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS


SEBASTIÃO ARANTES


ELINA DE CAMPOS


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

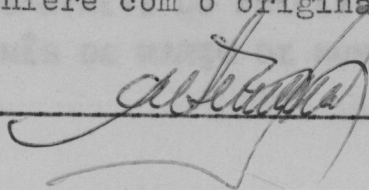
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.122, DE 3 DE MARÇO DE 1.969

"Cria e denomina Mercado em Vila Operária".

VETADO-MANTIDO

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original




MAYOR
-PREFEITO MUNICIPAL-



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.123, DE 3 DE MARÇO DE 1.969,

"**CRIA GINÁSIO MUNICIPAL NO**

"Autoriza o Prefeito Municipal a conceder

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO

A SEGUINTE LEI:

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
ART. 1º - FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A CRIAR O GINÁSIO MUNICIPAL DO SETOR RODOVIÁRIO, NESTA CAPITAL.

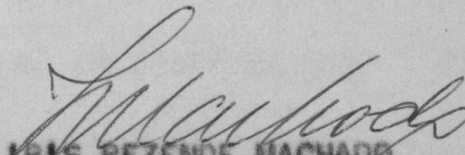
Art. 1º - FICA o Chefe do Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o INSTITUTO SÃO TOMAZ DE AQUINO, entidade educacional, com sede na Rua 55, nº 64, Bairro Popular, desta capital, relativas ao funcionamento de trinta e cinco (35) bolsas de estudos destinadas a estudantes pobres.

ART. 2º - AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESENTE LEI, SERÃO DEVIDAMENTE ACOBERTADAS, PELA NECESSÁRIA ABERTURA DE CRÉDITO, A CRITÉRIO DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

Art. 2º - A título de compensação, fica concedida isenção dos tributos devidos pelo Educandário referido no artigo anterior.

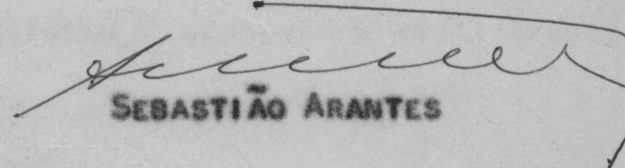
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS (05) CINCO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE ... (1.969).

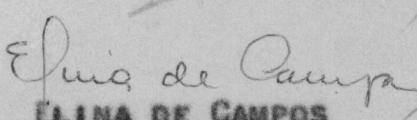

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

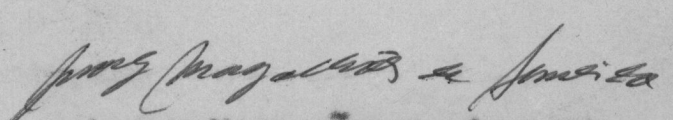
Goiânia, 24 de janeiro de 1.970

confere com original


OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS


SEBASTIÃO ARANTES


ELINA DE CAMPOS
FORM-0 - 001


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA.

JSF/IRM



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.124, DE 3 DE MARÇO DE 1.969

"Autoriza firmar convênio e concede
isenção de tributos".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN/
CIONO A SEGUINTE LEI:-

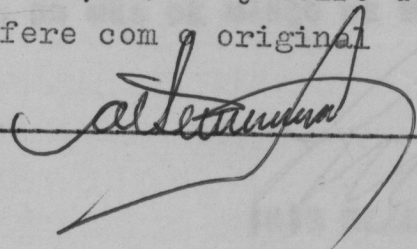
Art. 1º - FICA o Chefe do Executivo Municipal
autorizado a firmar convênio com o INSTITUTO SÃO TOMAZ DE
AQUINO, entidade educacional, com sede na Rua 55, nº 64, 'Bairro Popular, desta capital, relativo ao fornecimento anual de trinta e cinco (35) bolsas de estudos destinadas a estudantes pobres.

Parágrafo único - As bolsas serão distribuídas pela Secretaria de Educação da Prefeitura.

Art. 2º - A título de compensação, fica concedida isenção dos tributos devidos pelo Educandário referido no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Goiânia, 24 de janeiro de 1.970
confere com o original





PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4 125, DE 4 DE MARÇO DE 1969.

"AUTORIZA A DOAÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRAS"
"FIXA OS QUANTITATIVOS DOS CARGOS DAS

PUBLICADO

Dom. 26

CNO A SEQUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, DOADA UMA ÁREA DE TERRAS AO CENTRO ESPÍRITA PAI JOAQUIM, CONSIDERADO DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI Nº 4 089, DE 16/12/68, PARA A CONSTRUÇÃO DE SUA SEDE PRÓPRIA, ESCOLA E PARQUE INFANTIL, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:

ÁREA - 1HA. 62A. 71,95CA. (UM HECTARE, SESENTA E DOIS ARES, SETENTA E UM CENTIARES E NOVENTA E CINCO CENTÊSIMOS DE CENTIARES).

LIMITES E CONFRONTAÇÕES: 1) - COM A AVENIDA PAMPULHA, PELA RETA DE 204,19 E, 2) - A RUA MACAPÁ, PELAS RETAS DE 120,90M., 82,57M. E 137,31M.

CONFRONTO: ESQUINA DA AV. PAMPULHA COM A RUA MACAPÁ - 3,75 E 6,23M; ESQUINA DA RUA MACAPÁ COM A MESMA - 6,68M.

ART. 2º - FICA CONCEDIDO O PRAZO DE 5 (CINCO) ANOS PARA O INÍCIO DAS CONSTRUÇÕES, SENDO QUE O NÃO CUMPRIMENTO DESTA OBRIGAÇÃO, IMPORTARÁ EM REVERSÃO, AO PODER PÚBLICO, DA ÁREA, OBJETO DA PRESENTE DOAÇÃO.

ART. 3º - NO TERMO DE DOAÇÃO, CONSTARÁ A INALIENABILIDADE DA ÁREA DOADA.

ART. 4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 5º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS 17 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1969.)

Marcelo

PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.126, DE 13 DE MARÇO DE 1969.

PUBLICADO

Dom. 26/3/69. Nº 162 Fl. 2

"FIXA OS QUANTITATIVOS DOS CARGOS DAS
CLASSES CONSTANTES DO QUADRO DE PES-
SOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
GOIÂNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - Os QUANTITATIVOS DOS CARGOS DAS CLASSES CONS-
TANTES DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA CRIADO
PELA LEI Nº 3.962, DE 12 DE AGOSTO DE 1.968, PASSAM A SER OS SEGUINTE:

SERVIÇO:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	QUANTITATIVOS
	ALMOXARIFE	5
	ARQUIVISTA	9
	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	18
	ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	20
	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO ; ; ;	30
	AUXILIAR DE COLETORIA	25
	AUXILIAR DE CONTABILISTA	12
SERVIÇO:	AUXILIAR DE TESOUREIRO	5
	CADASTRADOR	15
	CONFERENTE	20
	CONTABILISTA	10
	ENCARREGADO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS.....	15
	ESCRITURÁRIO-DATILÓGRAFO	80
	EXATOR.....	23
	FISCAL DE DIVERSÕES PÚBLICAS.....	20
EXTINTOS	FISCAL LANÇADOR.....	26
	FISCAL DE OBRAS.....	30
	FISCAL DE POSTURAS.....	30
	FISCAL DE RENDAS.....	30
	FISCAL DE TRÂNSITO.....	20
	MECANÓGRAFO.....	16
	SERVENTE DE ALMOXARIFADO.....	10
	TÉCNICO EM MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO.....	1
	TESOUREIRO.....	5
	VIGIA MUNICIPAL.....	27
	ZELADOR.....	130

(SEQUE).



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
GABINETE DO PREFEITO

SERVIÇO: TÉCNICO PROFISSIONAL

QUANTITATIVOS :

AGRIMENSOR.....	5
AUXILIAR DE ENGENHEIRO.....	5
AUXILIAR DE FARMÁCIA.....	3
DESENHISTA.....	8
TELEFONISTA.....	4

SERVIÇO: EDUCAÇÃO E CULTURA

AUXILIAR DE BIBLIOTECA.....	13
AUXILIAR DE ENSINO.....	23
ESPECIALISTA EM RECURSOS AUDIOVISUAIS..	1
MERENDEIRA.....	80
PROFESSOR DE ARTE CULINÁRIA E ECONOMIA DOMÉSTICA.....	10
ORIENTADOR EDUCACIONAL E ALIMENTAR...	2
ORIENTADOR PEDAGÓGICO.....	20
PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO.....	14
PROFESSOR DE ENSINO PRIMÁRIO.....	360
PROFESSOR DE TRABALHOS MANUAIS.....	40
REGENTE DE ENSINO MÉDIO.....	20
SUPERVISOR DE TRABALHOS MANUAIS.....	2

SERVIÇO: TÉCNICO CIENTÍFICO

BIBLIOTECÁRIO.....	1
FARMACEUTICO.....	2
CIRURGIÃO-DENTISTA.....	3
CONSULTOR JURÍDICO.....	7
CONTADOR.....	1
ENGENHEIRO.....	4
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO.....	2

EXTINTOS QUANDO VAGAREM

AVALIADOR OFICIAL.....	1
ENCANADOR.....	1
JARDINEIRO.....	1
MECÂNICO.....	1
PROFESSOR PRIMÁRIO.....	79
MÉDICO.....	1
VETERINÁRIO.....	1
TOPOGRAFO.....	5
FISCAL ARRECADADOR.....	14
EMPLACADOR.....	10

(SEGUE).



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

ART. 2º - FICAM CRIADOS DOIS (2) CARGOS DE TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, CINCO (5) DE AUXILIAR DE ENGENHEIRO E DEZ (10) DE PROFESSOR ARTE CULINÁRIA E ECONOMIA DOMÉSTICA, QUE PASSARÃO A INTEGRAR, ONDE COUBER, O QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 3.962, DE 12 DE AGOSTO DE 1.968.

PARÁGRAFO ÚNICO - AS ESPECIFICAÇÕES DA CLASSE ORA CRIADA SÃO AS CONSTANTES, RESPECTIVAMENTE, DOS ANEXOS I, II E III DESTA LEI:

ART. 3º - PASSA A INTEGRAR O ANEXO XI - CARGOS EXTINTOS QUANDO VAGAREM - DA LEI Nº 3.962, DE 12 DE AGOSTO DE 1968, A CLASSE DE EMPLACADOR AG.3.0.3-P, CONSTANTE DO ANEXO I DA MESMA LEI.

PARÁGRAFO ÚNICO - EM CONSEQUÊNCIA DA PRESENTE TRANSFORMAÇÃO, A CLASSE DE EMPLACADOR PASSA A VIGORAR APENAS COM A DENOMINAÇÃO, QUANTITATIVO E NÍVEL, PERDENDO SUAS DEMAIS CARACTERÍSTICAS.

ART. 4º - FICAM CRIADOS, INTEGRANDO O ANEXO V DA LEI Nº 3.962, DE 12 DE AGOSTO DE 1.968 UM (1) CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E RECREAÇÃO, SÍMBOLO C-2; MAIS UM CARGO DE CHEFE DE GABINETE, SÍMBOLO C-2; E MAIS DOIS (2) CARGOS DE OFICIAL DE GABINETE, SÍMBOLO C-3.

ART. 5º - OS REQUISITOS PARA PROVIMENTO DA CLASSE DE FISCAL DE RENDAS, AG.4.0.5-F, PREVISTOS NO ANEXO II, DA LEI Nº 3.962, DE 12 DE AGOSTO DE 1.968, PASSAM A SER OS SEGUINTE. INSTRUÇÃO: CORRESPONDENTE AO GRAU MÉDIO, PRIMEIRO CICLO COMPLETO; CONHECIMENTOS DE CONTABILIDADE E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. EXPERIÊNCIA: - DOIS ANOS NA CLASSE DE FISCAL ARRECADADOR, QUANDO O PROVIMENTO DEVA PROCESSAR - SE POR ACESSO.

PARÁGRAFO ÚNICO - V E T A D O.

ART. 6º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, RETROAGINDO OS SEUS EFEITOS A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO DE 1.969.

ART. 7º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO

CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS VINTE E CINCO (25) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE.. (1.969).

INSTRUÇÃO: Diploma de conclusão

do Curso Superior de Administração

fornecido pela Escola Brasileira

Administração Pública ou

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

Ovidio Antonio de Angelis
Elina de Campos
trabalho em geral.

SEBASTIÃO ARANTES

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA.

ANEXO I

E S P E C I F I C A Ç Ã O D E C L A S S E	
<u>S E R V I Ç O</u> : Técnico-Científico <u>GRUPO OCUPACIONAL</u> : Administração <u>SÉRIE DE CLASSES</u> : Classe Única <u>C L A S S E</u> : TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	<u>C Ó D I G O</u> TC.6.0.1-R
<u>SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES</u> Proceder a estudos, pesquisas e análises e elaborar planos e programas técnico-administrativos para o Município.	
<u>TAREFAS TÍPICAS</u> Elaborar planos e projetos administrativos; realizar pesquisas administrativas; emitir pareceres em projetos-de-lei, quando disserem respeito a assuntos administrativos; elaborar projetos-de-lei, regulamentos, regimentos e manuais de serviço; elaborar indicadores da estrutura organizacional do Município; levantar, analisar e projetar fluxos de trabalho; planejar e orientar a implantação de unidades administrativas ou de produção; levantar, analisar e controlar custos da produção Administrativa; oferecer sugestões para a diminuição do custo de produção do trabalho administrativo; assessorar chefias de nível superior; executar tarefas compatíveis com as atribuições da classe.	
<u>REQUISITOS PARA PROVIMENTO</u> <u>INSTRUÇÃO</u> : Diploma de conclusão do Curso Superior de Administração fornecido pela Escola Brasileira de Administração Pública ou escola congênera.	<u>CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO</u> -o-
<u>ÁREA DE RECRUTAMENTO</u> Mercado de trabalho em geral.	<u>PERSPECTIVAS DE ASCENSÃO</u> -o-

ANEXO II

E S P E C I F I C A Ç Ã O D E C L A S S E	
<u>S E R V I Ç O</u> : Técnico-Profissional <u>GRUPO OCUPACIONAL</u> : Engenharia (Auxiliar) <u>SÉRIE DE CLASSES</u> : Classe Única <u>C L A S S E</u> : AUXILIAR DE ENGENHEIRO	<u>C Ó D I G O</u> TP.2.0.3-A
<u>SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES</u> Exercer as funções de auxiliar de engenheiro na Prefeitura	
<u>TAREFAS TÍPICAS</u> Conduzir os trabalhos de edificações, projetados e dirigidos pelos Engenheiros da Prefeitura; projetar e dirigir, mediante prévia autorização do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, trabalhos de edificações que não exijam, pela sua natureza, a responsabilidade de profissional legalmente habilitado; exercer outras tarefas compatíveis com as atribuições da classe.	
<u>REQUISITOS PARA PROVIMENTO</u> <u>INSTRUÇÃO</u> : Curso de Técnico de Edificações, de Grau Médio.	<u>CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO</u> - o -
<u>ÁREA DE RECRUTAMENTO</u> Mercado de trabalho em geral	<u>PERSPECTIVAS DE ASCENSÃO</u> - o -

E S P E C I F I C A Ç Ã O D E C L A S S E	
<u>S E R V I Ç O</u> : Educação e Cultura <u>GRUPO OCUPACIONAL</u> : Arte Culinária e Economia Doméstica <u>SÉRIE DE CLASSES</u> : Classe Única <u>C L A S S E</u> : PROFESSOR DE ARTE CULINÁRIA E ECONOMIA DOMÉSTICA	<u>C Ó D I G O</u> EC.7.0.1-N
<u>SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES</u> Ministrar aulas de arte culinária e economia doméstica em geral	
<u>TAREFAS TÍPICAS</u> Ministrar aulas de arte culinária; ensinar a confecção de doces e salgados; ensinar a confeitar bolos; dar aos alunos orientação sobre economia doméstica; executar outras tarefas compatíveis com as atribuições da classe.	
<u>REQUISITOS PARA PROVIMENTO</u> INSTRUÇÃO: Curso primário completo. Conhecimentos básicos de arte culinária, confecção de bolos e economia doméstica.	<u>CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO</u> -oo-
<u>ÁREA DE RECRUTAMENTO</u> Mercado de trabalho em geral	<u>PERSPECTIVAS DE ASCENSÃO</u> -oo-



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.127 DE 13 DE MARÇO DE 1.969

"Modifica redação da Lei nº 3.972, de
3 de setembro de 1.968".

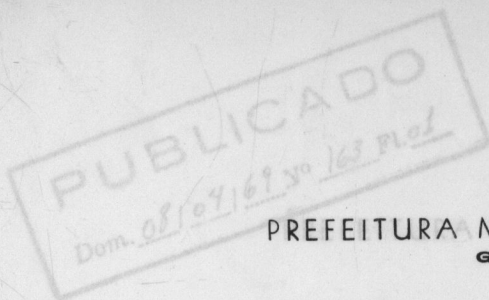
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN/
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica autorizada a Chefia do Poder Exe-
cutivo a doar, à ESCOLA ESPÍRITA "LUZ E VIDA", Institui-
ção Filosófica e de Assistência Social, sediada nesta Ca-
pital, à Avenida Contorno, nº 65, área de terra localiza-
da à rua MERENDIBA, com RUA JARATIÁ, RUA DA PECUÁRIA e RUA
CAPISTABOS, com área de 2.550,00 metros quadrados, no Se-
tor Santa Genoveva, nesta cidade, destinada à construção /
de um Sanatório Psiquiatra.

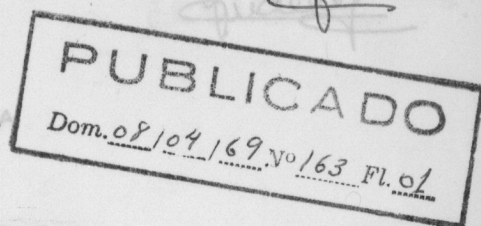
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de /
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito



LEI Nº 4.128, DE 13 DE MARÇO DE 1.969.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O
SINDICATO DOS CORRETORES DE IMÓ-
VEIS DO ESTADO DE GOIÁS".

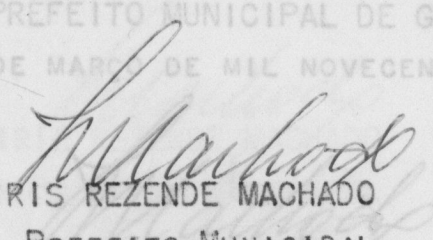
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:-

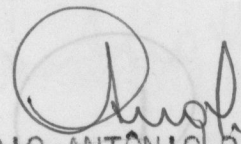
ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERADO DE
UTILIDADE PÚBLICA O SINDICATO DOS CORRETORES DE IMÓVEIS DO ES-
TADO DE GOIÁS.

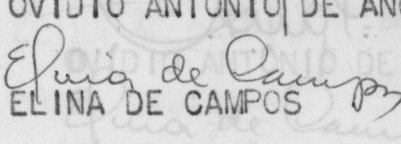
ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE
SUA PUBLICAÇÃO.

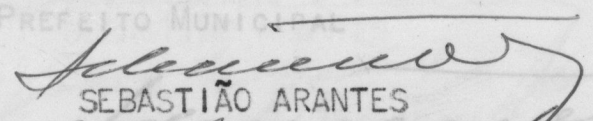
ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.
SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS
VINTE (20) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E
NOVE (1969).
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS
VINTE (20) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SESSEN-
TA E NOVE (1.969).

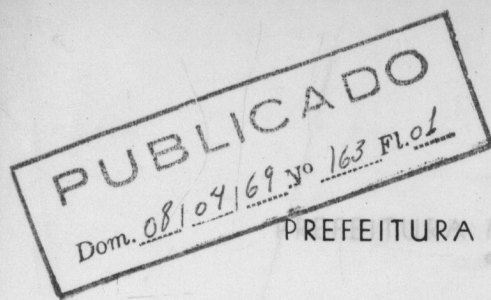

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVIDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS


ELINA DE CAMPOS


SEBASTIÃO ARANTES


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



Handwritten signature

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.129, DE 13 DE MARÇO DE 1.969.

"CONSIDERANDO QUE O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR ANEXO AO GINÁSIO MUNICIPAL DE NOVA VILA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, AUTORIZADO O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR UM ANEXO DO GINÁSIO MUNICIPAL EM NOVA VILA, NESTA CAPITAL.

ART. 2º - FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A PROCEDER AS NECESSÁRIAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, PARA OCORRER ÀS DESPESAS DECORRENTES DO CUMPRIMENTO DA PRESENTE LEI.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

VINTE (20) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1969) -
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS VINTE (20) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

Handwritten signature of Iris Rezende Machado
IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

Handwritten signature of Ovídio Antônio de Angelis
OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS
Handwritten signature of Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Handwritten signature of Sebastião Arantes
SEBASTIÃO ARANTES
Handwritten signature of Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.130, DE 13 DE MARÇO DE 1.969.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA
O SANATÓRIO ESPÍRITA "BEZERRA"
DE MENEZES".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERADO DE UTILIDADE PÚBLICA O SANATÓRIO ESPÍRITA "BEZERRA DE MENEZES", COM SÉDE NO SETOR PARQUE OESTE INDUSTRIAL, NESTA CAPITAL.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS VINTE (20) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1969).

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

OVIDIO ANTONIO DE ANGELIS
ELINA DE CAMPOS

SEBASTIÃO ARANTES

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.131, DE 19 DE MARÇO DE 1969.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO-
NO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERADA DE
UTILIDADE PÚBLICA, A ESCOLA DE CORTE E COSTURA "FRANCISCO SOUZA
MELO", COM SÉDE À RUA "C" Nº 181, NO BAIRRO NOVA SUIÇA, NESTA CA
PITAL.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE
SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS VIN
TE E SEIS (26) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA
E NOVE (1969).

IRIS REZENDE MACHADO
IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

Ovídio Antonio de Angelis
OVÍDIO ANTONIO DE ÂNGELIS

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Sebastião Arantes
SEBASTIÃO ARANTES

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

LEI Nº 4.132, DE 24 DE MARÇO DE 1.969.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O LAR DA BÔA VONTADE".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

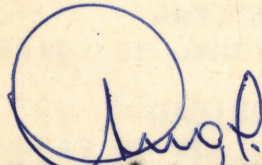
ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERADO DE UTILIDADE PÚBLICA O LAR DA BÔA VONTADE, COM SÉDE NESTA CAPITAL.

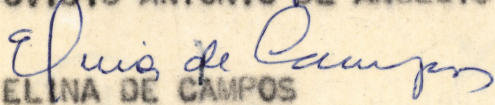
ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

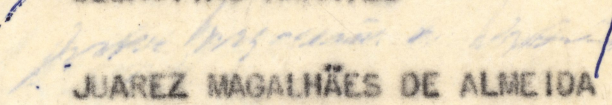
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS VINTE E SEIS (26) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).


IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS


ELINA DE CAMPOS


SEBASTIÃO ARANTES


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.133, DE 27 DE MARÇO DE 1.969.

"CRIA O SETOR ADMINISTRATIVO DO
SERVIÇO DE TRIBUTAÇÃO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DA FAZENDA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-
CIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA CRIADO O SETOR ADMINISTRATIVO DO
SERVIÇO DE TRIBUTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

ART. 2º - O ÓRGÃO CRIADO PELO ARTIGO ANTERIOR
TERÁ DENTRE OUTRAS AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:

I - CONTROLAR A ENTRADA E SAÍDA DE PROCESSOS DO
SERVIÇO DE TRIBUTAÇÃO;

II - PROCEDER AO ARQUIVAMENTO OU ENCAMINHAMENTO
DE OFÍCIOS, PARECERES, INFORMAÇÕES, CARTAS E OUTROS PAPEIS RE-
CEBIDOS OU EXPEDIDOS;

III - EFETUAR A ESTATÍSTICA DIÁRIA DA ARRECAÇÃO
DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS;

IV - ORGANIZAR E MANTER ATUALIZADA A ESTATÍSTICA
DE TODOS OS ELEMENTOS RELATIVOS AOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRI-
TORIAL;

V - EXERCER O CONTRÔLE DO PESSOAL E DO MATERIAL
PERMANENTE E DE CONSUMO DOS VÁRIOS SETORES QUE COMPOE O SERVIÇO
DE TRIBUTAÇÃO;

VI - ATENDER AO PÚBLICO COM RELAÇÃO A VERIFICA-
ÇÕES DE IMPOSTOS;

ART. 3º - FICA INSTITUÍDA A FUNÇÃO GRATIFICADA/
FG-2, PARA O CHEFE DO SETOR ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO DE TRIBU-
TAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA CRIADA POR ^{ESTA} LEI.

ART. 4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DE
1º (PRIMEIRO) DE JANEIRO DO CORRENTE ANO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS
SETE (7) DIAS DO MÊS DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E
NOVE (1969).

Marinho
IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

Angl.
OVIDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS
ELINA DE CAMPOS

Sebastião Arantes
SEBASTIÃO ARANTES

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

PUBLICADO

Dom. 9 / 5 / 69 No 167 Fl. 1

"AUTORIZA A TRANSFORMAÇÃO DE ESCOLA MIS
TA MUNICIPAL".

NO A SEQUINTE LEI - CA, PELA PRESENTE LEI, DENOMINADO "AVENIDA MEIA PONTE", O TRECHO QUE DEMANDA DA 5ª AVENIDA, EM NOVA VILA

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE
SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.
 ZE (14) DIAS DO MÊS DE ABRIL DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E
 NOVÉ (1969).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS /
(08) OITO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE UM MIL NOVECENTOS E
SESSENTA E NOVE (1.969). PREFEITO MUNICIPAL

IRIS REZENDE MACHADO
JUAREZ MAGALHAES DE ALMEIDA
-PREFEITO MUNICIPAL-

Ofício Antônio de Ângelis

SEBASTIÃO ARANTES

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA.

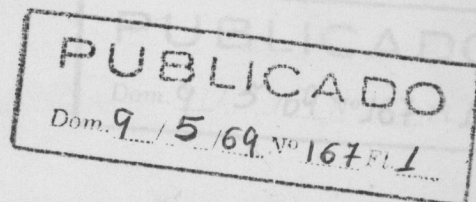
Jsf/1AM.

Elizabeth

Mosinell



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 4.135, DE 9 DE ABRIL DE 1969

"DENOMINA VIA PÚBLICA"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, DENOMINADO "AVENIDA MEIA PONTE", O TRECHO QUE DEMANDA DA 5ª AVENIDA, EM NOVA VILA NESTA CAPITAL, ATÉ A PONTE DO RIO MEIA PONTE.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS QUATROZE (14) DIAS DO MÊS DE ABRIL DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1969).

OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

ELINA DE CAMPOS

SEBASTIÃO ARANTES

Elizabeth

Gasmeti



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
GABINETE DO PREFEITO

PUBLICADO

Dom. 9 / 5 / 69 Nº 167 FL 1

LEI Nº 4.136, DE 9 DE ABRIL DE 1969

"ISENTA DE TAXAS E EMOLUMENTOS PARA APROVAÇÃO DE PLANTAS DE DESMEMBRAMENTO DE LOTES, O SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERFHAU), ANTIGA FUNDAÇÃO DAS CASAS POPULARES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - FICA ISENTO DO PAGAMENTO DE TAXAS E EMOLUMENTOS PARA APROVAÇÃO DE PLANTA DE DESMEMBRAMENTO OS LOTES, QUE COMPOEM AS QUADRAS 43 E 67, LOCALIZADAS ENTRE AS RUAS: 200, 228, 215, 10ª AVENIDA E 212, SETOR LESTE, VILA NOVA, NESTA CAPITAL, PERTENCENTES AO SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERFHAU) ANTIGA FUNDAÇÃO DAS CASAS POPULARES.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÊS DE ABRIL DE UM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1969).

Tris Rezende Machado
TRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Sebastião Arantes
SEBASTIÃO ARANTES

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

Ovídio Antônio de Ângelis
OVIDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

LEI Nº 4.137, DE 18 DE ABRIL DE 1.969.

"MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 24º
DO REGULAMENTO DO TRANSPORTE
COLETIVO APROVADO PELA LEI
Nº 1.624, DE 31 DE DEZEMBRO DE
1.959".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - O ART. 24º DO REGULAMENTO DO
TRANSPORTE COLETIVO APROVADO PELA LEI Nº ...
Nº 1.624, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1.959, PASSA
A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO.

"ART. 24º - OBSERVADAS AS NORMAS BAIXA
DAS PELO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL E PAGO
O TRIBUTO COMPETENTE, PERMITIR-SE-Á A COLO-
CAÇÃO DE ANÚNCIOS NOS VEÍCULOS DE TRANSPOR-
TE COLETIVO URBANO, NA PARTE INTERNA COMO NA
EXTERNA".

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA
DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGANDO-SE AS DIS-
POSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOI-
ÂNIA, AOS DEZENOVE (19) DIAS DO MÊS DE
MAIO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE
(1969).

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

OSÍDIO ANTÔNIO DE ÁNGELIS SEBASTIÃO ARANTES

ELINA DE CAMPOS JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

LEI Nº 4.138, DE 24 DE ABRIL DE 1.969.

"Dá nova denominação à rua no Setor Oeste".

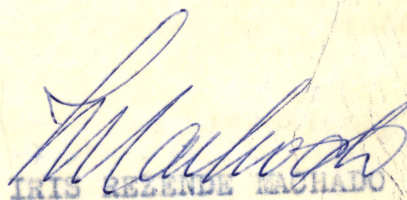
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica denominada doravante, Avenida Portugal a atual Avenida "F", no Setor Oeste, nesta Capital.

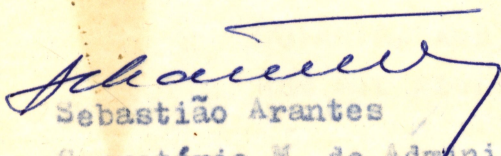
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

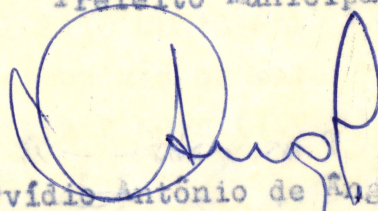
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos (06) seis dias do mês de maio de hum mil novecentos e sessenta e nove (1969).



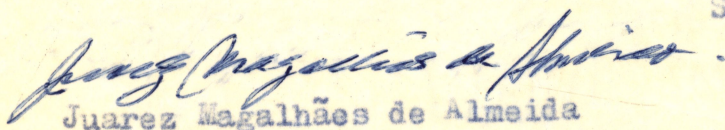
IRIS REZENDE MACHADO
Prefeito Municipal



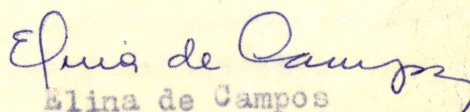
Sebastião Arantes
Secretário M. de Administração



Ovídio Antônio de Angelis
Secretário Mun. de Fazenda



Juarez Magalhães de Almeida
Secretário Mun. de Viação e Obras Públicas



Elina de Campos
Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

LEI Nº 4.139, DE 25 DE ABRIL DE 1.969.

"AUTORIZA A CHEFIA DO PODER
EXECUTIVO A INDENIZAR O
SR. FRANCISCO BENTO DA
SILVA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DE
CRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA O PREFEITO MUNICIPAL
DE GOIÂNIA AUTORIZADO A INDENIZAR O SR. FRANCIS-
CO BENTO DA SILVA, COM A IMPORTÂNCIA DE NCR\$....
NCR\$ 1.050,00 (HUM MIL E CONCOENTA CRUZEIROS NO
VOS) PELA CONSTRUÇÃO EXISTENTE, LOCALIZADA ÀS
MARGENS DO CAPIM PUBA, OBSTRUINDO A RUA 15-A,
SETOR AEROPORTO.

ART. 2º - FICA, AINDA, AUTORIZADO O
PREFEITO MUNICIPAL A MANDAR DEMOLIR REFERIDA CONS-
TRUÇÃO, TÃO LOGO SE EFETIVAR O PAGAMENTO ARBITRA-
DO E PERMITIDO PELA PRESENTE LEI.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR
NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES
EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
GOIÂNIA, AOS 5 (CINCO) DIAS DO MÊS DE MAIO DE
HUM MIL NOVECENTOS E SESENTA E NOVE (1.969).

IRIS REZENDE MACHADO
IRIS REZENDE MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

Ovídio Antônio de Ângelis
OVIDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

Sebastião Arantes
SEBASTIÃO ARANTES

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.1 1.969

(Continuação):

"Autoriza a doação de uma área de terras".

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
(07) sete dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta
e nove (1.969).

SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA o Senhor Prefeito Municipal
autorizado a doar uma área de terras, com 1.979,31 m² /
à SOCIEDADE LITERÁRIA SÃO BOAVENTURA -
Amazonia, com as seguintes condições:

IRIS REZENDE MACHADO
Prefeito Municipal

Entre as Avenidas T-14 e T-15, por um lado
a Praça e, no chanfrado, o lote nº 1, da -
quele área.

Ovidio
Ovidio Antônio de Angelis

Sebastião Arantes
Sebastião Arantes

(2) anos para o início da construção das obras daquela -
Sociedade dos Capuchinhos, sendo que a não obediência

Elina de Campos
Elina de Campos

Juarez Magalhães de Almeida
Juarez Magalhães de Almeida

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data
de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em con-
trário.

Jef/IRM.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.969
confere com o original



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.141, DE 22 DE MAIO DE 1.969

"Autoriza a doação de uma área de terras".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA o Senhor Prefeito Municipal autorizado a doar uma área de terras, com 1.979,31 m², / à SOCIEDADE LITERÁRIA SÃO BOAVENTURA, no Setor Parque - Amazônia, com as seguintes confrontações:-

Entre as Avenidas T-14 e T-15, por um lado a Praça e, no chanfrado, o lote nº 1, da - aquela área.

Art. 2º - Fica estabelecido o prazo de dois (2) anos para o início da construção das obras daquela - Sociedade dos Capuchinhos, sendo que a não obediência - dêste item, determinará a reversão, à Municipalidade, da área em questão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.969
confere com o original

LEI Nº 4.142, DE 22 DE MAIO DE 1.969.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA"
"INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI Nº 3, DE 27 DE
JANEIRO DE 1951 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - O D.M.E.R. SERÁ DIRIGIDO POR UM ENGENHEIRO CI-
VIL, NOMEADO PELO PREFEITO, PARA O QUE FICA CRIADO O CARGO, EM COMIS-
SÃO, DE DIRETOR-GERAL, COM VENCIMENTOS DE NR\$800,00 (OITOCENTOS
CRUZEIROS NOVOS) E GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE NR\$550,00 /
(QUINHENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS NOVOS).

ART. 2º - FICA CRIADO O CARGO, EM COMISSÃO, DE DIRETOR
ADMINISTRATIVO DO D.M.E.R., QUE TERÁ VENCIMENTOS DE NR\$750,00 /
SETECENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS NOVOS), ALÉM DE UMA GRATIFICA-
ÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE NR\$250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS).

ART. 3º - FICA REVOGADO O ARTº 3º DA LEI Nº 3, DE 27 DE
JANEIRO DE 1951, MANTIDO O SEU PARÁGRAFO ÚNICO.

ART. 4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DE 1º DE ABRIL
DE 1.969.

ART. 5º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS (30) TRIN-
TA DIAS DO MÊS DE MAIO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE ...
(1.969).

Ovídio Antônio de Angelis

IRIS REZENDE MACHADO
SEBASTIÃO - PREFEITO MUNICIPAL -

Ovídio Antônio de Angelis

SEBASTIÃO ARANTES

ELINA DE CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.145, DE 29 DE MAIO DE 1.969.

LEI Nº 4.146, DE 10 DE JUNHO DE 1.969.

"AUTORIZA ALIENAÇÃO DE ÁREAS"
DENOMINA RUA

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE-
GUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A
ALIENAR ÁREAS INSERVÍVEIS SITUADAS NO SETOR SUL DESTA
CAPITAL, A RUA 302, SITUADA ENTRE AS AVENIDAS
ANHANGUERA E UNIVERSITÁRIA, NO SETOR LESTE, VILA BOA VISTA,

ART. 2º - A VENDA DAS ÁREAS SERÁ FEITA AOS PROPRIETÁRIOS
DOS IMÓVEIS CONFRONTANTES.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA

PUBLICAÇÃO.
ART. 3º - PARA EFETIVAÇÃO DA VENDA SERÃO OS PEDIDOS APRE-
CIADOS POR UMA COMISSÃO COMPOSTA DE UM REPRESENTANTE DO CLU-
BE DE ENGENHARIA, DO ASSESSOR TÉCNICO DA PREFEITURA, E DE UM
MEMBRO DA COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNI-
CIPAL DE GOIÂNIA.

ART. 4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICA-
ÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO. IL NOVECENTOS E
SESSENTA E NOVE (1.969).

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS -
DEZ (10) DIAS DO MÊS DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E
NOVE (1.969).

OVIDIO ANTÔNIO DE ANGELIS

IRIS REZENDE MACHADO

-PREFEITO MUNICIPAL-

SERGIO DIAS GUTMARAES

OVIDIO ANTÔNIO DE ANGELIS

ELINA DE CAMPOS

SEBASTIAO ARANTES

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

ELINA DE CAMPOS

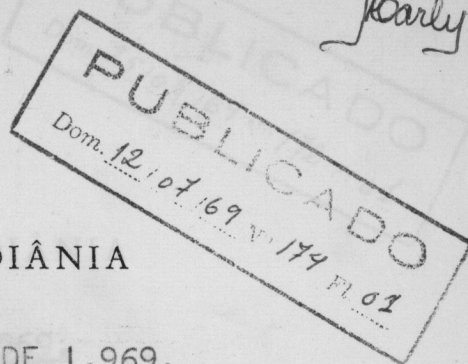
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA.

MRRR/IRM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito



LEI Nº 4.146, DE 10 DE JUNHO DE 1.969.

"DENOMINA RUA"

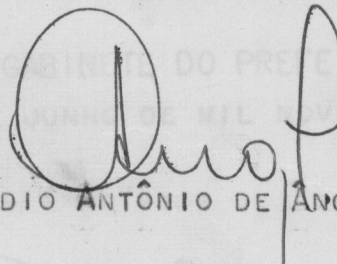
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

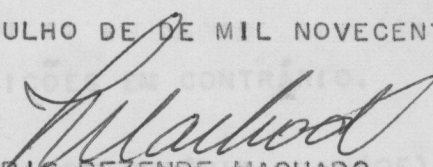
ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, DENOMINADA "RUA PASCHOAL TREPICHIO", A RUA 302, SITUADA ENTRE AS AVENIDAS ANHANGUERA E UNIVERSITÁRIA, NO SETOR LESTE, VILA BOA VISTA, NESTA CAPITAL.

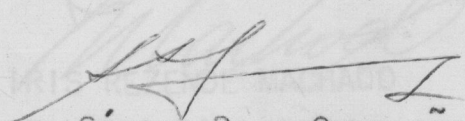
ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

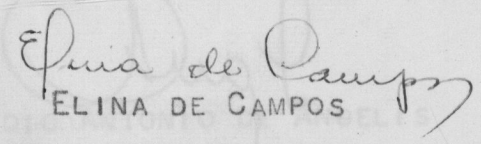
ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

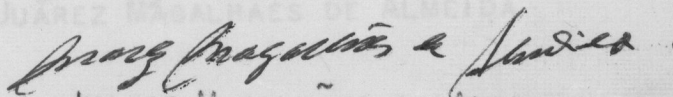
ART. 4º - GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS QUATRO (4) DIAS DO MÊS DE JULHO DE DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).


OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS


IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-


SÉRGIO DIAS GUIMARÃES


ELINA DE CAMPOS


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

MRRR/IRM.

Secretaria
Arquivo



PUBLICADO
Dom. 25/06/69 Nº 172 P. 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.147, DE 13 DE JUNHO DE 1.969.

"ISENTA DE TAXAS E EMOLUMENTOS, RELATIVOS À APROVAÇÃO DE PLANTAS, O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) E DAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º- FICA ISENTA DAS TAXAS E EMOLUMENTOS À APROVAÇÃO DE PLANTAS PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI).

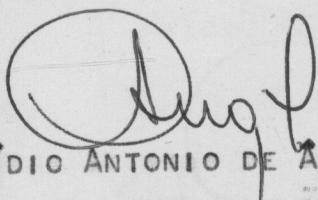
ART. 2º- A ISENÇÃO DE QUE FALA O ART. 1º SE REFERE ÀS CONSTRUÇÕES DE 12 (DOZE) UNIDADES RESIDENCIAIS, TIPO CASAS POPULARES, A SEREM VENDIDAS, FINANCIADAS PELO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (B.N.H.).

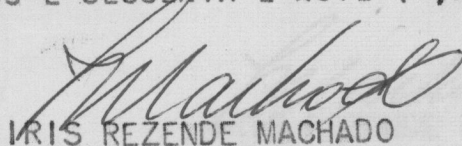
ART. 3º- AS UNIDADES MENCIONADAS NESTA LEI LOCALIZAM-SE NO JARDIM PLANALTO, LOTES DE Nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 14 E 15, QUADRA 41, NESTA CAPITAL.

ART. 4º- ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

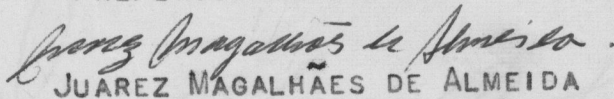
ART. 5º- REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

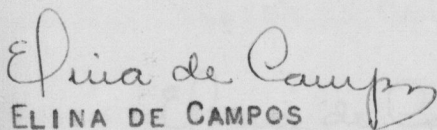
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS (25) DIAS DO MÊS DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

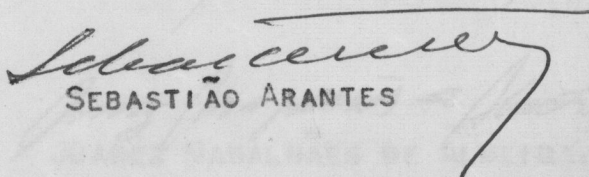

OVÍDIO ANTONIO DE ANGELIS


IRIS REZENDE MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA


ELINA DE CAMPOS


SEBASTIÃO ARANTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

PUBLICADO

Dom. 19/09/69 Nº 181 Fl. 1

LEI Nº 4.148, DE 10 DE JUNHO DE 1.969.

"DENOMINA PRAÇA".

"Autoriza firmar convênios e concede isenção de impostos e de outras providências".

"REVIGORA VICÊNCIA DE LEI".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: - ESTRADA NA CONFLUÊNCIA DAS RUAS 208-B, 210, 402 E AV. A, EM VILA VIANA.

ART. 1º - FICA REVIGORADA EM TODOS OS SEUS TERMOS A LEI Nº 311, DE 5 DE OUTUBRO DE 1.953, QUE DENOMINA DE ADEMAR FERRUGEM A ATUAL AVENIDA PARAÍBA, NO BAIRRO DE CAMPINAS, NESTA CAPITAL.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOCAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

SESSENTA E NOVE (1.969).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS (23) VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

-PREFEITO MUNICIPAL-

Ovídio Antônio de Angelis

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

Ovídio Antônio de Angelis

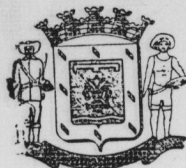
SEBASTIÃO ARANTES

ELINA DE CAMPOS

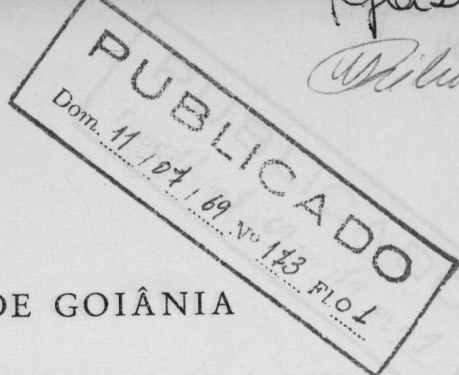
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA.

JSP/IRM.

JSP/IRM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito



LEI Nº 4.150, 10 DE JUNHO DE 1.969.

"Autoriza firmar **convênios** e concede isenção de impostos e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a firmar convênios com estabelecimentos particulares de ensinos desta Capital, para fornecimento de bolsas de estudos destinadas a estudantes pobres.

Parágrafo único - A distribuição das bôlsas será feita através da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - A título de compensação, fica isento de pagamento de impôstos municipais o estabelecimento de ensino que firmar o convênio autorizado no artigo primeiro.

Art. 3º - Para a efetivação do convênio deverá o educandário interessado encaminhar a Secretaria de Educação a proposta necessária.

Art. 4º - Anualmente, pelo Órgão competente da Prefeitura, deverá ser reajustado o valor dos impostos e das bolsas de estudos, para efeito de atualização.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos (24) vinte e quatro dias do mês de junho de hum mil novecentos e sessenta e nove.. (1.969).

IRIS REZENDE MACHADO
IRIS REZENDE MACHADO
-Prefeito Municipal-

Ovídio Antônio de Angelis
Ovídio Antônio de Angelis

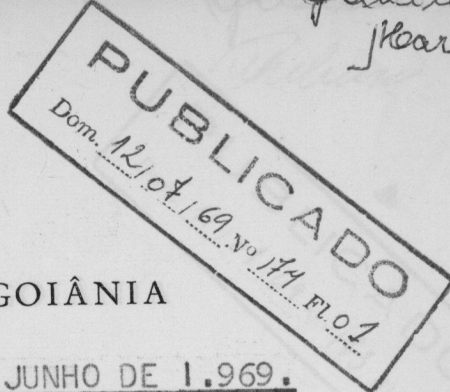
Elina de Campos
Elina de Campos.

Sebastião Arantes
Sebastião Arantes
Juarez Magalhães de Almeida
Juarez Magalhães de Almeida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.151, DE 11 DE JUNHO DE 1.969.



"DENOMINA PRAÇA".

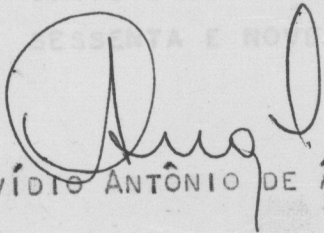
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

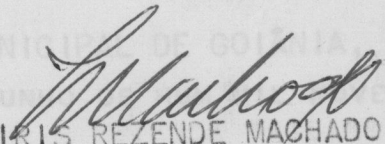
ART. 1º - FICA DENOMINADA PRAÇA "ALEGENÉSIO JOSÉ FERREIRA" A PRAÇA SITUADA NAS CONFLUÊNCIAS DAS RUAS 203, 209 E 10A. AVENIDA, EM VILA NOVA.


ART. 2º - PARA O CUMPRIMENTO DA PRESENTE LEI, FICA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A PROCEDER À NECESSÁRIA OPERAÇÃO DE CRÉDITO.

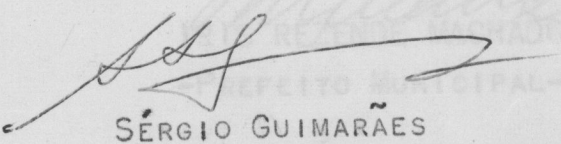
ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

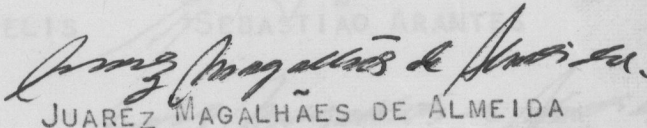
GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS QUATRO (4) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SEXTENTA E NOVE (1.969).


OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS


IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-


ELINA DE CAMPOS

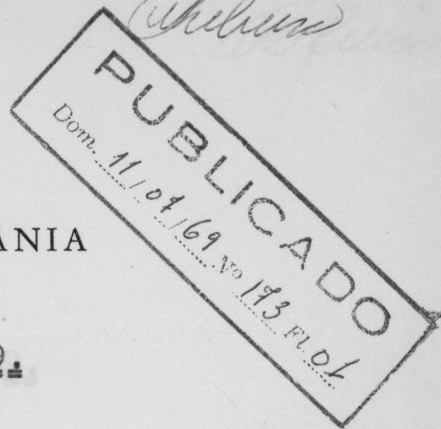

SÉRGIO GUIMARÃES


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.152, DE 11 DE JUNHO DE 1.969.



"CRIA GINÁSIO MUNICIPAL".

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

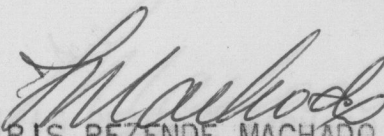
ART. 1º - FICA O PREFEITO MUNICIPAL AUTORIZADO A
CRIAR UM GINÁSIO MUNICIPAL EM VILA OPERÁRIA, NESTA CAPITAL.

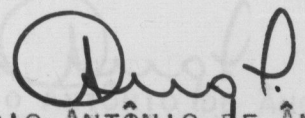
ART. 2º - É AUTORIZADO O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICI-
PAL A PROCEDER ÀS NECESSÁRIAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, PARA
OCORRER ÀS DESPESAS DECORRENTES DESTA LEI.

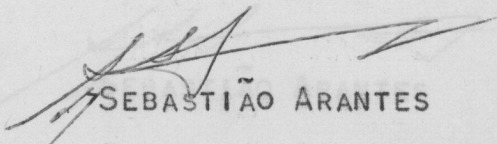
ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO.

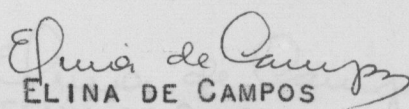
ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS (27)
VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE HUM MIL NOVECENTOS E
SESSENTA E NOVE (1.969).

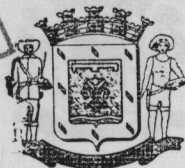
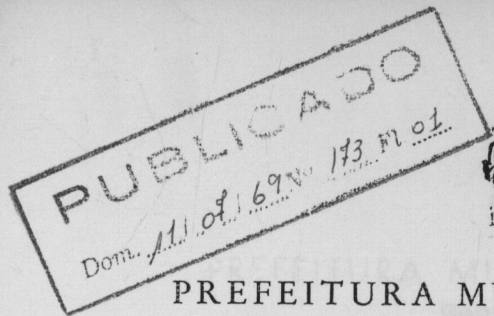

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-


OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS


SEBASTIÃO ARANTES


ELINA DE CAMPOS


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA.



Gabinete
Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.153, DE 17 DE JUNHO DE 1.969.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERADO DE UTILIDADE PÚBLICA, O CENTRO DE ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA "POLIANA", A RUA 3 Nº 1 - SETOR OESTE, NESTA CAPITAL.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS (26) VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

IRIS REZENDE MACHADO
IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

Ovídio Antônio de Ângelis
OVIDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

Sebastião Arantes
SEBASTIÃO ARANTES

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA.

PUBLICADO



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.154, DE 17 DE JUNHO DE 1.969

"Autoriza a criação de uma Ginásio
Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN/

CIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal ' autorizado a criar e instalar um Ginásio Municipal, no - Jardim Alto Novo Mundo, nesta Capital.

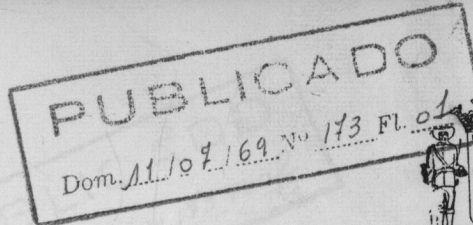
Art. 2º - Fica o Prefeito Municipal autorizado ' a proceder as necessárias despesas decorrentes do cumpri-
mento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de ' sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrá -
rio.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original

IRIS RIZENDE NACHADO
-Prefeito Municipal-



Secretaria
Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.155, DE 17 DE JUNHO DE 1.969.

"Autoriza o Executivo Municipal a erigir um pedestal, em homenagem à Bíblia Sagrada".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA, pela presente lei, o Senhor Prefeito Municipal autorizado a erigir, na Praça Universitária, um Pedestal em homenagem à Bíblia Sagrada.

Parágrafo-único - O pedestal, em referência, deverá ser em mármore preto, enquanto que, a Bíblia, em formato de livro-aberto, será mármore branco.

Art. 2º - Em cada página da Bíblia, serão gravadas palavras extraídas do Livro Santo, na seguinte maneira:

a) - (1ª página) - "SE O SENHOR NÃO GUARDAR A CIDADE, EM VÃO VIGIA A SENTINELA" - (Salmo 127).

b) - (2ª página) - "O CEU E A TERRA PASSARÃO, MAS AS MINHAS PALAVRAS NÃO HÃO DE PASSAR".

Parágrafo único - A gravação das palavras de Jesus, serão feitas em bronze alto-relêvo.

Art. 3º - Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a proceder as necessárias operações de crédito, para ocorrer às despesas decorrentes do cumprimento desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos (24) vinte e quatro dias do mês de junho de hum mil novecentos e sessenta e nove.... (1.969).

Ovídio Antônio da Angelis

Ovídio Antônio da Angelis

Iris Rezende Machado

-Prefeito Municipal-

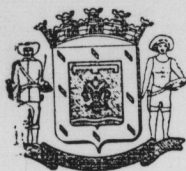
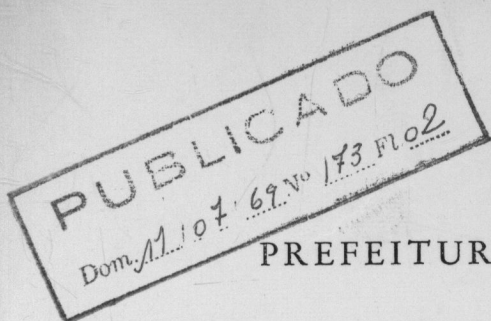
Form. G-001

Elina de Campos

Jsf/IRM.

Sebastião Arantes

Juarez Magalhães de Almeida



Gasineti
Philum

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.156, DE 17 DE JUNHO DE 1.969

"DÔA ÁREA DE TERRAS AO CENTRO DE ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA POLIANA, PARA A CONSTRUÇÃO DE SUA SÉDE PRÓPRIA"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA AUTORIZADO O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DOAR AO CENTRO DE ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA POLIANA, INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA, EDUCACIONAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEDIADA NESTA CAPITAL, À RUA-R3, Nº 1, UMA ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA À RUA PORQUÊ, AVENIDA JOÃO LEITE, RUA GENIPAPO E RUA CAPISTABOS, COM 3.000,00 METROS QUADRADOS, NO SETOR SANTA GENOVEVA, PARA A CONSTRUÇÃO DE SUA SÉDE PRÓPRIA.

ART. 2º - A REFERIDA INSTITUIÇÃO TERÁ O PRAZO DE DOIS (2) ANOS PARA O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO MENCIONADO.

ART. 3º - A ESCOLA FICARÁ OBRIGADA A CONCEDER DUAS (2) BÔLSAS DE ESTUDOS, ANUALMENTE, SENDO UMA AO EXECUTIVO E OUTRA AO LEGISLATIVO MUNICIPAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - A BÔLSA DESTINADA AO PODER LEGISLATIVO, SERÁ DISTRIBUÍDA PELO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO NO ANO LETIVO.

ART. 4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS (26) DIAS DO MÊS DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

Angel

OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

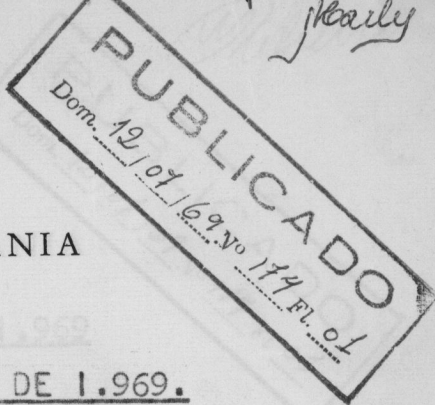
Irís Rezende Machado
IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

Sebastião Arantes
SEBASTIÃO ARANTES

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito



LEI Nº 4.157, DE 20 DE JUNHO DE 1.969.

"AUTORIZA A DOAÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA O CHERE DO EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A FAZER A DOAÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRAS, AO "CENTRO ESPÍRITA CATECISMO E ESCOLA PRIMÁRIA SABINA ANDRADE RIBEIRO", COM SÉDE NESTA CAPITAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ÁREA, OBJETO DA PRESENTE DOAÇÃO SITUAR-SE NO SETOR MEIA PONTE, ENTRE AS RUAS "CÂNDIDO NAVES", "EU VALDO LODI" E RUA ROBERTO", FUNDOS COM A QUADRA Nº 7, DO LOTEAMENTO VILA NEGRÃO DE LIMA, COM 2.230,5 m².

ART. 2º - FICA ESTABELECIDO O PRAZO DE TRÊS (3) ANOS PARA O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA SÉDE PRÓPRIA, SENDO QUE A NÃO OBSERVÂNCIA DÊSTE ÍTEM, IMPORTARÁ NA REVERSÃO DA ÁREA DOADA À PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS VINTE E SEIS (26) DIAS DO MÊS DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE. (1969).

OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

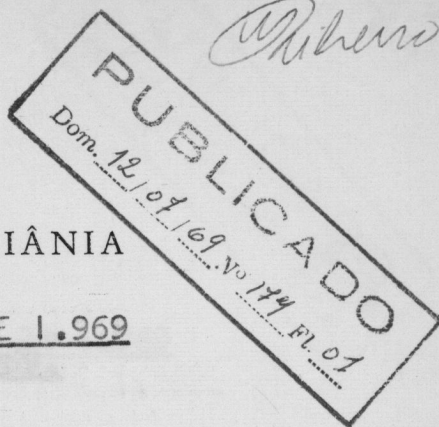
ELINA DE CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.158, DE 20 DE JUNHO DE 1.969



"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERADO DE
UTILIDADE PÚBLICA, O "POSTO DE AUXÍLIO ESPÍRITA", COM SE
DE NESTA CAPITAL.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA /
PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,-
AOS (26) VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE HUM MIL
NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS

ELINA DE CAMPOS

IRÍS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

SEBASTIÃO ARANTES

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

PUBLICADO
Em 27 de Junho de 1969

LEI Nº 4.159, DE 20 DE JUNHO DE 1.969

"D^a CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA", 27 DE DEZEMBRO DE 1.968, QUE CRIA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E RECREAÇÃO, A TAXA DE TURISMO E A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: -

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERADO DE UTILIDADE PÚBLICA O "CLUBE DOS CASTORES - GOIÂNIA OESTE" COM SÉDE NESTA CAPITAL.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO. PARA O FIEL CUMPRIMENTO DO ESTABELECIMENTO NO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS 25 (VINTE E CINCO) DIAS DO MÊS DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

OVIDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

SEBASTIÃO ARANTES

ELINA DE CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

OVIDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

SEBASTIÃO ARANTES

ELINA DE CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

LEI Nº 4.160, DE 25 DE JUNHO DE 1.969

"DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI Nº 4.111, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1.968, QUE CRIA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E RECREAÇÃO, A TAXA DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

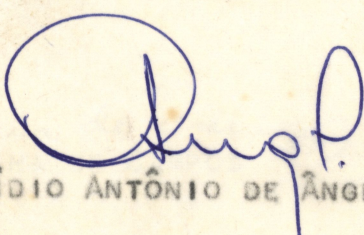
ART. 1º - FICA CRIADO, JUNTO AO GABINETE DO PREFEITO, O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E RECREAÇÃO COM A FINALIDADE DE PROMOVER, INCREMENTAR E ORIENTAR AS ATIVIDADES TURÍSTICAS E RECREATIVAS NA CIDADE DE GOIÂNIA.

ART. 2º - PARA O FIEL CUMPRIMENTO DO ESTABELECIMENTO NO ARTIGO ANTERIOR, FICA O EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A REGULAMENTAR, POR DECRETO, A CONSTITUIÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E RECREAÇÃO, DEFININDO ATRIBUIÇÕES, E A ABRIR CRÉDITOS NECESSÁRIOS, NESTE OU NO PRÓXIMO EXERCÍCIO.

ART. 3º - OS DÉBITOS CORRIDOS, À ÉPOCA DA VIGÊNCIA DA LEI DE Nº 4.111, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1.968 REFERENTES À TAXA DE TURISMO, PODERÃO SER PAGOS, SEM MULTA, ATÉ O DIA 15 (QUINZE) DO MÊS DE JUNHO DO CORRENTE ANO.

ART. 4º - REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO, ESTA LEI RETROAGIRÁ SEUS EFEITOS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 1.969.

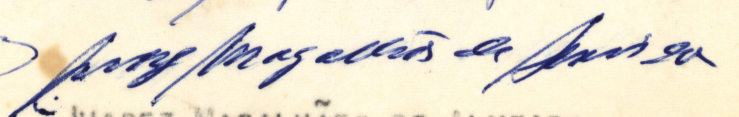
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS(1) PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JULHO DE(1.969) MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE.


OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS


IRTO REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

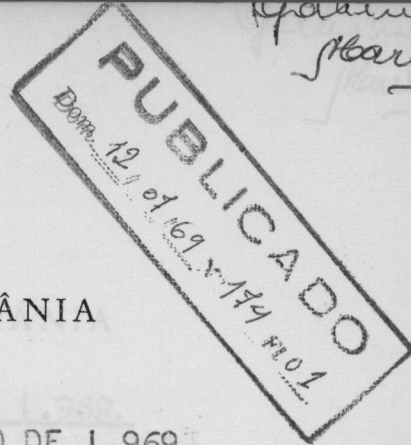

ELINA DE CAMPOS


SEBASTIÃO ARANTES


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito



LEI Nº 4.161 DE 26 DE JUNHO DE 1.969.

"DENOMINA PRAÇA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA DENOMINADA "PRAÇA UNIVERSITÁRIA", A
ATUAL PRAÇA EXISTENTE ENTRE A 1ª E 5ª AVENIDAS, NO SETOR UNI
VERSITÁRIO, NESTA CAPITAL.

ART. 2º - PARA O CUMPRIMENTO DA PRESENTE LEI, FI
CA O SR. PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AUTORIZADO A PROCEDER
A NECESSÁRIA ABERTURA DE CRÉDITO.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
AOS QUATRO (4) DIAS DO MÊS DE JULHO DE (1.969) .

OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-
ELINA DE CAMPOS
SÉRGIO DIAS GUIMARÃES
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

JCF/IRM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.162, DE 26 DE JUNHO DE 1.969.

"AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DE PRAÇA"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA O SENHOR CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A CONSTRUIR UMA PRAÇA, NAS CONFLUÊNCIAS DAS RUAS 261, 261-A, 257, 256 E AVENIDA UNIVERSITÁRIA, NESTA CAPITAL.

ART. 2º - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DESTA LEI.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
AOS QUATRO (4) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E
SESSENTA E NOVE (1.969).

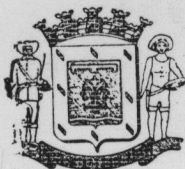
OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

SÉRGIO DIAS GUIMARÃES

ELINA DE CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.163, DE 26 DE JUNHO DE 1.969.

"AUTORIZA CRIAÇÃO DE GRUPO ESCOLAR NO PARQUE OESTE INDUSTRIAL DE GOIÂNIA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO NO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, AUTORIZADO O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR UM GRUPO ESCOLAR NO PARQUE OESTE INDUSTRIAL DE GOIÂNIA.

PARÁGRAFO ÚNICO - O GRUPO ESCOLAR, ORA CRIADO, DE NOMINAR-SE-A "TARGINO DE AGUIAR".

ART. 2º - FICA O SR. PREFEITO MUNICIPAL AUTORIZADO A PROCEDER AS NECESSÁRIAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, PARA CORRER AS DESPESAS DECORRENTES DO CUMPRIMENTO DESTA LEI.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS QUATRO (4) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SEXTA E NOVE (1.969).

OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

ELINA DE CAMPOS

SÉRGIO DIAS GUIMARÃES

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.164, DE 26 DE JUNHO DE 1969

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE DE CRIMINOLOGIA E MEDICINA LEGAL DE GOIÁS, PARA OS FINS DE DIREITO"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - É CONSIDERADA DE UTILIDADE PÚBLICA, COM OS DIREITOS E VANTAGENS ASSEGURADOS EM LEI, A SOCIEDADE DE CRIMINOLOGIA E MEDICINA LEGAL DE GOIÁS, ENTIDADE CIVIL, COM SEDE E FÔRO NESTA CAPITAL.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS QUATRO (4) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

ELINA DE CAMPOS

SÉRGIO DIAS GUIMARÃES

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

JCF/IRM.



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.165, DE 27 DE JULHO DE 1.969

"Concede título honorífico de Cidadão Goianiense".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA, pela presente lei, concedido o título honorífico de Cidadão Goianiense ao Senhor Coronel - HOLMES DE ALBUQUERQUE FRAZÃO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.166, DE 27 DE JUNHO DE 1.969.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA
O CAMPINAS ESPORTE CLUBE".

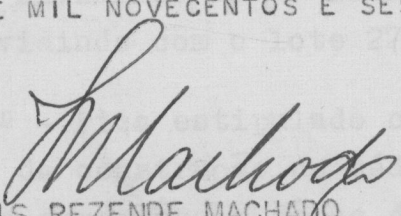
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

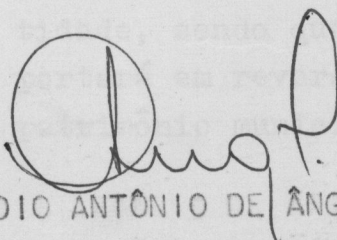
ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERADO DE U
TILIDADE PÚBLICA, O CAMPINAS ESPORTE CLUBE, COM SÉDE NESTA
CAPITAL.

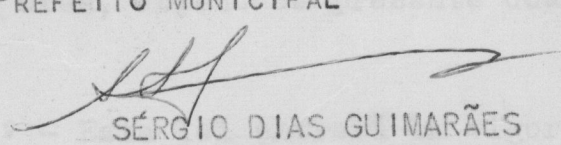
ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO.

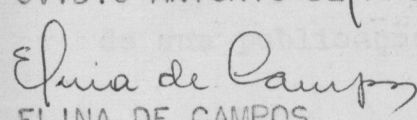
ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS NOVE
(9) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NO
VE (1.969).

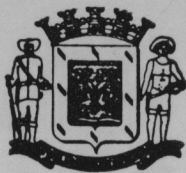

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS


SÉRGIO DIAS GUIMARÃES
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO


ELINA DE CAMPOS


JUÁREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.167, DE 27 DE JUNHO DE 1.969

"Autoriza a doação de uma área de terras lote - à ESCOLA ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA, pela presente lei, a Prefeitura Municipal de Goiânia autorizada a doar uma área de terras lote - à ESCOLA ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES, com a seguinte situação e respectivas dimensões e confrontações:

Lote nº 28, Quadra 104-A, no Setor Bueno, à Rua T-T1, com a área de 206,25m² - Pela Rua T-1, 15,09m². de frente; pela linha de fundo, dividindo com o lote 2, 15 m²; pelo lado direito, dividindo com o lote 1, 31,05m² e, / pelo lado esquerdo, dividindo com o lote 27, 33,50m².

Art. 2º - Fica estipulado o prazo de três (3) anos para o início da construção da sede própria da entidade, sendo que a não observância dêsse dispositivo, importará em reversão da área, objeto da presente doação, ao patrimônio municipal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original

LEI Nº 4.168, DE 27 DE JUNHO DE 1.969

"CRIA GINÁSIO MUNICIPAL NO SETOR UNIVERSITÁRIO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

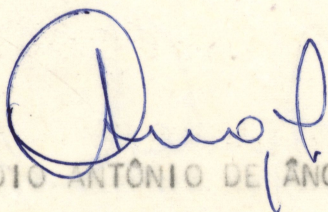
ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, AUTORIZADO O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR UM GINÁSIO MUNICIPAL NO SETOR UNIVERSITÁRIO, NESTA CAPITAL.

ART. 2º - FICA O PREFEITO AUTORIZADO A PROCEDER A NECESSÁRIA OPERAÇÃO DE CRÉDITO PARA OCORRER ÀS DESPESAS DECORRENTES DO CUMPRIMENTO DA PRESENTE LEI.


ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

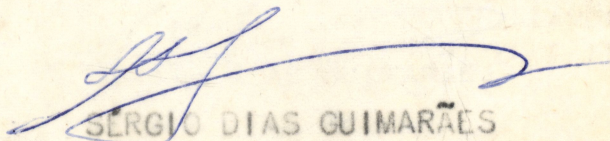
GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
AOS QUATRO (4) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E
SESSENTA E NOVE (1.969).



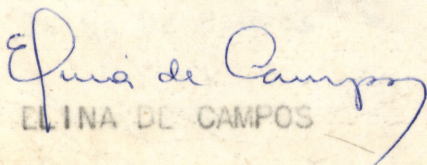
OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS



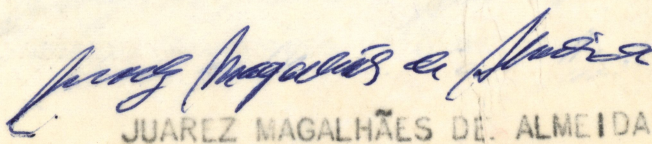
IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-



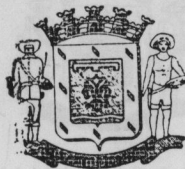
SÉRGIO DIAS GUIMARÃES



ELINA DE CAMPOS



JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.169, DE 27 DE JUNHO DE 1.969

AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UM CURSO NOTURNO DE ALFABETIZAÇÃO, NO GRUPO ESCOLAR DA VILA UNIÃO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, AUTORIZADO O SENHOR CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, A CRIAR UM CURSO NOTURNO DE ALFABETIZAÇÃO, NO GRUPO ESCOLAR DE VILA UNIÃO, NESTA CAPITAL.

ART. 2º - FICA O PREFEITO MUNICIPAL AUTORIZADO A PROCEDER AS NECESSÁRIAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, PARA OCORRER ÀS DESPESAS DECORRENTES DESTA LEI.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, - AOS QUATRO (4) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

ELINA DE CAMPOS

SÉRGIO DIAS GUIMARÃES

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.170, DE 27 de JUNHO DE 1.969

"Concede título de cidadania e dá
outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica concedido a Sra. MARILDA FONTOURA
DE SIQUEIRA o título de cidadã Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original

[Assinatura]

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-
blicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS
(19) PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JULHO DE MIL MIL NOVECENTOS E SES-
SENTA E NOVE (1.969).

Ovídio Antonio de Angelis

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

ELINA DE CAMPO

SEBASTIÃO ARANTES

JUARES MAGALHÃES DE ALMEIDA

JCF/IRM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.171, DE 27 DE JUNHO DE 1.969

"AUTORIZA CONCEDER AUXÍLIO À FEDERAÇÃO GOIÂNIA DE DESPORTOS UNIVERSITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A CONCEDER À FEDERAÇÃO GOIANA DE DESPORTOS UNIVERSITÁRIOS (F. G.D.U.), UM AUXÍLIO NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ NCR\$ 15.000,00 (QUINZE MIL CRUZEIROS NOVOS), DESTINADO AO CUSTEIO DE DESPESAS COM A REALIZAÇÃO EM GOIÂNIA, DOS XX JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS.

ART. 2º - FICA, IGUALMENTE, O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A DISPENDER ATÉ A IMPORTÂNCIA DE NCR\$ 5.000,00 (CINCO MIL CRUZEIROS NOVOS) COM PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E RECEPÇÕES AOS UNIVERSITÁRIOS PARTICIPANTES DO CERTAME MENCIONADO NO ARTIGO ANTERIOR.

ART. 3º - AS APLICAÇÕES E COMPROVAÇÕES DAS DESPESAS / AUTORIZADAS NOS ARTIGOS 1º E 2º DESTA LEI, SERÃO FEITOS PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E RECREAÇÕES.

ART. 4º - PARA COBERTURA DAS DESPESAS ORIUNDAS DESTA LEI, FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR OS CRÉDITOS ADICIONAIS NECESSÁRIOS.

ART. 5º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS (1º) PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JULHO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

Ovído Antônio de Angelis

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

Form-G - 001

Elina de Campos

SEBASTIÃO ARANTES

JUAREZ MAGALHAES DE ALMEIDA

JCF/IRM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.172, DE 27 DE JUNHO DE 1.969.

"INTRODUZ MULTA NOS DÉBITOS PARA COM A PAVICAP E DÁ OUTRAS PROVL DÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO' A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - NO PAGAMENTO DE TAXAS DE ASFALTO DE QUE TRATA O ART. 13 E SEUS §§ DA LEI Nº 3.354, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1.966, QUANDO EM ATRASO IGUAL OU SUPERIOR A 3 (TRÊS) MESES, INCIDIRÁ MULTA DE 20% (VINTE POR CENTO) SÔBRE O VALOR EM ATRASO, A PARTIR DE 1º DE AGÔSTO DE 1.969.

ART. 2º - AS COMINAÇÕES PREVISTAS NESTA LEI NÃO PREJUDICARÃO TAXAS, JUROS OU OUTRAS MULTAS, LEGALMENTE, INCIDENTES.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS NOVE (9) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

IRIS REZENDE MACHADO
IRIS REZENDE MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS
OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

SÉRGIO DIAS GUIMARÃES
SÉRGIO DIAS GUIMARÃES

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ELINA DE CAMPOS
ELINA DE CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.173, DE 27 DE JUNHO DE 1969.

"DISPÕE SÔBRE DENOMINAÇÃO DE
AVENIDA E DÁ OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS".

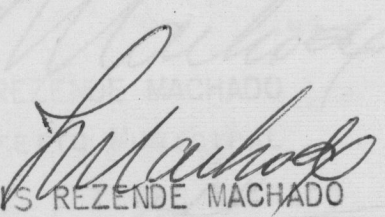
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:-

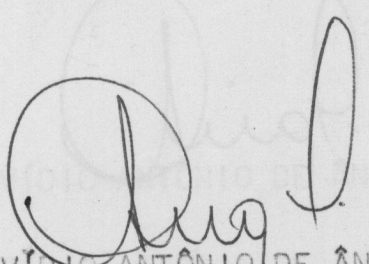
ART. 1º - PASSA A DENOMINAR-SE JOÃO MASCARENHAS A
ATUAL AVENIDA 85, QUE SE ESTENDE DA QUADRA D-12, (COLÉ
GIO MARISTA) ATÉ O ESTÁDIO DO GOIÁS FUTEBOL CLUBE, NO
SETOR PEDRO LUDOVICO.

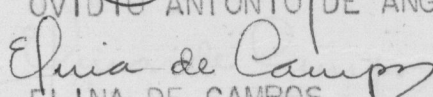
ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO.

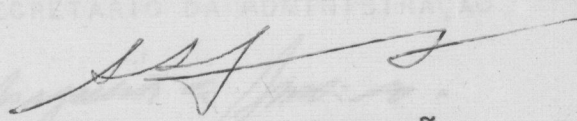
ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

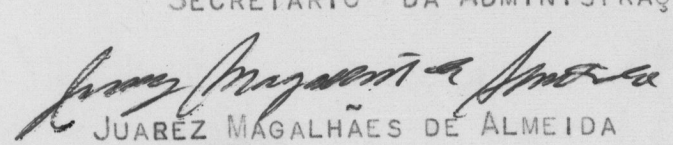
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS NO
VE (9) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA
E NOVE (1.969).


IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

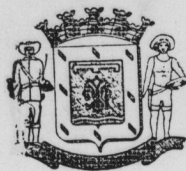

ELINA DE CAMPOS


SÉRGIO DIAS GUIMARÃES
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

VPs/IRM

Gabinete -
Machado



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.174, DE 27 DE JUNHO DE 1.969.

"AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA LAVANDE
RIA PÚBLICA NA VILA FAMA".

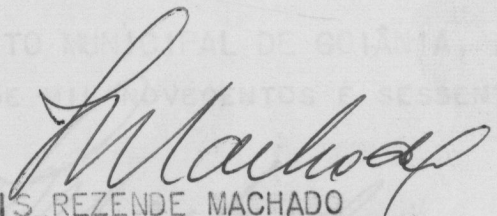
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

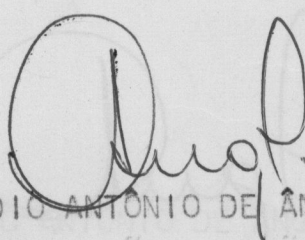
ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, AUTORIZADA A CHE
FIA DO PODER EXECUTIVO, A CRIAR UMA LAVANDERIA PÚBLICA NA
VILA FAMA, NESTA CAPITAL.

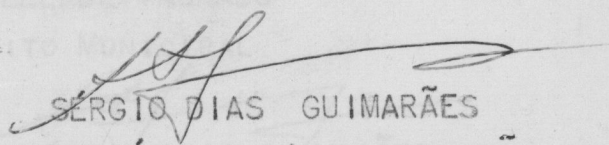
ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO.

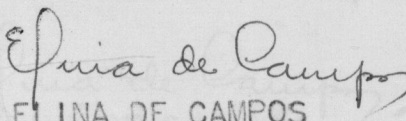
ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

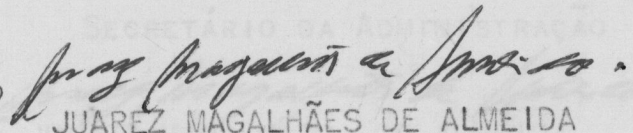
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS NOVE
(9) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E
NOVE (1.969).


IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVÍDIO ANTONIO DE ANGELIS


SÉRGIO DIAS GUIMARÃES
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO


ELINA DE CAMPOS


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.175, DE 27 DE JUNHO DE 1.969.

LEI Nº 4.175, DE 27 DE JUNHO DE 1.969.

"CRIA CURSO NOTURNO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZA
DO A CRIAR UM CURSO PRIMÁRIO NOTURNO NO GRUPO ESCOLAR SITUA
DO À MARGEM DIREITA DA GO-3, NO LOCAL DENOMINADO PARQUE DOS
BURITIS, NÊSTE MUNICÍPIO.

ART. 2º - É O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AU
TORIZADO A PROCEDER ÀS OPERAÇÕES DE CRÉDITO NECESSÁRIAS À E
XECUÇÃO DA PRESENTE LEI.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS NOVE
(9) DIAS DO MÊS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NO
VE (1.969).

IRIS REZENDE MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS

SÉRGIO DIAS GUIMARÃES

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ELINA DE CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



ulbkg

Gorlinelli

PUBLICADO
Dom. 26 09 69, 183, Pl. 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.176, DE 7 DE AGOSTO DE 1969.

"AUTORIZA EXPROPRIAÇÃO E INDENIZAÇÃO"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE
GUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A EX
PROPRIAR AS BENFEITORIAS CONSTANTES DE UMA CASA RESIDENCIAL EDIFICA
DA PARCIALMENTE NO LEITO DA RUA 231, DA VILA COIMBRA, COM OITO CÔ
MODOS, PERTENCENTE A DONA MARIA ALVES GUIMARAES, PARA DESOBSTRUÇÃO
DA REFERIDA RUA.

PARÁGRAFO 1º - O PREÇO DA INDENIZAÇÃO NÃO PODERÁ SER SUPE
RIOR A OITO MIL CRUZÉIROS NOVOS.

ART. 2º - FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A A
BRIR CRÉDITO ESPECIAL ATÉ O VALOR DA INDENIZAÇÃO, COM OS RECURSOS
DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS DE
EXPROPRIAÇÃO.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA SAN
ÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS SETE(7)
DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE(1969) .

IRIS REZENDE MACHADO
IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

OVÍDIO ANTONIO DE ÂNGELIS
OVÍDIO ANTONIO DE ÂNGELIS

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Daniel Borges Campos
DANIEL BORGES CAMPOS

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

VPS/IRM

LEI Nº 4.177, DE 7 DE AGOSTO DE 1969

"CONCEDE AO DR. PERSEU MATIAS, o tí
TULO DE "CIDADÃO BENEMÉRITO DE GOI
ÂNIA".

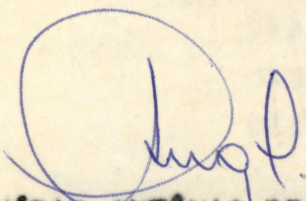
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

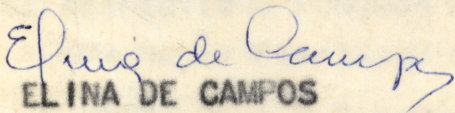
ART. 1º - FICA CONCEDIDO AO SENHOR DOUTOR PERSEU MATIAS, SECRETÁRIO DO GOVÊRO MUNICIPAL, o TÍTULO DE "CIDADÃO BENEMÉRITO DE GOIÂNIA", COMO TESTEMUNHO DE INEQUÍVOCA ADMIRACÃO E RECONHECIMENTO PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À CIDADE.


ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS DEZOITO(18) DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).


IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS


ELINA DE CAMPOS


DANIEL BORGES CAMPOS


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

LEI Nº 4.178, DE 14 DE AGOSTO DE 1.969.

"**CRIA A SUPERINTENDÊNCIA DO PARQUE MUTIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA CRIADA A SUPERINTENDÊNCIA DO PARQUE MUTIRAMA - CENTRO DE EDUCAÇÃO, RECREAÇÃO E DIVERSÕES, COM PERSONALIDADE JURÍDICA E AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, NOS TERMOS DESTA LEI, COM O OBJETIVO DE MANTER EM FUNCIONAMENTO O PARQUE MUTIRAMA, PROVER AS SUAS NECESSIDADES, CONTRATAR O PESSOAL TÉCNICO E ESPECIALIZADO, MÃO DE OBRA, EMPREITAR SERVIÇOS DE TERCEIROS, REGULAMENTAR AS SUAS ATIVIDADES, EXERCER, ENFIM, TÔDAS AS ATRIBUIÇÕES INERENTES ÀS SUAS FINALIDADES E OUTRAS QUE FOREM DELEGADAS PELO PREFEITO MUNICIPAL.

ART. 2º - O MUTIRAMA SERÁ DIRIGIDO POR UMA DIRETORIA, COMPOSTA DE TRÊS (3) MEMBROS, DE LIVRE ESCOLHA DO PREFEITO MUNICIPAL, COMPOSTA DE UM (1) SUPERINTENDENTE E DOIS (2) DIRETORES, SENDO UM (1) DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E UM (1) DIRETOR TÉCNICO".

PARÁGRAFO ÚNICO - OS MEMBROS DA DIRETORIA EXERCERÃO AS SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL E TERÃO A REMUNERAÇÃO FIXADA EM ATO DO PODER EXECUTIVO.

ART. 3º - À DIRETORIA DO MUTIRAMA COMPETE A ORIENTAÇÃO, DIREÇÃO, COORDENAÇÃO E CONTRÔLE DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO.

ART. 4º - O FUNCIONAMENTO DO MUTIRAMA, BEM COMO, A CONSTITUIÇÃO DO SEU QUADRO DE PESSOAL SERÃO OBJETOS DE REGULAMENTO A SER BAIXADO PELO PREFEITO MUNICIPAL.

ART. 5º - O MUTIRAMA UTILIZARÁ, DENTRO DAS POSSIBILIDADES, E MEDIANTE REQUISIÇÃO, A COOPERAÇÃO TÉCNICA E MÃO DE OBRA DOS SERVIDORES COMPONENTES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MU

MUNICIPAIS, PODENDO CONTRATAR O PESSOAL NECESSÁRIO AO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES FORA DOS QUADROS DA PREFEITURA, PREENCHIDAS AS FORMALIDADES LEGAIS.

ART. 6º - AS RELAÇÕES DE EMPREGO DO PESSOAL DO MUTIRAMA SERÃO REGIDAS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.

ART. 7º - É CRIADO O FUNDO DE MANUTENÇÃO DO MUTIRAMA QUE SE DESTINARÁ A CUSTEAR AS SUAS ATIVIDADES.

ART. 8º - O FUNDO CRIADO PELO ARTIGO ANTERIOR SERÁ CONSTITUÍDO DAS SEQUINTES RECEITAS:

A) - A ARRECADAÇÃO PRÓPRIA, DECORRENTE DE VISITAÇÃO E UTILIZAÇÃO PÚBLICA;

B) - RENDAS DERIVADAS DE LOCAÇÕES DE BENS OU SERVIÇOS CONCEDIDOS A TERCEIROS;

C) - OUTRAS RENDAS DERIVADAS DE SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUTIRAMA À ENTIDADES PRIVADAS;

D) - DOAÇÕES OU LEGADOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS;

E) - PRODUTOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO;

F) - RECURSOS ORIUNDOS DO GOVÊRNO DO ESTADO, MUNICÍPIO, DA UNIÃO E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS;

PARÁGRAFO ÚNICO - DA RECEITA LÍQUIDA ANUAL, APURADA EM BALANÇO, DESTINAR-SE-Á:

A) - 60% (SESSENTA POR CENTO) PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE;

B) - 40% (QUARENTA POR CENTO) PARA OS COFRES DA MUNICIPALIDADE.

ART. 9º - O BALANÇO ANUAL DO MUTIRAMA SERÁ APROVADO POR DECRETO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

ART. 10 - O MUTIRAMA, PARA ATENDER ÀS SUAS FINALIDADES, PODERÁ, SEMPRE QUE NECESSÁRIO, CONTRAIR EMPRÉSTIMOS, CELEBRAR CONTRATOS OU CONVÊNIOS COM ENTIDADES E EMPRESAS PÚBLICAS OU PRIVADAS.

PARÁGRAFO ÚNICO - PARA ATENDER AO DISPÔSTO NÊSTE ARTIGO, FICA O PREFEITO MUNICIPAL AUTORIZADO A CONCEDER AVAL, ENDÔSSO, FIANÇA OU OUTRAS MODALIDADES DE GARANTIA DA PREFEITURA MUNICIPAL AO MUTIRAMA.

ART. 11 - AS CONTAS DA GESTÃO FINANCEIRA DO MUTIRAMA
SERÃO ENCAMINHADAS COM AS DO PREFEITO MUNICIPAL, À APRECI-
ÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

ART. 12 - O MUTIRAMA FUNCIONARÁ, SEMPRE, EM ESTREITA /
CORRELAÇÃO COM O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO.

ART. 13 - FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A
BAIXAR, MEDIANTE DECRETO, NORMAS COMPLEMENTARES NECESSÁRIAS À
EXECUÇÃO DA PRESENTE LEI.

ART. 14 - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PU
BLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS 10(DEZ)
DIAS DO MÊS DE ASETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE
(1969).

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

Daniel Borges Campos
DANIEL BORGES CAMPOS

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

LEI Nº 4.179, DE 14 DE AGOSTO DE 1.969.

"Denomina Praça e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

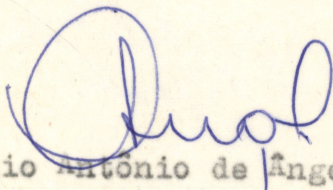
Art. 1º - Fica denominada PRAÇA DOS MOTORISTAS, a
Praça existente na confluência das Avenidas Anhanguera, Ave-
nida "A" e Alameda P-2.

Art. 2º - Fica determinada a construção do MONUMEN-
TO AO MOTORISTA ANÔNIMO, conforme Lei nº 3.704, de 18 de a-
gosto de 1.967.

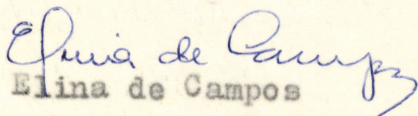
Art. 3º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a
proceder à necessária abertura de crédito para ocorrer às
despesas decorrentes ao cumprimento da presente Lei.

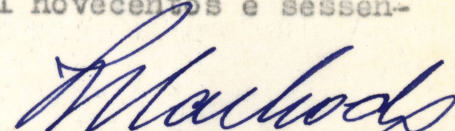
Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
quinze(15) dias do mês de agosto de mil novecentos e sessen-
ta e nove(1.969).

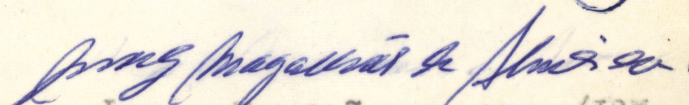


Ovídio Antônio de Angelis


Elina de Campos


IRIS REZENDE MACHADO
-Prefeito Municipal-


Daniel Borges Campos


Juarez Magalhães de Almeida



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.180 DE 27 DE JUNHO DE 1.969

"ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO MUNI
CÍPIO DE GOIÂNIA."

V E T A D O

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANÇÃO A SE-
GUINTE LEI:

ART. 1º - FICA AUTORIZADA A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO, A
FIRMAR UM CONVENIO COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS PARA MAN-
UTENCAO E MANUTENCAO DO PLANETARIO, RECENTEMENTE ADQUIRIDO E DES-
TINADO AQUELE ORGAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA.

ART. 2º - O REFERIDO PLANETARIO SERA MANTIDO EM AREA DO
PARQUE METEOROLOGICO - CENTRO DE DIVERSOES E RECREACAO, DE PROPRIEDADE
MUNICIPAL, ACESSIVEL A VISITACAO PUBLICA.

PARAGRAFO - UNICO - A PREFEITURA MUNICIPAL PODERA, A CRIT-
RIO DO ORCAO SUPERVISOR DO PARQUE, COBRAR UMA TAXA DOS VISITA-
TES E USUARIOS DAQUELE INSTRUMENTO, PARA SUA MANUTENCAO.

ART. 3º - FICA, AINDA, AUTORIZADA A CHEFIA DO PODER EXECU-
TIVO, A TITULO DE INDENIZACAO, A PAGAR, ATÉ UM LIMITE DE R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROS
NOVOS) AS UNIDADES DE ENSINO DAQUELA UNIVERSIDADE FEDERAL, BENEF-
ICIARIAS COM APLACAO DEU-FIO, DAS TAXAS INCIDENTES SOBRE ESTES
BENEFICIOS, COMO PAGAMENTO PELA CONCESSAO DE USO DO MENCIONADO
PLANETARIO.

ART. 4º - A PREFEITURA MUNICIPAL E A UNIVERSIDADE FEDERAL
DE GOIAS, DISPONHAO, NO CONVENIO A SER FIRMADO, PRAZO, CONDIÇÕES,
EXIGENCIAS E TODAS AS OUTRAS ESPECIFICACOES ATINENTES A CONCESSAO.

ART. 5º - ESTA LEI ENTRARA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICA-
CAO, REVOCADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRARIO.

O SR. PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, EM 18 DE AGOSTO
DE 1969, DEU O SEU VOTO EM FAVOR DA LEI Nº 4.180 DE 27 DE JUNHO DE 1969.

LEI Nº 4.181, DE 14 DE AGOSTO DE 1.969.

"AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, ESPECIFICAMENTE DA PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA AUTORIZADA A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR UM CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS PARA MONTAGEM E MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO, RECENTEMENTE ADQUIRIDO E DESTINADO AQUELE ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

ART. 2º - O REFERIDO PLANETÁRIO SERÁ MONTADO EM ÁREA DO PARQUE MUTIRAMA - CENTRO DE DIVERSÕES E RECREAÇÃO, DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA E COLOCADO A VISITAÇÃO PÚBLICA.

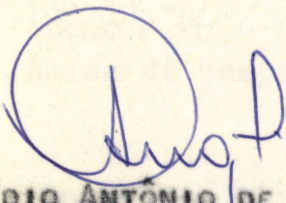
PARÁGRAFO - ÚNICO - A PREFEITURA MUNICIPAL PODERÁ, A CRITÉRIO DO ÓRGÃO SUPERVISOR DO PARQUE, COBRAR UMA TAXA DOS VISITANTES E USUÁRIOS DAQUELE INSTRUMENTO, PARA SUA MANUTENÇÃO.

ART. 3º - FICA, AINDA, AUTORIZADA A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO, A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO, A ISENTAR, ATÉ UM LIMITE NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROS NOVOS) AS UNIDADES DE ENSINO DAQUELA UNIVERSIDADE FEDERAL, BENEFICIADAS COM ASFALTO MEIO-FIO, DAS TAXAS INCIDENTES SOBRE ESSES BENEFÍCIOS, COMO PAGAMENTO PELA CONCESSÃO DE USO DO MENCIONADO PLANETÁRIO.

ART. 4º - A PREFEITURA MUNICIPAL E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, DISPORÃO, NO CONVÊNIO A SER FIRMADO, PRAZO, CONDIÇÕES, EXIGÊNCIAS E TODAS AS OUTRAS ESPECIFICAÇÕES ATINENTES A CONCESSÃO.

ART. 5º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS (18) DEZOITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE / (1.969).


Ovídio Antônio de Ângelis
Elina de Campos
Elina de Campos


IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-


DANIEL BORGES CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

LEI Nº 4.182. DE 14 DE AGOSTO DE 1.969.

"Prorroga, por 30 (trinta) dias, o início da Cobrança da multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre a taxa de asfalto, em atraso".

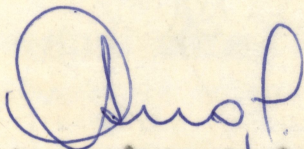
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica prorrogado, por trinta dias a contar de 1º de agosto do corrente ano, o início da cobrança da multa de 20% (vinte por cento), de que trata o artigo 1º, da Lei nº 4.172, de 27 de junho de 1.969, incidente sobre a taxa de asfalto em atraso, devida à PAVICAP.

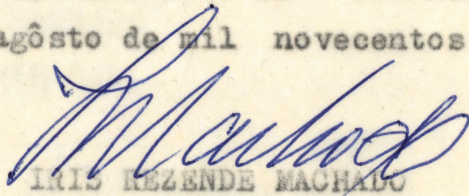
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
aos quatorze (14) dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

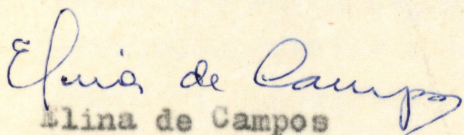


Ovídio Antônio de Angelis



IRIS REZENDE MACHADO

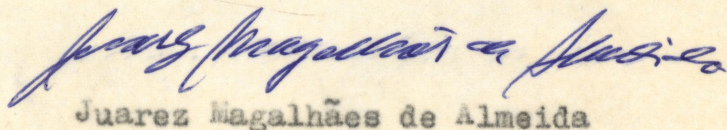
-Prefeito Municipal-



Elina de Campos



Daniel Borges Campos



Juarez Magalhães de Almeida

Procuradoria

LEI Nº 4.183, DE 14 DE AGOSTO DE 1969.

"CONCEDE TÍTULO HONORÍFICO DE
CIDADÃO GOIANIENSE".

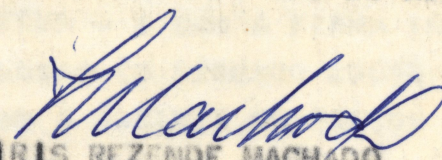
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

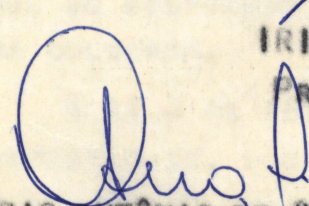
ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONCEDI
DO O TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO GOIANIENSE, AO SE
NHOR JOSÉ PEDRO DE ALMEIDA.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DA
TA DE SUA PUBLICAÇÃO.

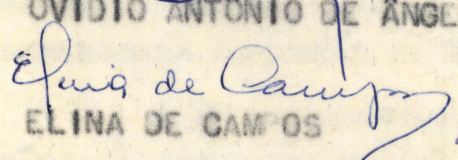
ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CON
TRÁRIO.

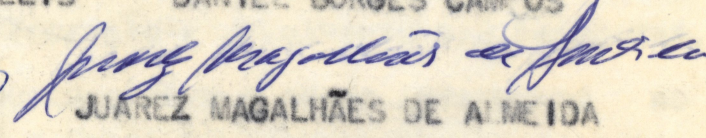
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
AOS VINTE E TRÊS (23) DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE (1969).


IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS


DANIEL BORGES CAMPOS


ELINA DE CAMPOS


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

Procurador

Mj

LEI Nº 4.184, DE 14 DE AGOSTO DE 1969

**"AUTORIZA ABERTURA DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA
PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS
DESTA CAPITAL E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS".**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:**

ART. 1º - FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A CONCEDER, MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA REALIZADA SEGUNDO AS NORMAS DO DECRETO-LEI FEDERAL Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967, E LEI MUNICIPAL Nº 3.670, DE 6 DE JUNHO DE 1967, A FIRMAS INDIVIDUAIS, EMPRESAS PRIVADAS E INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA O DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS DESTA CAPITAL PELO PRAZO DE 10 (DEZ) ANOS.

ART. 2º - NÃO PODERÁ SER FEITA A CONCESSÃO A MENOS DE 2 (DUAS) NEM A MAIS DE 4 (QUATRO) CONCORRENTES.

ART. 3º - PODERÃO SER FIRMADOS CONTRATOS COM A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GOIÂNIA, FUNDAÇÃO E ABRIGO DOS MENORES ABANDONADOS - FAMA - E COM A FIRMA INDIVIDUAL OU EMPRESA PRIVADA QUE SE COLOCAR EM SEGUNDO LUGAR NA CONCORRÊNCIA, DESDE QUE SE DISPONHAM A ACEITAR OS PREÇOS E CONDIÇÕES DA PRIMEIRA COLOCADA.

§ 1º - AS ENTIDADES MENCIONADAS NESTE ARTIGO DEVERÃO MANIFESTAR-SE, POR ESCRITO, DENTRO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS CONTADAS DO MOMENTO EM QUE SE DECLARAR ULTIMADOS OS TRABALHOS DA COMISSÃO DE RECEPÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

§ 2º - DECORRIDO EM BRANCO O PRAZO ESTIPULADO NO PARÁGRAFO ANTERIOR PODERÁ O PODER CONCEDENTE CONVOCAR AS DE MAIS CONCORRENTES E INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA, SEGUIDA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA SE MANIFESTAREM EM IGUAL PRAZO, SE ACEITAM EXPLORAR OS SERVIÇOS NAS CONDIÇÕES DA PRIMEIRA COLOCADA.

ART. 4º - ALÉM DAS PROVAS EXIGIDAS NO EDITAL COMPE

TE ÀS INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA PROVAR:

I - TER SEDE NESTA CAPITAL HÁ MAIS DE 15 (QUINZE) ANOS, COM REGULAR E ININTERRUPTO FUNCIONAMENTO;

II - SUA PERSONALIDADE JURÍDICA POR CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DOS SEUS ESTATUTOS, FORNECIDA PELO CARTÓRIO COMPETENTE;

III - TER DOMÍNIO E POSSE DE BENS IMÓVEIS DE VALOR SUPERIOR A NCR\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS NOVOS);

IV - A NATUREZA DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA QUE VEM PRESTANDO, POR ATESTADO DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA LOCAL.

ART. 5º - ATÉ QUE AS NOVAS CONCESSIONÁRIAS INSTALEM SEUS SERVIÇOS, PODERÁ O CHEFE DO PODER EXECUTIVO PERMITIR A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS A DUAS OU MAIS ENTIDADES, EM CARÁTER PREGÁRIO.

ART. 6º - AS CONCESSIONÁRIAS FICAM OBRIGADAS A:

I - MANTER SERVIÇO SOCIAL DE LUTO;

II - ABRIR NOS BAIRROS E VILAS TANTAS AGÊNCIAS QUANTAS FOREM NECESSÁRIAS AO BOM ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS;

III - FORNECER, GRATUITAMENTE, CAIXÃO, TRANSPORTES E SEPULTAMENTO PARA OS INDIGENTES;

IV - MANTER OS SERVIÇOS EM PERMANENTE ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS;

V - MANTER, EM AMOSTRA, O MATERIAL EMPREGADO NA CONFECÇÃO DOS CAIXÕES;

VI - MANTER ESTOQUE DE CAIXÕES;

VII - MANTER SEMPRE AFIXADA EM SUA SEDE A TABELA DE PREÇOS;

VIII - MANTER UM TIPO ESPECIAL DE CAIXÃO PARA INDIGENTES.

ART. 7º - O SEPULTAMENTO DE INDIGENTES SERÁ FEITO POR DISTRIBUIÇÃO ÀS CONCESSIONÁRIAS, EQUITATIVAMENTE.

§ 1º - PARA OS EFEITOS DÊSTE ARTIGO A PREFEITURA

3.
Muy

MANTERÁ:

I - UM LIVRO ESPECIAL DE DISTRIBUIÇÃO DO QUAL SERÃO EXTRAÍDOS OS DADOS E ENCAMINHADOS IMEDIATAMENTE À CONCESSIONÁRIA A QUEM COMPETIR O SEPULTAMENTO;

II - UM SERVIÇO DE PLANTÃO POR DOZE (12) HORAS DIÁRIAS, DESTINADO AO ATENDIMENTO DOS INTERESSADOS.

§ 2º - A COMUNICAÇÃO PODERÁ SER FEITA TAMBÉM POR VIA TELEFÔNICA.

ART. 8º - OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS CONCEDIDOS FICAM SUJEITOS À LEGISLAÇÃO VIGENTE E A QUE VIER A VIGORAR DURANTE O PRAZO DA CONCESSÃO.

ART. 9º - A PREFEITURA, ATRAVÉS DOS SEUS SERVIDORES, MANTERÁ PERMANENTE E CONTINUADA FISCALIZAÇÃO JUNTO ÀS CONCESSIONÁRIAS.

§ 1º - FICA ASSEGURADO AOS SERVIDORES ENCARREGADOS DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS O LIVRE ACESSO AOS ESCRITÓRIOS, OFICINAS, PROPRIEDADES E INSTALAÇÕES DO SERVIÇO DAS CONCESSIONÁRIAS.

§ 2º - ESSA FISCALIZAÇÃO TERÁ POR OBJETO:

I - INVESTIGAR TODOS E QUAISQUER ATOS, MÉTODOS, PRÁTICAS E ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS;

II - INVESTIGAR O CUMPRIMENTO DESTA LEI, DO CONTRATO E DAS TABELAS DE PREÇOS;

III - INVESTIGAR OS FATOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E CONTÁBEIS PARA APLICAÇÃO DA LEI FISCAL DO MUNICÍPIO E AVERIGUAR SE OS PREÇOS COBRADOS PERMITEM O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS.

ART. 10 - O CONTRATO DE CONCESSÃO NÃO PODERÁ SER CEDIDO OU TRANSFERIDO SEM A EXPRESSA ANUÊNCIA DO PODER CONCEDENTE E APENAS NOS SEGUINTE CASOS:

I - QUANDO HOUVER INTERESSE PÚBLICO;

II - QUANDO EXPROPRIADAS AS INSTALAÇÕES E IMÓVEIS DA CONCESSIONÁRIA, NÃO TIVER ELA CONDIÇÕES DE CONTINUAR, SEM INTERRUPÇÃO, NA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS;

14.

III - QUANDO A CONCESSIONÁRIA FÔR EXTINTA, JUDICIAL OU EXTRA-JUDICIALMENTE, OU FÔR PEDIDA SUA EXTINÇÃO;

IV - QUANDO PEDIR CONCORDATA OU FÔR DECLARADA FALIDA.

ART. II - PODERÁ O PODER CONCEDENTE RETOMAR OS SERVIÇOS CONCEDIDOS QUANDO:

I - A CONCESSIONÁRIA IMPEDIR OU TENTAR IMPEDIR, POR QUALQUER FORMA, A FISCALIZAÇÃO PELA CONCEDENTE;

II - FÔR DECLARADA CONCORDATÁRIA OU FALIDA;

III - FÔR PEDIDA SUA EXTINÇÃO JUDICIALMENTE;

IV - EXECUTAR OS SERVIÇOS CONTRARIAMENTE AOS INTERÊSES PÚBLICOS;

V - EXECUTAR OS SERVIÇOS EM DESCONFORMIDADE COM A LEI, COM O ATO DE CONCESSÃO, COM O CONTRATO E COM A TABELA DE PREÇOS;

VI - OS SERVIÇOS PRESTADOS FOREM INSUFICIENTES PARA O SATISFATÓRIO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS;

VII - HOVER NEGLIGÊNCIA NA CONSERVAÇÃO E HIGIENE DOS CARROS FUNERÁRIOS;

VIII - FÔR EMPREGADO MATERIAL INFERIOR AO PREVISTO PARA CADA CLASSE OU TIPO DE CAIXÃO;

IX - A CONCESSIONÁRIA AGIR DE MODO A FERIR OU MELINDRAR A FAMÍLIA ENLUTADA, DESDE QUE HAJA PROVA NESSE SENTIDO, MEDIANTE RECLAMAÇÃO OU INVESTIGAÇÃO PELO PODER CONCEDENTE;

X - USAR ATAÚDE JÁ SERVIDO PARA SEPULTAMENTO DE INDIGENTES;

XI - DEIXAR DE ATENDER PEDIDO DA CONCEDENTE PARA TRANSPORTE, SEPULTAMENTO OU CAIXÃO DE INDIGENTE;

XII - TRANSFERIR O CONTRATO DE CONCESSÃO FORA DOS CASOS PERMITIDOS EM LEI.

PARÁGRAFO ÚNICO - ALÉM DOS CASOS PREVISTOS NESTE ARTIGO PODERÃO SER ESTABELECIDAS NO CONTRATO OUTRAS CAUSAS QUE MOTIVEM A SUA RESCISÃO.

ART. 12 - A INFRAÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS AUTORIZA O PODER CONCEDENTE A INSTAURAR SINDICÂNCIA PARA APURÁ-LAS, POR SERVIDORES DO QUADRO OU POR TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, A FIM DE PROMOVER A RESCISÃO CONTRATUAL.

ART. 13 - A CONCESSIONÁRIA QUE TIVER SEU CONTRATO RESCINDIDO, NA FORMA DO ART. 11, DESTA LEI, FICARÁ SUJEITA À MULTA DE 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) SALÁRIOS-MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA EM QUE SE EFETIVAR A RESCISÃO E IMPEDIDA DE PARTICIPAR DA CONCORRÊNCIA ABERTA PARA SUA SUCESSÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO - ATÉ QUE SE EFETIVE A CONCORRÊNCIA DE QUE TRATA ESTE ARTIGO OS SERVIÇOS QUE VINHAM SENDO PRESTADOS PELA CONCESSIONÁRIA CULPADA PASSAM A SER PRESTADOS PELAS REMANESCENTES.

ART. 14 - PARA OS EFEITOS DO ARTIGO ANTERIOR A CONCESSIONÁRIA MANTERÁ UMA CAUÇÃO ATUALIZADA, ANUALMENTE, NA PREFEITURA, EM DINHEIRO, TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL, LETRAS IMOBILIÁRIAS OU OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOURO, DESDE QUE EMITIDAS EM SEU NOME PRÓPRIO E TRANSFERÍVEIS.

PARÁGRAFO ÚNICO - AS INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA FICAM DISPENSADAS DESSA CAUÇÃO, E, SE DEREM CAUSA A RESCISÃO DOS CONTRATOS POR ELAS FIRMADOS, TORNAM-SE IMPEDIDAS DE PARTICIPAREM DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA SUA SUCESSÃO PELO PRAZO DE VINTE (20) ANOS.

ART. 15 - AS CONCORRENTES DEVERÃO APRESENTAR OS PREÇOS DOS FUNERAIS COMUNS E SUPER-LUXO PARA ADULTOS E MENORES, SERVIÇOS DIVERSOS, SUPLEMENTOS RELIGIOSOS EM TABELAS, SEGUNDO O MODELO INTEGRANTE DESTA LEI.


PARÁGRAFO ÚNICO - OS SUPLEMENTOS RELIGIOSOS NÃO CONSTITUEM EXCLUSIVIDADE DAS CONCESSIONÁRIAS.

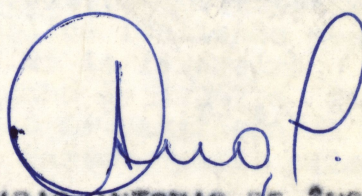
ART. 16 - A TABELA DE PREÇOS SERÁ REVISTA ANUALMENTE, TENDO POR BASE OS ÍNDICES DE CORREÇÃO PUBLICADOS PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, E SOMENTE VIGORARÁ A PARTIR DA LEI QUE A FIXAR.

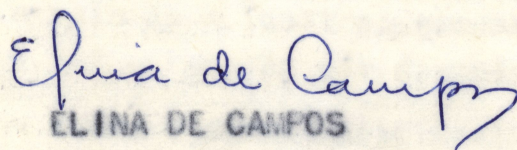
ART. 17 - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA
SANCÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

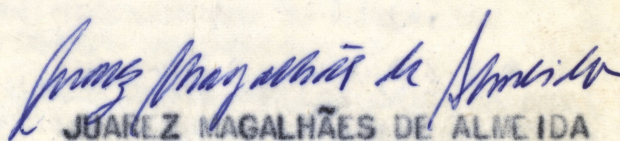
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS DE-
ZOITO (18) DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE UM MIL, NOVECENTOS E SES-
SENTA E NOVE (1969).


DANIEL BORGES CAMPOS


IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVIDIO ANTONIO DE ÂNGELIS


ELINA DE CAMPOS


JUAZEL MAGALHÃES DE ALMEIDA

LEI Nº 4.184, DE 14 DE AGOSTO DE 1.969.

"Autoriza abertura de concorrência pública para exploração dos serviços funerários desta Capital e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE-
QUINTE LEI,--

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mediante concorrência pública realizada segundo as normas do Decreto-Lei Federal nº 200, de 25 de fevereiro de 1.967, de Lei Municipal nº 3.670, de 6 de junho de 1.967, a firmas individuais, Empresas Privadas e Instituições de Beneficência o Direito de exploração dos SERVIÇOS FUNERÁRIOS desta Capital pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 2º - Não poderá ser feita a concessão a menos de 2 (duas) nem a mais de 4 (quatro) concorrentes.

Art. 3º - Poderão ser firmados contratos com a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GOIÂNIA, FUNDAÇÃO E ABRIGO DOS MENORES ABANDONADOS - FAMA - e com a firma individual ou empresa privada que se colocar em segundo lugar na concorrência desde que se disponham a aceitar os preços e condições da primeira colocada.

§ 1º - As entidades mencionadas neste artigo deverão manifestar-se, por escrito, dentro de vinte e quatro (24) horas contadas do momento em que se declarar ultimados os trabalhos da Comissão de Recepção e Julgamento das propostas.

§ 2º - Decorrido em branco o prazo circulado no parágrafo anterior poderá o Poder Concedente convocar as demais concorrentes e instituições de Beneficência seguida a ordem de classificação, para se manifestarem em igual prazo, se aceitam explorar os serviços nas condições da primeira colocada.

Art. 4º - Além das provas exigidas no Edital compete às Instituições de Beneficência provar:

I - Ter sede nesta Capital há mais de 15 (quinze) anos com regular e ininterrupto funcionamento;

II - Sua personalidade jurídica por certidão de inteiro teor dos seus Estatutos fornecida pelo Cartório competente;

III - Ter domínio e posse de bens imóveis de valor superior a Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos);

IV - A natureza dos serviços de assistência que vem prestando, por atestado da autoridade judiciária local.

Art. 5º - Até que as novas concessionárias instalem seus serviços poderá o Chefe do Poder Executivo permitir a exploração dos Serviços Funerários a duas ou mais entidades, em caráter precário.

Art. 6º - As concessionárias ficam obrigadas a:

I - manter serviço social de luto;

II - abrir nos bairros e vilas tantas agências quantas forem

(Continuação):

necessárias ao bom atendimento dos usuários;

III - fornecer, gratuitamente, caixão, transporte e sepultamento para os indigentes;

IV - manter os serviços em permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários;

V - manter, em amostra, o material empregado na confecção dos caixões;

VI - manter estoque de caixões;

VII - manter sempre afixada em sua sede a tabela de preços;

VIII - manter um tipo especial de caixão para indigentes.

Art. 7º - O sepultamento de indigentes será feito por distribuição às concessionárias, equitativamente.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo a Prefeitura manterá:

I - um livro especial de distribuição do qual serão extraídos os dados e encaminhados imediatamente à concessionária a quem competir o sepultamento;

II - um serviço de plantão por doze (12) horas diárias, destinado ao atendimento dos interessados.

§ 2º - A comunicação poderá ser feita também por via telefônica.

Art. 8º - Os Serviços Funerários concedidos ficam sujeitos à legislação vigente e a que vier a vigorar durante o prazo da concessão.

Art. 9º - A Prefeitura, através dos seus servidores, manterá permanente e continuada fiscalização junto às concessionárias.

§ 1º - Fica assegurado aos servidores encarregados da fiscalização dos Serviços Funerários o livre acesso aos escritórios, oficinas, propriedades e instalações do serviço das concessionárias.

§ 2º - Essa fiscalização terá por objeto:

I - investigar todos e quaisquer atos, métodos, práticas e adequação dos Serviços Funerários;

II - investigar o cumprimento desta Lei, do contrato e das tabelas de preços;

III - investigar os fatos econômico-financeiros e contábeis para aplicação da Lei Fiscal do Município e averiguar se os preços cobrados permitem o cumprimento das obrigações legais.

Art. 10º - O contrato de concessão não poderá ser cedido ou transferido sem a expressa anuência do Poder Concedente e apenas nos seguintes casos:

I - Quando houver interesse público;

II - Quando expropriadas as instalações e imóveis da concessionária não tiver ela condições de continuar, sem interrupção, na exploração dos Serviços;

III - Quando a concessionária for extinta, judicial ou extrajudicialmente, ou for pedida sua extinção;

IV - Quando pedir concordata ou for declarada falida.

Art. 11º - Poderá o Poder Concedente retomar os serviços concedidos quando:

I - a concessionária impedir ou tentar impedir, por qual-

my

(Continuação):

quer forma, a fiscalização pela concedente:

- II - fôr declarada concordatária ou falida;
- III - fôr pedida sua extinção judicialmente;
- IV - executar os serviços contrariamente aos interesses públicos;
- V - executar os serviços em desconformidade com a Lei, com o ato de concessão, com o contrato e com a tabela de preços;
- VI - os serviços prestados forem insuficientes para o satisfatório atendimento dos usuários;
- VII - houver negligência na conservação e higiene dos carros funerários;
- VIII - fôr empregado material inferior ao previsto para cada classe ou tipo de caixão;
- IX - a concessionária agir de modo a ferir ou melindrar a família enlutada, desde que haja prova nêsse sentido, mediante reclamação ou investigação pelo Poder Concedente;
- X - Usar ataúde já servido para sepultamento de indigente;
- XI - deixar de atender pedido da concedente para transporte, sepultamento ou caixão de indigente;
- XII - transferir o contrato de concessão fora dos casos permitidos em Lei.

Parágrafo Único - Além dos casos previstos neste artigo poderão ser estabelecidas no contrato outras causas que motivem a sua rescisão.

Art. 12º - A infração às normas legais e cláusulas contratuais autoriza o Poder Concedente a instaurar sindicância para apurá-las, por servidores do quadro ou por técnicos especializados, a fim de promover a rescisão contratual.

Art. 13º - A concessionária que tiver seu contrato rescindido, na forma do art. 11, desta Lei, ficará sujeita à multa de 250 (duzentos e cinquenta) salários-mínimos vigentes à época em que se efetivar a rescisão e impedida de participar da concorrência aberta para sua sucessão.

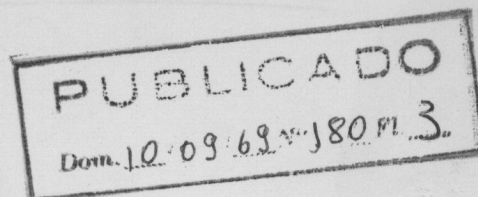
Parágrafo Único - Até que se efetive a concorrência de que trata este artigo os serviços que vinham sendo prestados pela concessionária culpada passam a ser prestados pelas remanescentes.

Art. 14º - Para os efeitos do artigo anterior, na Prefeitura, em dinheiro, Títulos da Dívida Pública Federal, Letras Imobiliárias ou Obrigações Ajustáveis do Tesouro, desde que emitidas em seu nome próprio e transferíveis.

Parágrafo Único - As instituições de Beneficência ficam dispensadas dessa caução, e, se darem causa a rescisão dos contratos por elas firmados tornam-se impedidas de participarem de concorrência pública para sua sucessão pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Art. 15º - As concorrentes deverão apresentar os preços dos funerais comuns e super-luxe para adultos e menores, serviços diversos, suplementos religiosos em tabelas, segundo o modelo integrante desta Lei.

Parágrafo Único - Os suplementos religiosos não constituem exclusividade das concessionárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.186, DE 20 DE AGOSTO DE 1.969.

"AUTORIZA A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO A INDENIZAR O SR. ANTÔNIO FERNANDES FIGUEIREDO E DÁ PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA AUTORIZADA A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO A INDENIZAR COM A IMPORTÂNCIA DE NCr\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS NOVOS) O SR. ANTÔNIO FERNANDES FIGUEIREDO POR DANOS CAUSADOS EM VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE.

ART. 2º - FICA, AINDA AUTORIZADO O PREFEITO MUNICIPAL A ABRIR, MEDIANTE DECRETO, UM CRÉDITO ESPECIAL, PARA A COBERTURA DO QUE ESPECIFICA A PRESENTE LEI.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS VINTE E SEIS DIAS (26) DO MÊS DE AGOSTO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

ELINA DE CAMPOS

DANIEL BORGES DE CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

LEI Nº 4.187, DE 25 DE AGOSTO DE 1.969.

"CRIA A SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE GOIÂNIA - SUPERPLAN".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO E DOS FINS

ART. 1º - FICA CRIADA A SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE GOIÂNIA, COM A SIGLA SUPERPLAN, COMO ENTIDADE AUTÁRQUICA, COM SÉDE E FORO NA CIDADE DE GOIÂNIA, DISPONDO DE PATRIMÔNIO PRÓPRIO E AUTONOMIA TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

ART. 2º - A SUPERPLAN TEM COMO OBJETIVO BÁSICO FORMULAR E DESENVOLVER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO, DE ACÔRDO COM A POLÍTICA E AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE GOIÂNIA / (PDIG).

ART. 3º - COMPETE À SUPERPLAN:

I - ENCAMINHAR AO EXECUTIVO MUNICIPAL O ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SÔBRE O PDIG E PROPOR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS A SUA IMPLANTAÇÃO;

II - ELABORAR OS DETALHES E AS ADAPTAÇÕES DO PDIG, PROMOVENDO ESTUDOS E PESQUISAS PARA O SEU APERFEIÇOAMENTO;

III - OPINAR SÔBRE OS PROJETOS DE LEI E AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS QUE TENHAM RELAÇÃO COM O PDIG;

IV - COLABORAR COM OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO SENTIDO DE RACIONALIZAR O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO;

V - CRIAR CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO E CONTINUIDADE, QUE POSSIBILITEM UMA ADAPTAÇÃO PERMANENTE DOS PLANOS SETORIAIS E GLOBAIS À DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO;

VI - COORDENAR E INTEGRAR O PLANEJAMENTO LOCAL COM AS DIRETRIZES DOS PLANOS NACIONAIS, ESTADUAIS E REGIONAIS;

VII - ELABORAR AS PROPOSTAS DE ORÇAMENTO PLURIANUAL DE

INVESTIMENTOS E DO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO MUNICÍPIO;

VIII - ANALISAR PROJETOS DE LOTEAMENTOS E DESMEMBRAMENTOS DE ÁREA URBANA SUBMETIDOS À APRECIÇÃO DA PREFEITURA E, NO QUE FÔR PERTINENTE, PROJETOS DE EDIFICAÇÕES;

IX - OPINAR SOBRE A LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS E DA INDÚSTRIAS QUE PRETENDEREM SE INSTALAR NO MUNICÍPIO.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 4º - SÃO ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DA SUPERPLAN:

I - O CONSELHO DELIBERATIVO;

II - A COORDENAÇÃO EXECUTIVA.

ART. 5º - O CONSELHO DELIBERATIVO, PRESIDIDO PELO PREFEITO, SERÁ CONSTITUÍDO DE REPRESENTANTES DOS SEGUINTE ÓRGÃOS E ENTIDADES:

I - DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

II - DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

III - DA PROCURADORIA MUNICIPAL;

IV - DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS;

V - DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA;

VI - DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA;

VII - DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

VIII - DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE GOIÁS - COHAB-GO;

IX - DA SUPERINTENDÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DA CAPITAL - PAVICAP;

X - DE UM REPRESENTANTE INDICADO PELA CÂMARA MUNICIPAL;

XI - PELOS MEMBROS DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA.

PARÁGRAFO ÚNICO - A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DEVERÁ ATENDER À ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO REUNIR OS SEUS ÓRGÃOS FUNDAMENTAIS.

ART. 6º - COMPETE AO CONSELHO DELIBERATIVO PRONUNCIAR-SE, SOBRE CONSULTAS, SUGERIR ESTÍMULOS PARA INICIATIVAS PRIVADAS NO MUNICÍPIO, APROVAR CONTRATOS DE PESSOAL, APRECIAR A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA E AS CONTAS ANUAIS DA AUTARQUIA E OUTRAS ATRIBUIÇÕES QUE FÔREM FIXADAS NO REGULAMENTO.

ART. 7º - A COORDENAÇÃO EXECUTIVA É CONSTITUÍDA DE 5 (CINCO) MEMBROS DOS QUAIS UM SERÁ O COORDENADOR E OS DEMAIS DIRETORES DOS SEGUINTE SETORES TÉCNICOS:

I - SETOR ECONÔMICO-FINANCEIRO;

II - SETOR DE URBANISMO;

III - SETOR DE INFRA-ESTRUTURA;

IV - SETOR INSTITUCIONAL;

V - SETOR SÓCIO-CULTURAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - À COORDENAÇÃO EXECUTIVA ESTARÃO SUBORDINADOS OS SEGUINTE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS:

A) SERVIÇO JURÍDICO ADMINISTRATIVO;

B) SERVIÇO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO.

ART. 8º - O COORDENADOR SERÁ DE LIVRE ESCOLHA DO PREFEITO, DENTRE CIDADÃOS DE RECONHECIDA CAPACIDADE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA E, OBRIGATORIAMENTE, COM TÍTULO DE CURSO SUPERIOR.

ART. 9º - O COORDENADOR ESCOLHERÁ OS DIRETORES DOS SETORES TÉCNICOS, "AD-REFERENDUM" DO SENHOR PREFEITO, DENTRE CIDADÃOS DE RECONHECIDA CAPACIDADE TÉCNICA ESPECÍFICA E, OBRIGATORIAMENTE, COM TÍTULO DE CURSO SUPERIOR.

PARÁGRAFO ÚNICO - PARA A IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DEFINITIVA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE GOIÂNIA, OS PRIMEIROS OCUPANTES DAS FUNÇÕES DE COORDENADOR E DIRETORES DE SETORES TÉCNICOS TERÃO OS MANDATOS DE CINCO (5) ANOS, PRORROGÁVEIS POR 1 QUAL PERÍODO.

ART. 10 - A COMPETÊNCIA DA COORDENAÇÃO TÉCNICA EXECUTIVA E AS ATRIBUIÇÕES DE SEUS SETORES SERÃO FIXADAS NO REGULAMENTO.

ART. 11 - O PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DA SUPERPLAN SERÁ CONTRATADO NO REGIME DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, POR TEMPO DE TERMINADO OU INDETERMINADO, CONFORME A NATUREZA DOS SERVIÇOS A REALIZAR.

§ 1º - SEMPRE QUE POSSÍVEL OU NECESSÁRIO, A PREFEITURA COMMISSIONARÁ SERVIDORES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SUPERPLAN, SEM PREJUÍZO DE SUAS VANTAGENS E VENCIMENTOS.

§ 2º - PARA EVITAR ENCARGOS PERMANENTES E AMPLIAÇÃO DESNECESSÁRIA DO CORPO DE SERVIDORES, A SUPERPLAN, SEMPRE QUE ACONSELHA OU ADMISSÍVEL, RECORRERÁ À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, RETRIBUIDA MEDIANTE RECIBO, ATENDIDA POR DOTAÇÃO NÃO CLASSIFICADA NA RUBRICA "PESSOAL", DE FORMA A NÃO CARACTERIZAR VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS DA SUPERPLAN

ART. 12 - CONSTITUIRÃO RECURSOS DA SUPERPLAN:

I - AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSIGNADAS PELO GOVERNO MUNICIPAL;

- 217*
- II - AS RENDAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS;
 - III - AS CONTRIBUIÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS, BASEADAS EM CONVÊNIOS;
 - IV - OS JUROS E AS RENDAS DOS BENS DA SUPERPLAN OU PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS POR ELA REALIZADAS;
 - V - AS DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS;
 - VI - AS CONTRIBUIÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL;
 - VII - OS RECURSOS PROVENIENTES DE CRÉDITOS ESPECIAIS;
 - VIII - AS TAXAS DE CADASTRAMENTO PROFISSIONAL.

CAPÍTULO IV

DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 13 - A ADMINISTRAÇÃO DA SUPERPLAN DEVERÁ OBEDECER AOS SEQUINTE PRINCÍPIOS:

- I - QUANTO À ADMINISTRAÇÃO EM GERAL:
 - A - PLANEJAMENTO A LONGO, MÉDIO E CURTO PRAZO;
 - B - ADOÇÃO DE NORMAS DE PROCEDIMENTO;
 - C - COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES E SUB-UNIDADES ADMINISTRATIVAS;
 - D - DESCENTRALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO;
 - E - ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS;
 - F - ELIMINAÇÃO OU REDUÇÃO DE CONTRÔLES MERAMENTE FORMAIS.
- II - QUANTO À ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL:
 - A - RECRUTAMENTO DE PESSOAL MEDIANTE PROVA E SELEÇÃO;
 - B - REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO E INCENTIVO AO APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO.
- III - QUANTO À ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:
 - A - ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS DE INVESTIMENTOS;
 - B - ADOÇÃO DE PLANOS E SISTEMAS DE CONTABILIDADE E DE CUSTOS, DE FORMA A PERMITIR O EXATO CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E OPERACIONAL DA ENTIDADE.
 - C - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL.
- IV - QUANTO À ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL:-
 - A - REALIZAÇÃO DE COMPRAS MEDIANTE LICITAÇÃO, QUANDO FOR O CASO.
 - B - MANUTENÇÃO DE CONTRÔLE SOBRE RECEBIMENTO, GUARDA, MOVIMENTO E UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS.
- V - QUANTO À ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL:
 - A - MANUTENÇÃO DE SERVIÇO DESTINADO À PRESERVAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO MÓVEL E IMÓVEL;

B - UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TÉCNICAMENTE ATUALIZADOS;
C - EMPREGO EXCLUSIVO DE SEU PATRIMÔNIO NA CONSECUÇÃO DE SEUS OBJETIVOS LEGAIS E SOCIAIS.

CAPÍTULO V

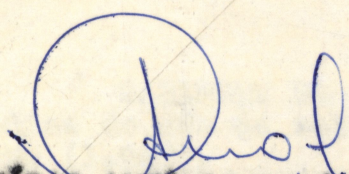
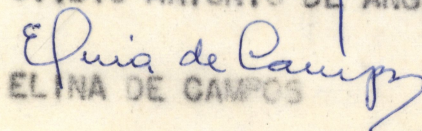
DISPOSIÇÕES FINAIS

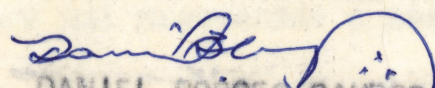
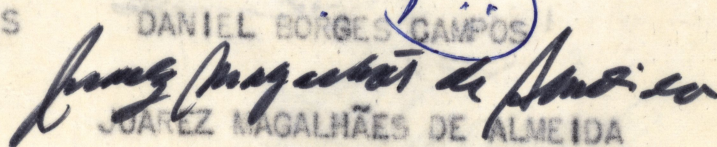
ART. 14 - O EXECUTIVO REGULAMENTARÁ ESTA LEI NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

ART. 15 - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS VINTE E SEIS (26) DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E SESENTA E NOVE (1969).


IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVIDIO ANTONIO DE ANGELIS

ELINA DE CAMPOS


DANIEL BORGES CAMPOS

JOAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

Procurador do

LEI Nº 4.188, DE 28 DE AGOSTO DE 1.969.

"Cria o Museu de Arte de Goiânia
e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE
QUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica criado o Museu de Arte de Goiânia, subordi-
nado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Fica criado o cargo de Diretor do Museu de Arte
de Goiânia, C-4, de provimento em comissão, integrando o Anexo
V da Lei nº 3.962, de 12 de Agosto de 1.969.

Art. 3º - O Chefe do Executivo Municipal regulamentará o
funcionamento do Museu de Arte de Goiânia.

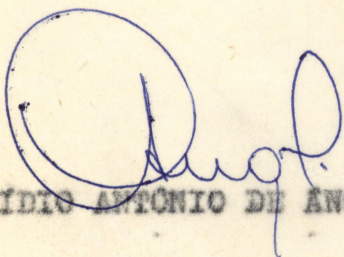
Art. 4º - O Museu de Arte de Goiânia, na forma de seu re-
gulamento, poderá receber doações, realizar intercâmbio artís-
tico, firmar convênios com entidades públicas ou privadas e exer-
cer ou promover outras atividades relacionadas com suas finali-
dades.

Art. 5º - O Chefe do Executivo Municipal fica autorizado
a abrir, no corrente exercício financeiro, os créditos neces-
sários ao cumprimento desta Lei.

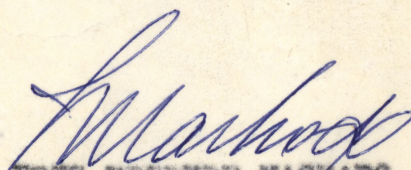
Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua pul-
cação.

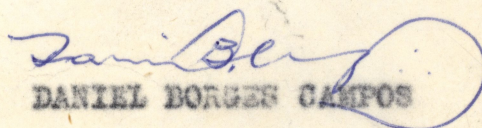
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos (05) cinco
dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e no-
ve (1.969).



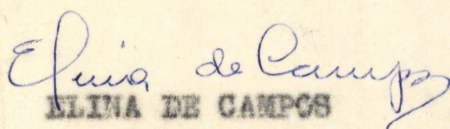
OVIDIO ANTONIO DE ANGELIS



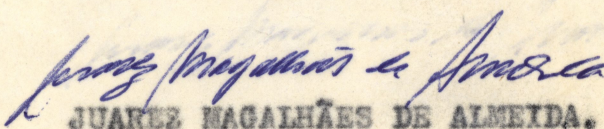
IRIS REZENDE MACHADO
Prefeito Municipal



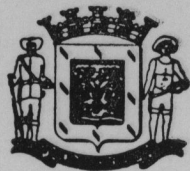
DANIEL BORGES CAMPOS



ELINA DE CAMPOS



JUAREZ MACALHÃES DE ALMEIDA.



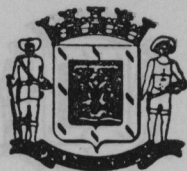
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

Falk

LEI Nº 4.189/69

LEI Nº 4.190 -



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

Falton

LEI Nº 4.190

LEI Nº 4.191/69

LEI Nº 4.192 DE 2 DE SETEMBRO DE 1.969.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA".

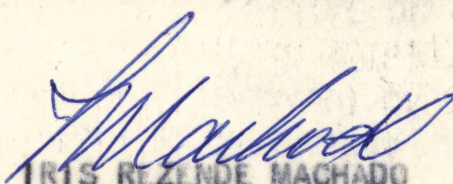
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

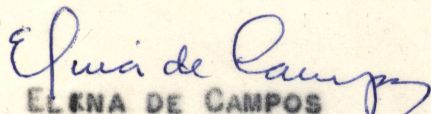
ART. 1º - É CONSIDERADA DE UTILIDADE PÚBLICA, COM OS DIREITOS E VANTAGENS ASSEGURADOS EM LEI, A SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA, COM SÉDE E FÔRO NESTA CAPITAL.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGÔR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOCADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS NOVE (9) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).


OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS


IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


ELENA DE CAMPOS


DANIEL BORGES CAMPOS


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.193, DE 4 DE SETEMBRO DE 1.969

"Modifica denominação de praça."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE
GUINTE LEI :

Art. 1º - Fica denominada "Praça Bom Pastor", a atual
praça Alferes Tiradentes, situada entre as ruas Moisés Santana, E-
gerineu Teixeira, General Cunha Matos e rua dos Inconfidentes, na
VILA MAUÁ, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-
cação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos quatro
(4) dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e nove (.
1.969).

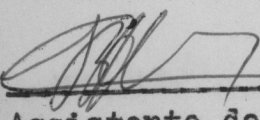
ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos dez (10)
DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SESENTA E NOVE
(1.969).

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

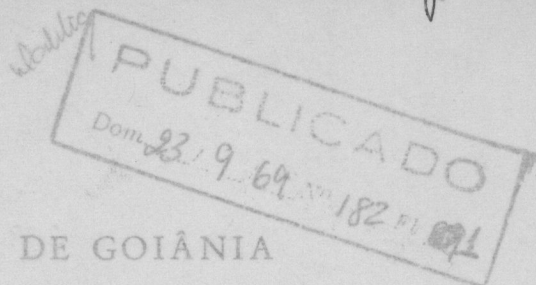
Goiânia, 6 de Fevereiro de 1970

Confereee com o original


Assistente de Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito



LEI Nº 4.194, DE 5 DE SETEMBRO DE 1.969.

"AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA QUADRA
DE ESPORTES".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA O SENHOR CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL
AUTORIZADO A CRIAR UMA QUADRA DE ESPORTES, NO BAIRRO FELIZ,
NESTA CAPITAL.

ART. 2º - AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A PROCEDER AS
NECESSÁRIAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, PARA O CUMPRIMENTO DESTA LEI.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PU
BLICAÇÃO.

ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS DEZ (10)
DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE
(1.969).

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

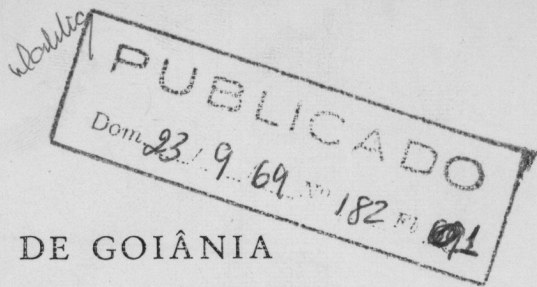
OVÍDIO ANTONIO DE ANGELIS
ELINA DE CAMPOS

DANIEL BORGES CAMPOS
JUAZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

VPs/IRM



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito



LEI Nº 4.194, DE 5 DE SETEMBRO DE 1.969.

"AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA QUADRA
DE ESPORTES".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA O SENHOR CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL
AUTORIZADO A CRIAR UMA QUADRA DE ESPORTES, NO BAIRRO FELIZ ,
NESTA CAPITAL.

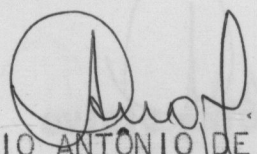
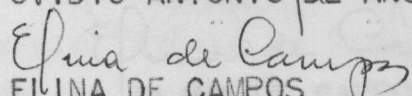
ART. 2º - AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A PROCEDER ÀS
NECESSÁRIAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, PARA O CUMPRIMENTO DESTA LEI.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PU
BLICAÇÃO.

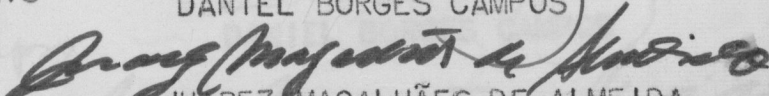
ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS DEZ (10)
DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE
(1.969).


IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

ELINA DE CAMPOS


DANIEL BORGES CAMPOS


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

VPS/IRM

LEI Nº 4.195, DE 5 DE SETEMBRO DE 1.969

"AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DE UM GRUPO
ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA O SR. PREFEITO MUNICIPAL AUTORIZA-
DO A CONSTRUIR UM GRUPO ESCOLAR NO BAIRRO INDUSTRIAL, ANE-
XO AO CONJUNTO RODOVIÁRIO, NA ÁREA RESERVADA À PREFEITURA
MUNICIPAL, DA RUA 4, Q.N.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS -
10 (DEZ) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE HUM MIL NOVECENTOS E
SESSENTA E NOVE (1.969).

OVIDIO ANTONIO DE ANGELIS

ELINA DE CAMPOS

IRIS REZENDE MACHADO

-PREFEITO MUNICIPAL-

DANIEL BORGES CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

procurador

LEI Nº 4.197, DE 5 DE SETEMBRO DE 1.969.

"CONCEDE AUXÍLIO E ISENTA DE IMPOSTOS A AGREMIÇÃO GOIANA DE TEATRO (A.G.T.) E DÁ PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

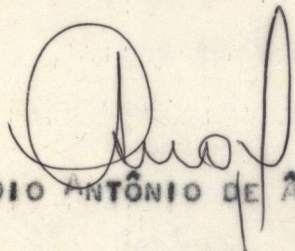
ART. 1º - FICA CONSIGNADA NO ORÇAMENTO, ANUALMENTE, À AGREMIÇÃO GOIANA DE TEATRO (A.G.T.) UMA DOTAÇÃO NA IMPORTÂNCIA DE NR\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS NOVOS) DESTINADA À MANUTENÇÃO DO TEATRO DE PROPRIEDADE DA ENTIDADE.

ART. 2º - FICA, AINDA, ISENTA DE IMPOSTOS, TAXAS E EMOLUMENTOS A AGREMIÇÃO GOIANA DE TEATRO (A.G.T.).

ART. 3º - É OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO À PREFEITURA - MUNICIPAL, DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DO AUXÍLIO CONCEDIDO POR ESTA LEI, CONDIÇÃO ESSENCIAL AO RECEBIMENTO DAS DOTAÇÕES SUBSEQUENTES.

ART. 4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS DEZ (10) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).



OVÍDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

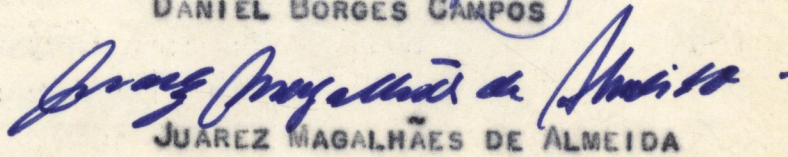


IRIS REZENDE MACHADO

-PREFEITO MUNICIPAL-



DANIEL BORGES CAMPOS



JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.197, DE 5 DE SETEMBRO DE 1.969.

LEI Nº 4.198, DE 5 DE SETEMBRO DE 1.969

"CONCEDE AUXÍLIO E ISENTA DE IMPOSTOS A AGREMIÇÃO GOIANA DE TEATRO (A.G.T.) E DÁ PROVIDÊNCIAS".

14 de setembro de 1969, que cria a SUPERINTENDÊNCIA DO PARQUE MUTIRAMA e dá outras -

A CÂMARA MUNICIPAL DE "GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA CONSIGNADA NO ORÇAMENTO, ANUALMENTE, À AGREMIÇÃO GOIANA DE TEATRO (A.G.T.) UMA DOTAÇÃO NA IMPORTÂNCIA DE NR\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS NOVOS) DESTINADA À MANUTENÇÃO DO TEATRO DE PROPRIEDADE DA ENTIDADE.

ART. 2º - FICA, AINDA, ISENTA DE IMPOSTOS, TAXAS E EMOLUMENTOS A AGREMIÇÃO GOIANA DE TEATRO (A.G.T.).

ART. 3º - É OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO À PREFEITURA MUNICIPAL, DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DO AUXÍLIO CONCEDIDO POR ESTA LEI, CONDIÇÃO ESSENCIAL AO RECEBIMENTO DAS DOTAÇÕES SUBSEQUENTES.

ART. 4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS DEZ (10) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRIS REZENDE MACHADO

-PREFEITO MUNICIPAL-

Ovídio Antônio de Ângelis

Goiânia, 27 de janeiro de 1970

DANIEL BORGES CAMPOS

ELINA DE CAMPOS

JUÁREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.198, DE 5 DE SETEMBRO DE 1.969

"Modifica o Art. 2º da Lei nº 4.178, de 14 de agosto de 1.969, que cria a SUPERINTENDÊNCIA DO PARQUE MUTIRAMA e dá outras providências".

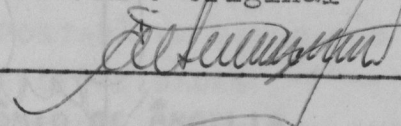
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - O Art. 2º da Lei nº 4.178, de 14 de agosto de 1.969, que cria a SUPERINTENDÊNCIA DO PARQUE MUTIRAMA e dá outras providências, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - O Mutirama será dirigido por uma Diretoria, composta de três (3) membros de livre escolha do Prefeito Municipal, composta de (1) Superintendente e dois (2) Diretores, sendo (1) Diretor Administrativo-Financeiro e um (1) Diretor Técnico".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original



DANIEL BORGES DE CAMPOS

Procurador

LEI Nº 4.199, DE 5 DE SETEMBRO DE 1.969.

**"AUTORIZA A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO A DE
A INDENIZAR O SR. AUGUSTO SOUZINHA VITORINO
RINO E DÁ PROVIDÊNCIAS".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE-
GUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA AUTORIZADA A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO A
INDENIZAR COM A IMPORTÂNCIA DE R\$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL
CRUZEIROS NOVOS) O SR. AUGUSTO SOUZINHA VITORINO, COMO PAGAMEN-
TO DO TERRENO INCRUSTADO NO PLANO DE EDIFICAÇÃO DO CONJUNTO PO-
PULAR, DENOMINADO VILA CANAÃ, DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA PE-
LO DECRETO DE Nº 194-A DE 24 DE JUNHO DE 1.969.

ART. 2º - A AQUISIÇÃO REFERE-SE TÃO SÔMENTE, À CHÁCARA
DE Nº 40 (QUARENTA) SITUADA NA FAZENDA MACAMBIRA, SETOR SUDOES-
TE (CIDADE JARDIM) COM ÁREA DE 17.233,00 m² (DEZESSETE MIL, DU-
ZENTOS E TRINTA E TRÊS METROS QUADRADOS) EXCLUINDO-SE A ÁREA
COMPREENDIDA PELA QUADRA DE Nº 168 (CENTO E SESSENTA E OITO) N-
NUM TOTAL DE 6.000,00 m² (SEIS MIL METROS QUADRADOS).

ART. 3º - A ÁREA PASSA A INTEGRAR O PATRIMÔNIO DA CONAB-
-GO (COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE GOIÁS) QUE PODERÁ SER
TRANSFERIDA DIRETAMENTE À COMPANHIA, CONSTITUINDO-SE COMO ACRÉ-
CIMO DE CAPITAL DA AÇIONISTA - PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA.

ART. 4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLI-
CAÇÃO REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS DEZ (10)
DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE -
(1.969).

ART. 5º - O NÃO CUMPRIMENTO DESTE ARTIGO, IMPORTARÁ EM REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO
DOADA À CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA.

OVIDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

IRIS RE
PREFEITO

CHIEVE DE VITREIDY

SUA PU

ART. 6º - REVOGAM-SE AS LEIS Nº 3.238, DE 21/10/69 E AS DISPOSIÇÕES
ELINA DE CAMPOS

DANIEL BORGES

DE 17/12/64,

JUAREZ

Procurado.

LEI Nº 4.200, DE 5 DE SETEMBRO DE 1.969

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR ÁREA DE TERRAS À ESCOLA JOSÉ DE ALENCAR E AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO".

Wij

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A DOAR À ESCOLA JOSÉ DE ALENCAR UMA ÁREA DE TERRAS, SITUADA NO SETOR MEIA PONTE, COM 2.435,90 METROS QUADRADOS, NAS SEGUINTE CONFRONTAÇÕES: PELA RUA COMENDADOR NEGRÃO; PELO CHANFRADO NA CONFLUÊNCIA DAS RUAS NEGRÃO E TRÊS MARIAS; PELO LADO QUE DIVIDE COM O LOTE DOIS (2) E PELA LINHA QUE DIVIDE COM AS TERRAS DE BENEDITO GONÇALVES.

PARÁGRAFO ÚNICO - NO ATO DE ESCRITURA DE DOAÇÃO SE REVOGARÁ A ANTERIORMENTE FEITA À MESMA ESCOLA, PELA ESCRITURA Nº 1.615, LAVRADA NO LIVRO Nº 407, FLS. 131/4, DE 23/09/69, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE GOIÂNIA, REFERENTE A PRAÇA "B", SETOR AERÓVIÁRIOS, A QUAL REVERTERÁ AO DOMÍNIO DA MUNICIPALIDADE.

ART. 2º - FICA, TAMBÉM, O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A INDENIZAR A MESMA ESCOLA "JOSÉ DE ALENCAR", NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL CRUZEIROS NOVOS), PARA RESSARCIMENTO DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA DEMOLIÇÃO DO PRÉDIO QUE INICIARÁ NA ÁREA QUE LHE FÔRA ANTERIORMENTE DOADA, PODENDO, PARA TANTO, ABRIR O CRÉDITO NECESSÁRIO UTILIZANDO DA VERBA CONSTANTE DA DOAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÓPRIA.

ART. 3º - À DONATÁRIA CONCEDE-SE O PRAZO DE DOIS (2) ANOS PARA INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA REFERIDA ESCOLA.

ART. 4º - O NÃO CUMPRIMENTO DO ESTIPULADO NO ARTIGO ANTERIOR, IMPORTARÁ EM REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO E REVERSÃO DA ÁREA DOADA À MUNICIPALIDADE.

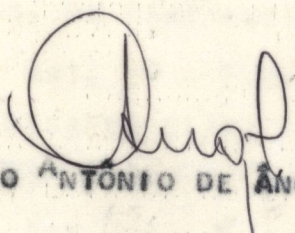
ART. 5º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.


ART. 6º - REVOGAM-SE AS LEIS Nºs. 2.864, DE 17/12/64, 3.238, DE 21/10/69 E AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

CONT.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS DEZ
(10) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSU
TA E NOVE (1.969).


IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

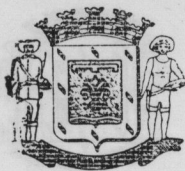

OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS


ELINA CAMPOS


DANIEL BORGES CAMPOS


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

JCF/IRM.



Wolke

Gabinete

PUBLICADO

Dom. 23/09/69 Nº 182 Fl. 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.201, DE 5 DE SETEMBRO DE 1.969

**"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA
EFEITO DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TER
RA E ESPECIFICA".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE
GUINTE LEI:-

ART. 1º - FICAM CONSIDERADOS DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA
EFEITO DE DESAPROPRIAÇÃO, OS LOTES DE NºS 1, 2, 3, 4, E 5, DA QUADRA
218, SITUADA ENTRE AS AVENIDAS CAMPOS ELÍSEOS E MONTEVIDEO, VILA MO
RAES, SETOR LESTE, NESTA CAPITAL, PARA QUE SEJA CONSTRUÍDO UM GRU
PO ESCOLAR, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.

ART. 2º - FICA, AINDA, AUTORIZADA A CHEFIA DO PODER EXE
CUTIVO A DESAPROPRIAR, MEDIANTE DECRETO, OS IMÓVEIS REFERIDOS NO
ARTIGO ANTERIOR.

ART. 3º - É AUTORIZADO O PREFEITO MUNICIPAL A ABRIR O
CRÉDITO ESPECIAL PARA CUMPRIR O QUE PRECEITUA A PRESENTE LEI.

ART. 4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLI
CAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS DEZ (10),
DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 1.969.

Ovídio Antônio de Angelis
OVIDIO ANTÔNIO DE ANGELIS

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

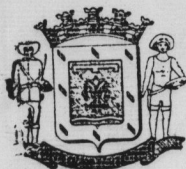
Íris Rezende Machado
IRIS REZENDE MACHADO

-PREFEITO MUNICIPAL-

Daniel Borges Campos
DANIEL BORGES CAMPOS

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

JCF/IRM.



publicado

PUBLICADO

Dom. 26/09/69 Nº 183 Pl. 3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.202, DE 11 DE SETEMBRO DE 1.969.

**"AUTORIZA DOAÇÃO DE ÁREA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICI -
PAL AUTORIZADO A DOAR Á GRANDE LOJA DO ESTADO DE GOIÁS,
UMA ÁREA DE TERRAS URBANA COM OS SEGUINTE LIMITES E CON-
FRONTAÇÕES:- "COMEÇA PELO CHANFRADO DA AV. RICARDO PARA -
NHOS COM A RUA 1.132 COM FRENTE PELA DITA AV. COM 81 ME -
TROS, COM O CHANFRADO DA AV. RICARDO PARANHOS COM A RUA
1.133, 7,07 METROS; DIVIDINDO COM ESTA RUA ATÉ O CHANFRA
DO COM A RUA 1.132, 59 METROS; PELO CHANFRADO DA RUA ...
1.133 COM A 1.132, MEDINDO 7,07 METROS; DIVIDINDO PELA
RUA 1.132, EM LINHA MISTA, ATÉ O CHANFRADO COM A AV. RI -
CARDO PARANHOS, MEDINDO 136,909 METROS, E PELO DITO CHAN-
FRADO 7,07 METROS ATÉ O PONTO INICIAL, COM A ÁREA DE 6. 1
041,90 METROS QUADRADOS , SITUADA NO SETOR PEDRO LUDOVICO
DESTA CAPITAL.

ART. 2º - A ÁREA DOADA SE DESTINARÁ À CONSTRUÇÃO
DO TEMPLO DA DONATÁRIA E DE UMA ESCOLA.

ART. 3º - AS DESPESAS COM A TRANSFERÊNCIA DA ÁREA /
CORRERÃO POR CONTA EXCLUSIVA DA DONATÁRIA.

ART. 4º - A DONATÁRIA TERÁ O PRAZO DE TRÊS ANOS, CON-
TADOS DA ESCRITURA, PARA INICIAR A CONSTRUÇÃO.

ART. 5º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, RÉVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS 16
(DEZESSEIS) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 1969.

Machado
IRIS REZENDE MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

Angélis
OVIDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

Daniel Borges Campos
DANIEL BORGES CAMPOS

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

PUBLICADO

Dom. 28/11/69. Nº 188 Fl. 3



Deby

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.203, DE 12 DE SETEMBRO DE 1.969.

Ver lei
4.361-26-11-70

"CONCEDE BENEFÍCIOS AOS EX-COMBATENTES DA FÔRÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA, FÔRÇA AÉREA BRASILEIRA, MARINHA DE GUERRA E MARINHA MERCANTE".

My

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

EU

ART. 1º - AO EX-COMBATENTE INTEGRANTE DA FÔRÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA, FÔRÇA AÉREA BRASILEIRA, MARINHA DE GUERRA E MARINHA MERCANTE, QUE TENHA PARTICIPADO, EFETIVAMENTE, DE OPERAÇÕES BÉLICAS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, SÃO ASSEGURADOS OS SEGUINTE BENEFÍCIOS:

A) ESTABILIDADE, SE FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL;

B) APROVEITAMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, SEM A EXIGÊNCIA DO DISPÔSTO NO ART. 95, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

C) APOSENTADORIA COM VENCIMENTOS INTEGRAIS AOS VINTE E CINCO ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO EFETIVO, SE FUNCIONÁRIO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA OU AUTÁRQUICA DO MUNICÍPIO;

D) PROMOÇÃO, APÓS INTERSTÍCIO LEGAL, HAVENDO VAGA;

E) ISENÇÃO DO IMPÔSTO PREDIAL URBANO AO PROPRIETÁRIO DE UM ÚNICO IMÓVEL, ENQUANTO O MESMO SERVIR PARA SUA RESIDÊNCIA, E SUA RENDA ANUAL FAMILIAR NÃO ULTRAPASSAR A IMPORTÂNCIA DE NC\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL CRUZEIROS NOVOS);

F) ISENÇÃO DO IMPÔSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA, DESDE QUE O CAPITAL REGISTRADO NÃO EXCEDA A 30 SALÁRIOS-MÍNIMOS.

ART. 2º - FICA CONCEDIDA ISENÇÃO DE TRIBUTO INCIDENTE SOBRE O IMÓVEL Nº 20, QUADRA 95, DA 11ª AVENIDA, SETOR LESTE, DESTA CAPITAL, PERTENCENTE À ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL, SEÇÃO DE GOIÁS, DESTINADO À



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

CONSTRUÇÃO DE SUA SEDE PRÓPRIA.

ART. 3º - OS BENEFÍCIOS CONSTANTES DAS LETRAS "E" E "F", DO ART. 1º, SÃO EXTENSIVOS ÀS VIÚVAS DOS EX-COMBATENTES, ENQUANTO PERMANECEREM NO ESTADO DE VIUEZ.

ART. 4º - É CONCEDIDO A ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL, SEÇÃO DE GOIÁS, UM AUXÍLIO NA IMPORTÂNCIA DE NCR\$ 30.000,00 (TRINTA MIL CRUZEIROS NOVOS), QUE SERÁ PAGO EM PARCELAS ANUAIS DE NCR\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS NOVOS) A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 1.970.

ART. 5º - AS ISENÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 1º, SERÃO CONCEDIDAS A PARTIR DO CORRENTE EXERCÍCIO.

ART. 6º - PARA OS EFEITOS DESTA LEI, É CONSIDERADO EX-COMBATENTE DA FÔRÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA, DA FÔRÇA AÉREA BRASILEIRA, DA MARINHA DE GUERRA E DA MARINHA MERCANTE, TODO AQUELE QUE TENHA PARTICIPADO EFETIVAMENTE DE OPERAÇÕES BÉLICAS NO EXTERIOR NA SEGUNDA GUERRA / MUNDIAL.

ART. 7º - OS BENEFÍCIOS CONSTANTES DESTA LEI, SE RÃO CONCEDIDOS MEDIANTE REQUERIMENTO, PROVADA A CONDIÇÃO DE EX-COMBATENTE DO INTERESSADO, ATRAVÉS DE ATESTADO FORNECIDO PELA ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL SEÇÃO DE GOIÁS.

ART. 8º - FICAM EXPRESSAMENTE REVOGADAS AS LEIS Nºs 63, DE 25-10-948, 2470, DE 22-10-63, 2.843, DE 9-10-64, 3545, DE 7-10-66 E 3.867, DE 9-5-968.

ART. 9º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA / DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE MIL NOVECEN-TOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

Ovídio Antônio de Angelis

ELINA DE CAMPOS

IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

DANIEL BORGES CAMPOS

JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.204, DE 18 DE SETEMBRO DE 1969.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

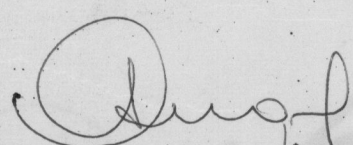
ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERA
DO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DO FISCO DO ESTADO
DE GOIÁS, COM SÉDE NESTA CAPITAL.

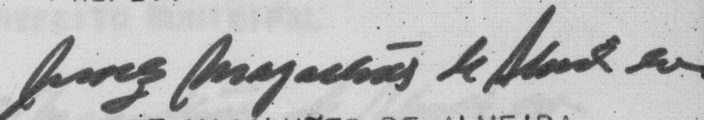
ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA
DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CON-
TRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA
AOS (24) VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE MIL NO-
VECENTOS E SESSENTA E NOVE (1969).


IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL


OVÍDIO ANTONIO DE ANGELIS


JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

ELINA DE CAMPOS


DANIEL BORGES CAMPOS

JAO/IRM



Inovaradora
CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.205, DE 18 DE SETEMBRO DE 1969.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIAÇÃO
RELIGIOSA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E
EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA DECLARADO DE UTILIDADE
PÚBLICA O CENTRO ESPÍRITA "CAMINHO DA VERDADE", DESTA CAPI
TAL.

ART. 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA
DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM
CONTRÁRIO.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970

confere com o original

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂN
NIA, AOS (06) SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE (1969) MIL NO
VECENTOS E SESSENTA E NOVE.

Machado
IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

Ovídio
OVÍDIO ANTONIO DE ÂNGELIS

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Daniel Borges Campos
DANIEL BORGES CAMPOS



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

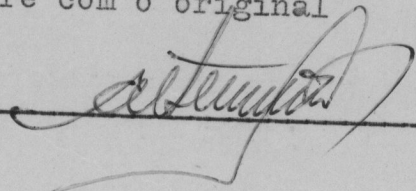
LEI Nº 4.206 DE 18 DE SETEMBRO DE 1.969

"Modifica a redação do Art. 3º,
"Revoga a Lei nº 3.718, de 15 de setem-
bro de 1.967".

VETADO-MANTIDO

VETADO-MANTIDO

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original



Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original





CÓPIA

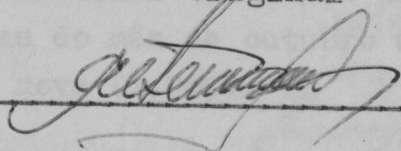
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.207, DE 12 DE SETEMBRO DE 1.969

"Modifica a redação do Art. 3º,
da Lei nº 3.385, de 10 de mar-
ço de 1.966".

VETADO-MANTIDO

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original



LEI Nº 4.208, DE 24 DE SETEMBRO DE 1.969.

"Considera de utilidade pública".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica, pela presente lei, considerada de utilidade pública, a "CONGREGAÇÃO DOS SAGRADOS CORAÇÕES DE JESUS E DE MARIA", nesta Capital.

A Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos (09)
nove dias do mês de outubro de hum mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

Machado

IRIS REZENDE MACHADO

-Prefeito Municipal-

Ovidio

Ovídio Antonio de Angelis

Daniel

Daniel Borges Campos

Elina de Campos

Elina de Campos

Juarez Magalhães de Almeida

Juarez Magalhães de Almeida.

LEI Nº 4.209, DE 24 DE SETEMBRO DE 1969

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A
"CASA DOS MENINOS DE SANTA LUZIA";

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:-

ARTº 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERADA DE UTILI
DADE PÚBLICA, A "CASA DOS MENINOS DE SANTA LUZIA", COM SÉDE
NESTA CAPITAL, À AVENIDA ANHAQUERA, Nº 5.883.

ARTº 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PU
BLICAÇÃO.

ARTº 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS SEIS (06)
DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NO
VE (1.969).

Iris Rezende Machado
IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

Ovídio Antônio de Angelis
OVIDIO ANTÔNIO DE ANGELIS

Juarez Magalhães de Almeida
JUAREZ MAGALHÃES DE ALMEIDA

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Daniel Borges Campos
DANIEL BORGES CAMPOS

LEI Nº 4.210, DE 24 DE SETEMBRO DE 1.969.

"FAZ DOAÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRAS
À CONGREGAÇÃO DOS SAGRADOS CORA-
ÇÕES DE JESUS E DE MARIA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DE
CRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

ART. 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI,
DOADA À CONGREGAÇÃO DOS SAGRADOS CORAÇÕES DE JESUS E
DE MARIA, A ÁREA DE TERRAS SITUADA ENTRE AS RUAS "V"
E "T", FRENTE DO LOTE 1, NO SETOR NORTE FERROVIÁRIO,
NESTA CAPITAL.

ART. 2º - A ÁREA, OBJETO DA PRE-
SENTE DOAÇÃO, SE DESTINA À CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNI-
TÁRIO DO SETOR NORTE FERROVIÁRIO.

ART. 3º - ESTABELECE QUE A CON-
GREGAÇÃO DOS SAGRADOS CORAÇÕES DE JESUS E DE MARIA,
TEM O PRAZO DE TRÊS (3) ANOS, PARA O INÍCIO DA CONS-
TRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO, REFERIDO NO ARTIGO ANTE-
RIOR.

PARÁGRAFO ÚNICO - O NÃO CUMPRI-
MENTO DO ESTABELECIDO NO PRESENTE ARTIGO, REVERTERÁ,
AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, A ÁREA OBJETO DA PRESENTE
DOAÇÃO.

ART. 4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VI-
GOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 5º.- REVOGAM-SE AS DISPOSI-
ÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
GOIÂNIA, AOS SETE (7) DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE MIL NO-
VECENTOS E SESSENTA E NOVE (1.969).

[Assinatura]
OVIDIO ANTÔNIO DE ÂNGELIS

[Assinatura]
ELINA DE CAMPOS

[Assinatura]
IRIS REZENDE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

[Assinatura]
DANIEL BORGES CAMPOS

[Assinatura]
JUAREZ MACHALHAES DE ALMEIDA

LEI Nº 4.211, DE 25 DE SETEMBRO DE 1969.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A
APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DOS EXCEPCIONAIS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE-
GUINTE LEI:-

ARTº 1º - FICA, PELA PRESENTE LEI, CONSIDERADA DE UTILI-
DADE PÚBLICA, A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEP-
CIONAIS SOCIEDADE CIVIL, COM SEDE E FÔRO NESTA CAPITAL.

ARTº 2º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLI-
CAÇÃO.

ARTº 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS SEIS DIAS
(6) DO MÊS DE OUTUBRO DE HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE
(1.969).

Machado
IRIS REZENDE MACHADO
-PREFEITO MUNICIPAL-

Ovidio Antonio de Angelis
OVIDIO ANTONIO DE ANGELIS
Luiz Magalhães de Almeida
LUIS MAGALHÃES DE ALMEIDA

Elina de Campos
ELINA DE CAMPOS

Daniel Borges Campos
DANIEL BORGES CAMPOS



Procuradoria
CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.213, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969

LEI Nº 4.212, DE 26 DE SETEMBRO DE 1969.

"Autoriza a doação de uma área de terras, ao IR EVANGÉLICO DAS CRIANÇAS".
"Denomina grupo escolar".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:--

Art. 1º - Fica denominado **"ALONSO DIAS PINHEIRO"**, o grupo escolar de **VILA CLEMENTE**, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos seis (6) dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

IRIS REZENDE MACHADO
Prefeito Municipal

Ovídio Antônio de Angelis

Daniel Borges Campos

Elina de Campos

Juarez Magalhães de Almeida

A, aos 6 (seis) dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

vps/IRM

Goiânia, 28 de janeiro de 1.970
confere com o original



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.213, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969

"Autoriza a doação de uma área de terras, ao LR EVANGÉLICO DAS CRIANÇAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA, pela presente lei, autorizado o senhor Chefe do Executivo Municipal, a fazer a doação de uma área de terras ao LAR EVANGÉLICO DAS CRIANÇAS, considerada de Utilidade Pública pela lei nº 3.676, de 20 de junho de 1.967.

Art. 2º - A área objeto da presente doação, é destinada à construção de um Abrigo de Menores, e compreende 5,527,6 mts.2, na Quadra 405, do Setor Jardim América, situada nos fundos dos lotes das ruas C-155, C-171, C-167 e / C-152, com frente para esta última.

Art. 3º - Fica estipulado o prazo de 2 (dois) anos para o início da construção da obra pretendida, sendo que a não observância deste dispositivo, importará em reversão da área doada, ao patrimônio do Município.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 6 (seis) dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

Goiânia, 28 de janeiro de 1.970

FORM-C-001
confere com o original

Alfredo



CÓPIA

PROMULGADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.214, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969

"Autoriza a doação de uma área de terras à Escola Teatro e Templo Maçonico Instituto Teosófico Brasileiro".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANÇÃO A SEGUINTE LEI:-

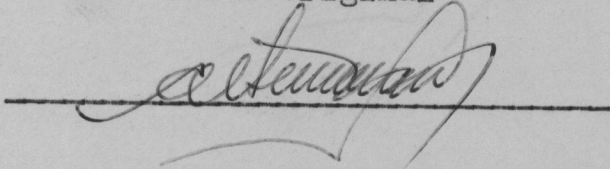
Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a proceder a doação de uma área de terras à ESCOLA TEATRO E TEMPLO MAÇÔNICO - INSTITUTO TEOSÓFICO BRASILEIRO, situada entre as ruas:- Av. T-5, esquina com Av. T-3 e Av. T-10 no Setor Bueno nesta Capital.

Art. 2º - A área, objeto da presente doação, se destina a construção de sede própria da entidade, ficando estipulado o prazo de 3 (três) anos, para o início da construção, sendo que, a não observância deste ítem, importará na reversão ao patrimônio da municipalidade, a área doada.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

Goiânia, 28 de janeiro de 1.970
confere com o original





CÓPIA
CÓPIA

PRÉFECTURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.215, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969

"Autoriza a doação de uma área de terras, ao Sanatório Bezerra de Menezes".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-
Tifico a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal
autorizado a fazer a doação de uma área de terras à P.A.E. -
Posto de Auxílio Espírita.

Parágrafo único - A área, objeto da presente
doação, está situada entre as ruas C-189, C-196 e C-174, no
Distrito Capital, com 6.300 mts.2, na Quadra 415.

VETADO-MANTIDO

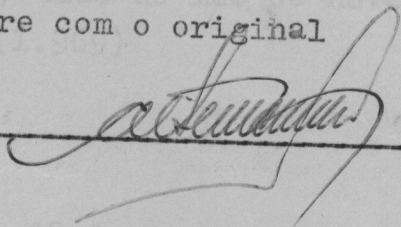
Art. 2º - Fica estipulado o prazo de 3 (três)
anos, para o início da construção da sede própria da P.A.E.,
sendo que o não cumprimento deste dispositivo, importará na
reversão ao patrimônio do Município, da área doada.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

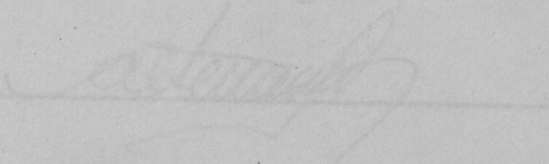
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrá-
rio.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Goiânia, 28 de janeiro de 1.970
confere com o original



Goiânia, 28 de janeiro de 1.970
confere com o original





CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.216, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1.969

"Autoriza a doação de uma área de terras
à P.A.E - Posto de Auxílio Espírita".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN/
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA o Chefe do Executivo Municipal
autorizado a fazer a doação de uma área de terras à P.A.E -
Posto de Auxílio Espírita.

Parágrafo único - A área, objeto da presente /
doação, está situada entre as ruas C-189, C-196 e C-174, no
Jardim América nesta Capital, com 6.300 mts.2, na Quadra 415.

Art. 2º - Fica estipulado o prazo de 3 (três)
anos, para o início da construção da séde própria do P.A.E.,
sendo que o não cumprimento dêste dispositivo, importará na
reversão ao patrimônio do Município, da área doada.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrá
rio.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
6 (seis) dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta
e nove (1.969)

Goiânia, 28 de janeiro de 1.970
confere com o original



Procuradoria
CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI nº 4.217, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1969.

LEI Nº 4.218, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969

"Denomina "Ruy Brasil Cavalcanti",
a praça existente na rua 16-A, en-
tre as ruas 9-A e 29-A, no Setor
Aeroporto, nesta Capital.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-
CIONO A SEGUINTE LEI. A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DE-
CRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA denominada "Praça.. "Cur-
RUY BRASIL CAVALCANTI", a praça existente na rua
16-A, entre as ruas 9-A e 29-A, no Setor Aeroporto',
nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de /
sua publicação. Art. 2º - Esta lei entrará em vi-
gor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposi-
ções em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
GOIÂNIA, aos doze (12) dias do mês de novembro de
mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

confere com o original

Leonino Di Ramos Caiado
LEONINO DI RAMOS CAIADO
Prefeito Municipal

Celso de Resende Costa
CELSE DE RESENDE COSTA

Alair Malta Segurado
ALAIR MALTA SEGURADO

Manoel Dinimi Lacerda
MANOEL DINIMI LACERDA
Roberto Guedes Coelho
ROBERTO GUEDES COELHO



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.218, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969

"Autoriza a criação de Curso Noturno"

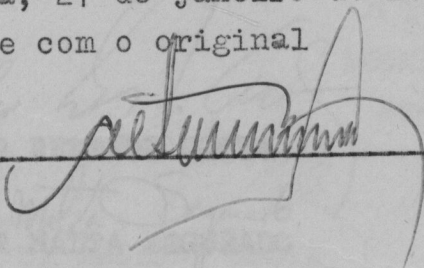
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN/
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica, pela presente lei, criado "Curso Noturno", no Grupo Escolar de Vila Clemente, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de / sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original



LEI Nº 4. 219, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1969.

LEI Nº 4.220, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969.

"Concede o título de cidadão
goianiense".
"Institui o Dia dos Feirantes"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA, pela presente lei, con-
cedido o título honorífico de "Cidadão Goianiense", ao
senhor Dr. JOSÉ AVELINO GONÇALVES.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições
em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em
contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
GOIÂNIA, aos dezessete (17) dias do mês de novembro de
mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

LEONINO DI RAMOS CAIADO
Prefeito Municipal

CELSE RESENDE COSTA

ALAIR MALTA SEGURADO

MANOEL DINIZ LACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO

Procurador

LEI Nº 4.220, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969.

"Institui o Dia dos Feirantes"

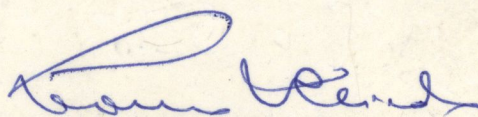
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica, pela presente lei ,
instituído o DIA DOS FEIRANTES, a ser comemorado a
nualmente, na primeira segunda feira do mês de setem -
bro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor /
na data de sua publicação.

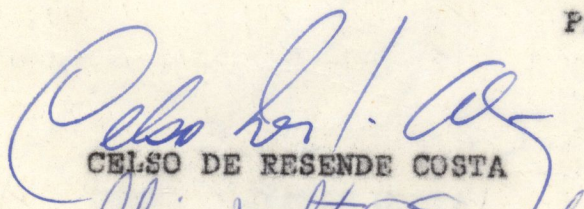
Art. 3º - Revogam-se as disposições em
contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOI-
ÂNIA, aos doze (12) dias do mês de novembro de mil nove
centos e sessenta e nove (1.969).



LEONINO DI RAMOS CAIADO

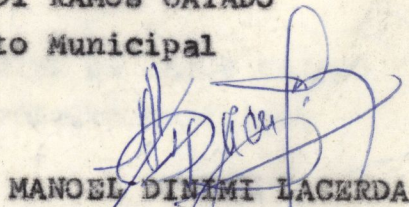
Prefeito Municipal



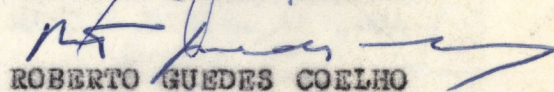
CELSON DE RESENDE COSTA



ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIZ LACERDA



ROBERTO GUEDES COELHO



CÓPIA

Procuradoria

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.221, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969.

LEI Nº 4.222, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969

"Cria Escola Municipal Sra. Presidente".
"Concede Pensão".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN/
CIONO A SEGUINTE LEI:-
Art. 1º - Fica concedido à Sra. NILZA DE
PAIVA SOUZA, viúva de Manoel Antônio de Sousa, ex-servidor muni-
cipal, enquanto perdurar o estado de viuvez, uma pensão mensal e
quivalente a um (1) salário mínimo regional.

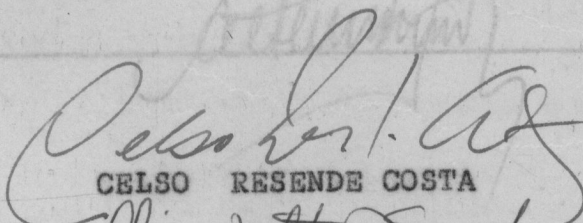
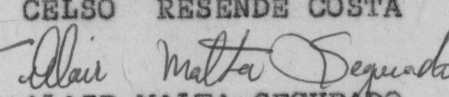
Art. 2º - É o Chefe do Poder Executivo au-
torizado a abrir, mediante decreto, o crédito necessário para o
cumprimento do disposto no artigo primeiro.


Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na da-
ta de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

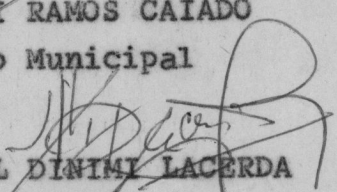

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA ,
aos dezessete (17) dias do mês de novembro de mil novecentos e
sessente e nove (1.969).

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970

confere com o original


CELSE RESENDE COSTA

ALAIR MALTA SEGURADO


LEONINO DI RAMOS CAIADO
Prefeito Municipal


MANOEL DINIZ LACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.222, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1.969

"Cria Escola Municipal Jardim
Presidente".

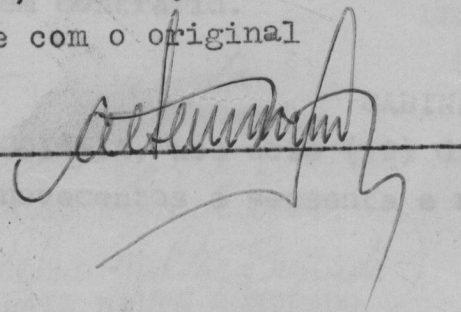
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN/
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica, pela presente lei, criada Escola
Municipal, no Jardim Presidente, desta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de /
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original



LEONINO DI SAUS CALADO
Prefeito Municipal

CELSO DE MESQUITA COSTA

MARCELO DIAS DA SILVA

ALATTA MALTA SEGURANÇA

ALBERTO GONÇALVES GONÇALVES

Procurador

LEI Nº 4.223, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1969

"Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Universidade de Goiás, com o objetivo de conceder, no corrente e no próximo exercício, bolsas de estudos de graduação ou .. pós-graduação de nível superior.

Art. 2º - Os encargos financeiros de correntes da aplicação desta lei poderão ser supridos / com recursos originários da taxa de asfalto, devida pe la Universidade de Goiás à Superintendência de Pavimentação e Obras da Capital - PAVICAP, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do débito.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor / na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições / em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
GOIÂNIA, aos doze (12) dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

Leonino Di Ramos Caiado
LEONINO DI RAMOS CAIADO
Prefeito Municipal

Manoel Diniz Lacerda
MANOEL DINIZ LACERDA
Roberto Guedes Coelho
ROBERTO GUEDES COELHO

Celso de Fesende Costa
CELSON DE FESSENDE COSTA

Alair Malta Segurado
ALAIR MALTA SEGURADO

LEI Nº 4.224, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1969.

"Concede o título de Cidadão
Goianiense".

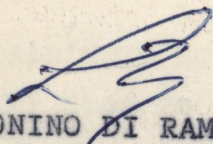
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

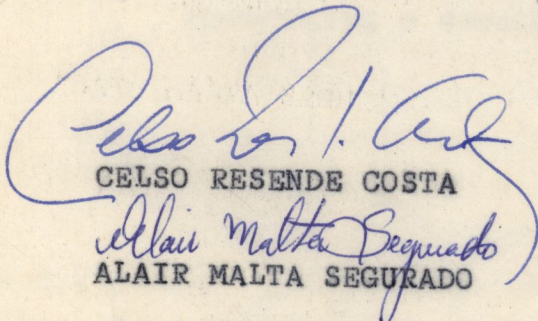
Art. 1º - FICA, pela presente lei, con
cedido o Título Honorífico de Cidadão Goianiense, ao Se
nhor WILTON PINHEIRO DE LIMA.

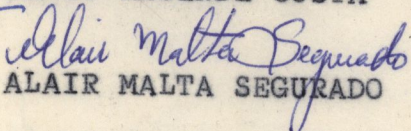
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor'
na data de sua publicação.

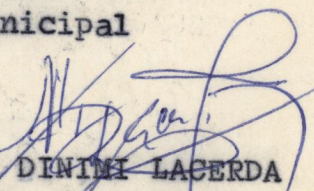
Art. 3º - Revogam-se as disposições em
contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
GOIÂNIA, aos dezessete (17) dias do mês de novembro de
mil novecentos e sessenta e nove (1.969).


LEONINO DI RAMOS CAIADO
Prefeito Municipal


CELSON RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIZ LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO

A Prorrogação

LEI Nº 4.225, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1969.

"Transfere patrimônio à Superintendência do Parque MUTIRAMA - Centro de Educação, Recreação e Diversões, e dá providências"


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

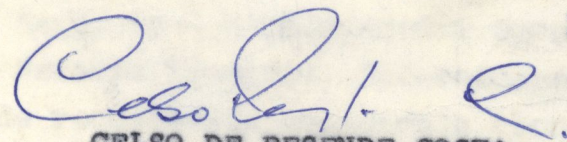
Art. 1º - Fica transferido, através da presente lei, à Superintendência do Parque MUTIRAMA - Centro de Educação, Recreação e Diversões, todo o patrimônio existente no Parque, acervo e equipamentos, excetuando-se aqueles concedidos através de convênios firmados com entidades de Direito Público.

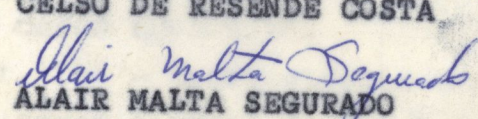
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

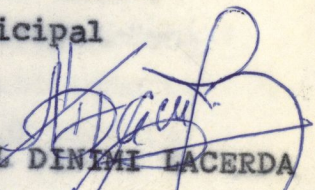
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

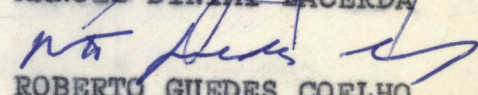
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
GOIÂNIA, aos doze (12) dias do mês de novembro de mil
novecentos e sessenta e nove (1969).


LEONINO DI RAMOS CAIADO
Prefeito Municipal


CELSO DE RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIZ LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO

vpa/LRC.

A Província

LEI Nº 4.226, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1.969.

"Modifica a Lei nº 4.187, de 25 de agosto de 1969 e dá providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Os artigos 1º, 6º, 7º, 9º e 10º da Lei nº 4.187, de 25 de agosto de 1969, passam a ter as seguintes redações:

"Art. 1º - Fica criada a SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE GOIÂNIA - SUPERPLAN, com personalidade jurídica, de natureza autárquica, sede e foro na Capital do Estado e ação em todo o território do município de Goiânia e vinculada ao Gabinete do Prefeito".

"Art. 6º - Compete ao Conselho Deliberativo determinar a orientação geral da Autarquia, aprovar a proposta Orçamentária, as contas anuais, o quadro de pessoal, a tabela de salários e vantagens da Autarquia e outras atribuições que forem afixadas no Regulamento".

"Art. 7º - A coordenação Executiva é constituída de 5 (cinco) membros, os quais serão os Coordenadores dos seguintes Setores Técnicos:

- I - Setor Econômico-Financeiro;
- II - Setor de Urbanismo;
- III - Setor de Infra-Estrutura;
- IV - Setor Institucional;
- V - Setor Sócio-Cultural"

"Art. 9º - O coordenador Geral escolherá os Coordenadores dos Setores Técnicos, "ad-referendum" do Prefeito, dentre cidadãos de reconhecida capacidade técnica e, obrigatoriamente com título de curso superior".

"Art. 10º - A competência e atribuições da Coordenação Executiva serão fixadas no Regulamento".

Art. 2º - Ficam modificadas as denominações de Coordenador para Coordenador Geral e de Diretor de Setor Técnico para Coordenador do Setor Técnico.

Art. 3º - O parágrafo único do Art. 7º da Lei nº 4.187 de 25 de agosto de 1.969, passa a ser o parágrafo quarto, ficando, de consequência, acrescido os seguintes parágrafos:

§ 1º - Dos Coordenadores dos Setores Técnicos, um exercerá, acumulativamente, a Coordenação Geral.

§ 2º - De conformidade com o que trata o parágrafo anterior, a nomeação do primeiro Coordenador Geral implicará na sua designação para um dos Setores Técnicos.

§ 3º - O Coordenador do Setor Técnico, quando no exercício da Coordenação Geral, poderá designar um dos técnicos do Setor respectivo, para responder pela sua Coordenação, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Art. 9º, desta lei, o qual terá todos os direitos e vantagens inerentes à função.

Art. 4º - Os vencimentos e gratificação de representação do Coordenador Geral serão fixados anualmente, por ato do Prefeito Municipal, os quais nunca poderão ser inferiores aos atribuídos aos Secretários Municipais.

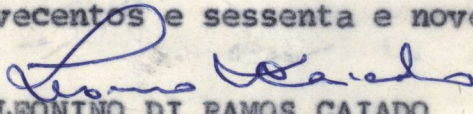
Art. 5º - Os integrantes da Coordenação Executiva terão vantagens remuneratórias fixadas anualmente, por ato do Coordenador Geral, obedecidos os limites estabelecidos em Leis municipais.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no presente exercício, créditos especiais até o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos), destinados à instalação e manutenção da SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE GOIÂNIA - SUPERPLAN, no corrente ano.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir do dia 26 de agosto de 1.969.

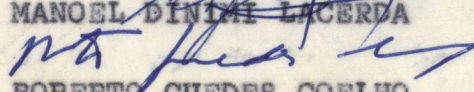
Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

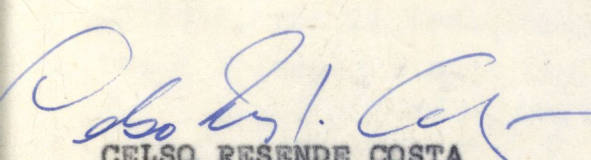
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos doze (12) dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

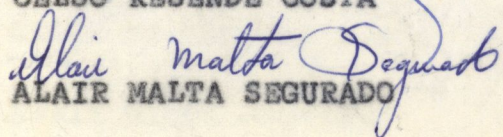

LEONINO DI RAMOS CAIADO

- Prefeito Municipal -


MANOEL DINIZ LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO


CELSE RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO

Procuradoria

LEI Nº 4.227, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1969.

"Cria cargos e dá providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:--

Art. 1º - Ficam criados, integrando o Anexo V, da lei de nº 3.962, de 12 de agosto de 1968, os cargos de provimento em comissão de Secretário Particular do Prefeito, C-1, e de Procurador Geral do Município de Goiânia, C-1.

Parágrafo único - Aos titulares dos cargos ora criados, conceder-se-á as vantagens de que trata o parágrafo único do art. 61, da lei de nº 3.962, de 12 de agosto de 1968.

Art. 2º - Dentro de trinta dias, o Chefe do Executivo Municipal fixará, através de decreto, as atribuições inerentes aos cargos criados por esta lei.

Art. 3º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir crédito necessário para dar cumprimento ao que preceitua a presente lei.

Art. 4º - Fica extinto a função .. gratificada integrante do Anexo VII da lei de nº 3.962 de 12 de agosto de 1968, de Chefe da Consultoria Jurídica, FG-1.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de novembro do corrente ano, reogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

Celso de Resende Costa
CELSON DE RESENDE COSTA

Alair Malta Segurado
ALAIR MALTA SEGURADO

Leonino Di Ramos Caiado
LEONINO DI RAMOS CAIADO
Prefeito Municipal

Manoel Diniz Lacerda
MANOEL DINIZ LACERDA

Roberto Guedes Coelho
ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.228, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1.969.

"Abre crédito no corrente exercício na importância de Nr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos) para fazer face às despesas iniciais da Superintendência do Parque MUTIRAMA - Centro de Educação, Recreação e Diversões e específica".

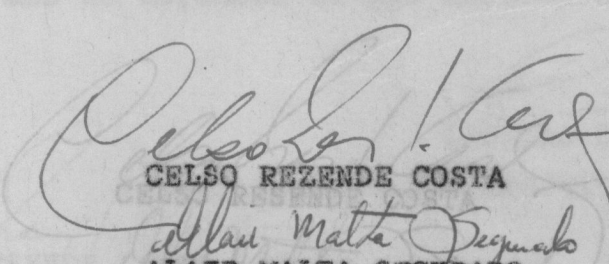
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO' A SEGUINTE LEI:-

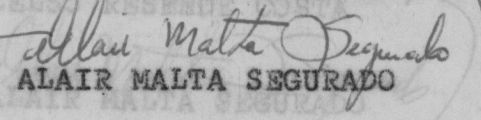
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício financeiro, um crédito especial na importância de Nr\$50,000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos) para o custeio das despesas iniciais da Superintendência do Parque MUTIRAMA - Centro de Educação, Recreação e Diversões.


Art. 2º - O crédito de que fala o artigo anterior refere-se às despesas de contratação de pessoal, manutenção, aquisição de material permanente e outras compras necessárias à implantação e funcionamento do Parque MUTIRAMA.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

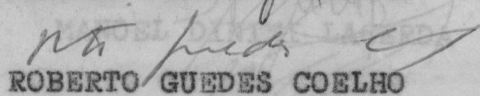
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos dezoito dias do mês de novembro de hum mil novecentos e sessenta e nove (19-11-1.969).


CELSON REZENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


LEONINO DE RAMOS CAIADO
Prefeito Municipal


MANOEL DINIMI LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO

ROBERTO GUEDES COELHO

Jsf/LRC.

Jsf/LRC.

LEI Nº 4.229, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1.969.

"Vincula a Superintendência do Parque MUTIRAMA - Centro de Educação, Recreação e Diversões, à Secretaria do Gabinete do Prefeito e dá providências".

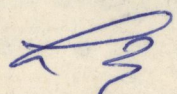
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:--

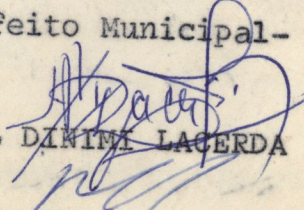
Art. 1º - A Superintendência do Parque MUTIRAMA - Centro de Educação, - Recreação e Diversões, entidade autárquica com personalidade jurídica e autonomia administrativo-financeira, criada pela lei nº 4.178, de 14 de agosto de 1969, nos termos desta lei, passa a subordinar-se à Secretaria do Gabinete do Prefeito Municipal de Goiânia.

Art. 2º - A Diretoria do Parque MUTIRAMA deverá apresentar, anualmente, à Secretaria do Gabinete do Prefeito o relatório de sua gestão, juntamente com os apresentados ao Prefeito e à Câmara Municipal.

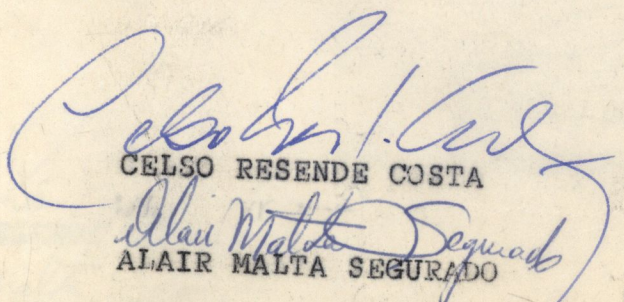
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos dezoito dias do mês de novembro de hum mil novecentos e sessenta e nove (19-11-1969).


LEONINO DI RAMOS CAIADO
-Prefeito Municipal-


MANOEL DINIZ LACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO


CELSO RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO

LEI Nº 4.230, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1969.

"Dispõe sobre o perdão de multas, correção monetária e dá providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE

ENTE LEI:-

Art. 1º - Aos contribuintes dos impostos Predial, Territo-
rial Urbano, Sobre Serviços de Qualquer Natureza e das Taxas de Licença, in-
tos ou não na dívida ativa, fica concedido perdão fiscal de multas, cor-
ção monetária e juros de mora incidentes sobre os mesmos, desde que pagos
o dia 30 (trinta) do mês de novembro do corrente exercício financeiro.

Art. 2º - O perdão fiscal, concedido por esta lei, não se
ende às custas e despesas processuais dos executivos já ajuizados.

Art. 3º - Fica concedido, ainda, perdão fiscal aos contri-
ntes do imposto predial incidente até este ano, sobre os imóveis de ocu-
ção própria, cujo montante não exceda de Nr\$ 15,00 (quinze cruzeiros no -
a) nos exercícios de 1.966 e anteriores e de Nr\$ 30,00 (trinta cruzeiros'
os) nos exercícios de 1967 a 1969.

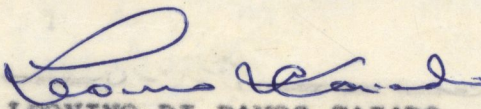
Art. 4º - O perdão fiscal, objeto da presente lei, inde-
derá de requerimento, ficando os órgãos arrecadadores da Secretaria Mu-
ipal da Fazenda obrigados à sua execução.

Art. 5º - O disposto no artigo primeiro (1º) da presente
a, poderá ser protraído mediante ato do Executivo Municipal até o últi-
dia do corrente exercício financeiro.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua apro-
ção.

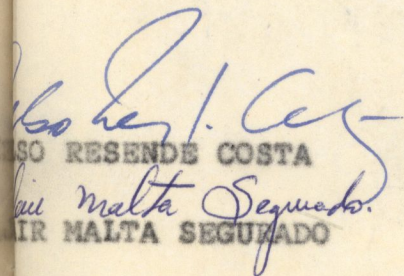
Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

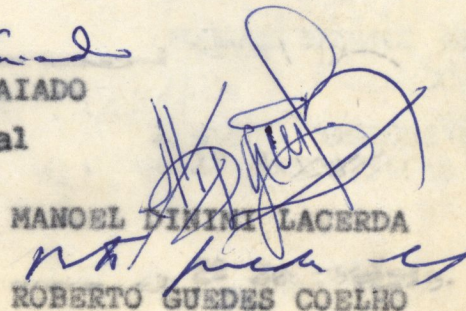
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos treze(13)
as do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).



LEONINO DI RAMOS CAIADO

Prefeito Municipal


MANOEL RESENDE COSTA
MIR MALTA SEGUZADO


MANOEL DIRINI LACERDA
ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.231, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1.969.

"Modifica o item I, do art. 4º da Lei de nº 4.062, de 27 de novembro de 1.968 (Aprova o orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de .. 1.969)".


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:--

Art. 1º - O item I, do art. 4º, da Lei nº 4.062, de 27 de novembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:


"I - Abrir créditos suplementares até o limite ' de 35% (trinta e cinco por cento) da Receita estimada, na forma dos artigos 7º e 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964".

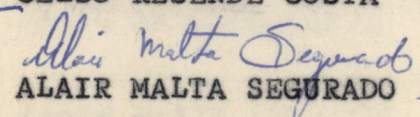
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

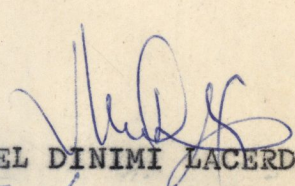
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos vinte (20) dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

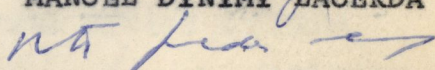

LEONINO CAIADO

Prefeito Municipal


CELSO RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIMI LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO

vps/LC.

LEI Nº 4.232, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1.969.

"Concede isenção do pagamento de multas e juros moratórios incidentes sobre as taxas de asfalto e dá providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN -
CIONO A SEGUINTE LEI:-

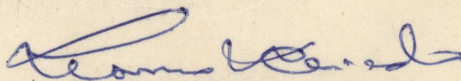
Art. 1º - Fica suspensa a cobrança de multas e juros moratórios incidentes sobre as taxas de asfalto, de que trata o artigo 13 e seus parágrafos, da Lei nº.. 3.354, de 7 de fevereiro de 1966, até o dia 23 (vinte e três) de dezembro do corrente ano.

Art. 2º - Fica concedido o desconto de 5% sobre o total do débito em atraso, cuja liquidação integral se efetivar até aquela data.

Art. 3º - Fica concedido o desconto de 10% sobre o valor das prestações a vencer, desde que o pagamento antecipado seja efetuado, impreterivelmente, no prazo/previsto no art. 1º.

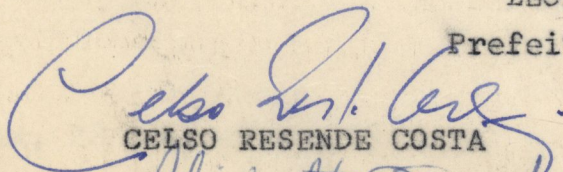
Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos vinte (20) dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

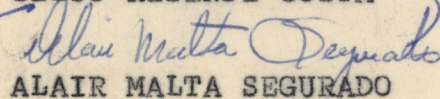


LEONINO CAIADO

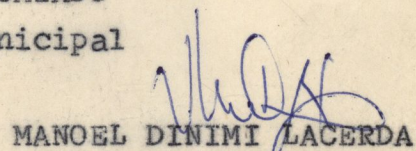
Prefeito Municipal



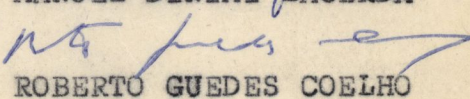
CELSON RESENDE COSTA



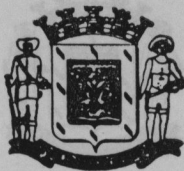
ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIMI LACERDA



ROBERTO GUEDES COELHO



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.233, DE 20 DE NOVENBRO DE 1.969

"Modifica a redação do Parágrafo
Único do Art. 11º, da Lei nº -
3.793, de 18 de dezembro de 1.967".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - O Parágrafo-único do art. 11º, da Lei
nº 3.793, de 18 de dezembro de 1.967, passa a ter a seguinte -
redação:

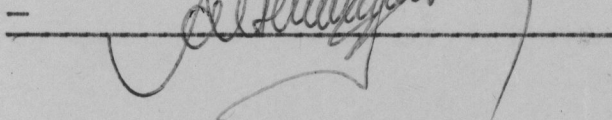
"Parágrafo único - Os licenciamentos de que tra
ta o Inciso I, não poderão se efetivar sem o pagamento do tribu
to, por metro quadrado de área construída, correspondente a
0,2%, fixados em pauta que reflita os correntes na praça".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de /
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá -
rio.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
vinte e quatro (24) dias do mês de novembro de mil novecentos-
e sessenta e nove (1.969).

Goiânia, 28 de janeiro de 1.970
confere com o original

- 



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.234, DE 24 DE NOVENBRO DE 1.969

"Autoriza o Poder Executivo Municipal
a construir um Grupo Escolar".

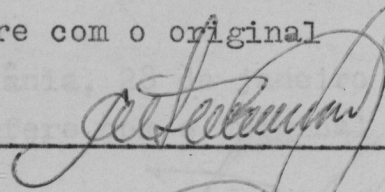
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN/
CIONO A SEGUINTE LEI:--

Art. 1º - Fica, pela presente lei, autorizado o
Poder Executivo Municipal, a construir um Grupo Escolar no Con-
junto Habitacional, construído pela COHAB na saída para a cida-
de de Guapó, margeando pela Avenida Aderup, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de '
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Goiânia, 27 de janeiro de 1.970
confere com o original





PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

PUBLICAÇÃO

Dom 06/12/68, nº 158

1

LEI Nº 4.235, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1.969.

"Dispõe sobre destino de arrecadação
"Considera de utilidade pública o
INSTITUTO PRESBITERIANO DE EDUCA
ÇÃO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN
SANCIONO A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - É considerado de utilidade pública,
com os direitos e vantagens assegurados em lei, o INSTITUTO -
PRESBITERIANO DE EDUCAÇÃO - IPÊ, sediado à rua 68, nº 9, nes
ta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data
de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá
rio.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
26 (vinte e seis) dias do mês de novembro de mil novecentos e
sessenta e nove (1.969).

Goiânia, 28 de janeiro de 1.970
confere com o original

LEONINO CATADO

Prefeito Municipal

CELSO RESENDE COSTA

ROBERTO GUEDES COELHO

ALAIR MALTA SQUEGADO

MANOEL DINIZ MACEDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

PUBLICADO

Dom. 05/12/69. Nº 189, Fl. 1

LEI Nº 4.236, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1.969.

LEI Nº 4.237/69

"Dispõe sobre destino de arrecadação integrante do Fundo de Manutenção do Mutirama e dá providências".

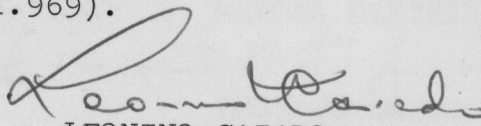
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - As receitas constantes de arrecadação própria, de que trata a letra "a" do Art. 8º da Lei nº 4.178, de 14 de agosto de 1.969, integrantes do Fundo de Manutenção do Mutirama, ficam destinados, por quatro.. (04) dias do mês de novembro corrente, à campanha de promoção beneficente patrocinada pela Prefeitura Municipal, para angariar recursos necessários à realização do Natal dos pobres.

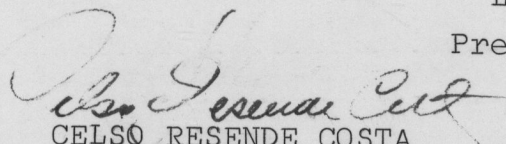
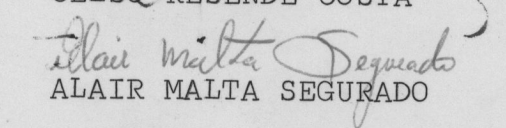
Art. 2º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a baixar as normas necessárias à execução da presente lei.

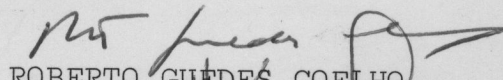
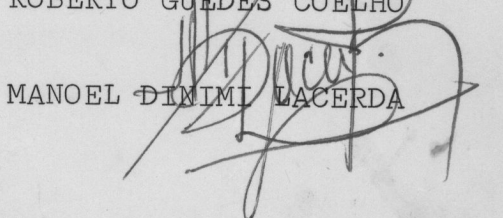
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA ,
aos dois (02) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).


LEONINO CAIADO

Prefeito Municipal


CELSO RESENDE COSTA

ALAIR MALTA SEGURADO


ROBERTO GUEDES COELHO

MANOEL DINIMI LACERDA



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE GOIÂNIA

LEI Nº 4.237, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1.969 .

LEI Nº 4.237/69

"Conceda o título de Cidadão
Goianiense".

"Orça a receita e fiixa a despe-
sa do Município de Goiânia para
o exercício de 1 970"

EU SANCIONO A SEGUIR

Art. 1º - Fica, pela presente lei, con-
cedido o título honorífico de Cidadão Goianiense, ao senhor
Coronel JOSÉ LIMA DE CASTRO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na
data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em
contrário.

CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA

NIA, aos 5 (cinco) dias do mês de dezembro de mil novecen-
tos e sessenta e nove (1.969).

LEONIRIO CAIADO
Prefeito Municipal

CELSO RESENDE COSTA

MANOEL DINIZI LACERDA

ALAY MALTA SEGURADO

ROBERTO GUERES COELHO

VPS.

LEI Nº 4.238, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1.969 .

"Concede o título de Cidadão
Goianiense".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E
EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica, pela presente lei, con-
cedido o título honorífico de Cidadão Goianiense, ao senhor'
Coronel JOSÉ LIMA DE CASTRO.

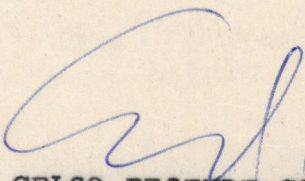
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na
data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em
contrário.

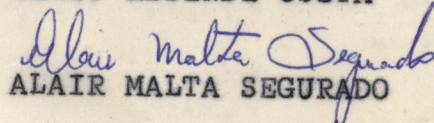
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂN-
NIA, aos 5 (cinco) dias do mês de dezembro de mil novecen -
tos e sessenta e nove (1.969).



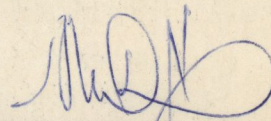
LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal



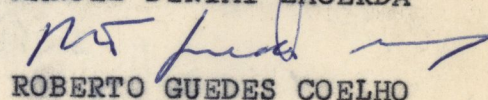
CELSO RESENDE COSTA



ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIMI LACERDA



ROBERTO GUEDES COELHO

LEI Nº 4.239, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Modifica denominação de ruas".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:--

Art. 1º - Fica denominada "Rua
JORGE CHADUD", a rua 4 de novembro, em V. BI
BIANO, no bairro de Campinas, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em
vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposi
ções em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DE GOIÂNIA, aos dezoito (18) dias do mês de
dezembro de mil novecentos e sessenta e nove
(1.969).

LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal

CELSON RESENDE COSTA

MANOEL DINIMI LACERDA

ALAIR MALTA SEGURADO

ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria
Procuradoria

LEI Nº 4.240, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Proíbe a participação dos servidores municipais no produto da arrecadação da receita do Município e das outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - A partir do dia 30 de outubro de 1969, fica extinto o regime de remuneração instituído para o pessoal do Fisco Municipal e proibida toda e qualquer participação dos servidores públicos do Município no produto da arrecadação da receita municipal, inclusive quanto ao recebimento de cotas-partes de multas e de percentagens na cobrança da dívida ativa.

Art. 2º - Enquanto não lhes forem fixados novos vencimentos, os Fiscais de Renda, Fiscais Arrecadadores, Fiscais Lançadores, Fiscais de Diversões Públicas, Exatores e Auxiliares de Coletorias perceberão, a partir do corrente mês de novembro de 1969, além dos vencimentos estabelecidos pela Lei nº 3.962, de 12 de agosto de 1968, uma gratificação especial e provisória, fixa, de importância igual à que a cada um foi atribuída no mês de março deste ano a título de percentagens.


Parágrafo único - A gratificação de que trata este artigo para nenhum efeito se incorporará aos vencimentos, e o seu pagamento cessará a partir da data em que estes forem reajustados.

Art. 3º - O funcionário do Fisco que deixar de tomar as medidas legais a seu cargo no sentido de assegurar a boa arrecadação da receita pública, como de evitar e reprimir a sua evasão, inclusive através da lavratura de notificações, autos de infração e representações contra os infratores das leis fiscais, ficará incurso na pena de demissão prevista no art. 207, item VIII, da Lei nº 1.667, de 13 de junho de 1.960, como agente de ilícito administrativo de lesão aos cofres públicos.

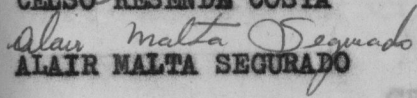
Art. 4º - O nível de vencimento da Classe de Consultor Jurídico... TC.3.01-S, previsto no Anex.º I, da Lei nº 3.962, de 12 de agosto de 1.968, fica modificado para TC.3.01-R.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

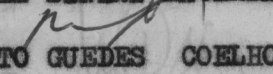
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

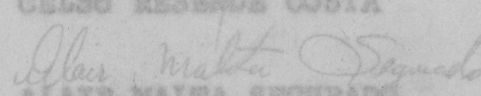

LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSON RESENDE COSTA



ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIZ LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO


CELSON RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIZ LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria
Procuradoria

LEI Nº 4.241, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Concede prêmio anual a Aspirante a Oficial do Núcleo de Preparação de Oficiais de Reserva".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:--

Art. 1º - Fica instituído, em caráter permanente, um prêmio anual, a ser concedido pelo Município ao Aspirante a Oficial que obtiver a terceira colocação no curso do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, anexo ao 10º Batalhão de Caçadores, sediado em Goiânia.

Art. 2º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial e a baixar os atos necessários à execução da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos doze dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e sessenta e nove (1969).

Prefeito Municipal

CELSE RESENDE COSTA

LEONINO CAIADO

Prefeito Municipal

CELSE RESENDE COSTA

MANOEL DINIMI LACERDA

ALAIR MALTA SEGURADO

ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

LEI Nº 4.242, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1969.

"Concede o título honorífico de cidadão goianiense".

Goianiense".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:--CRETA E EU

SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - FICA, pela presente lei, concedido o título honorífico de Cidadão Goianiense, ao Senhor EDSON ARANTES DO NASCIMENTO (PELÉ).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DE GOIÂNIA, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

LEONINO CAIADO

Prefeito Municipal

CELSE RESENDE COSTA

MANOEL DINIMI LACERDA

ALAIR MALTA SEGURADO

ROBERTO GUEDES COELHO



LEI Nº 4.243. DE 22 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Modifica Lei nº 3.757, de 19/10/67".
"Concede título de cidadão Goianiense".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - FICA concedido, por esta lei, ao
Senhor Professor NION ALBERNAZ, o título honorífico de Ci-
dadão Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na da
VILA SANTO ANTONIO, destinada à construção da Casa do Pro
ta de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 2º - Fica estipulado o prazo de dois anos para a construção do prédio no imóvel, objeto desta doação, a partir da publicação desta, após o que, não sendo construído, passará a propriedade para o poder público municipal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA;

trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Learned

Art. 4º - **LEONINO CAIADO**
- Revogam-se as disposições em contrá -
Prefeito Municipal

~~CELSO RESENDE COSTA~~

~~MANOEL DINIZ LACERDA~~

Alair Malta Segurado
ALAIR MALTA SEGURADO

ROBERTO GUEDES COELHO

BAF.



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.245, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.969

"Denomina Vila Canaã"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica, denominado Vila Canaã, o conjun-
to Habitacional, construído pela COHAB, margeando pelas Av.-
Aderup e Guapó, na saída para a cidade do mesmo nome, Setor
Cidade Jardim, Vila Luci e Vila Adélia, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de/
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá -
rio.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
30 (trinta) dias do mês de dezembro de mil novecentos e ses-
senta e nove (1.969).

Goiânia, 28 de janeiro de 1.969
confere com o original

Documentação

LEI Nº 4.246, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.969

"Considera de utilidade pública
a Associação dos Agentes da Lo-
teria do Estado de Goiás".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

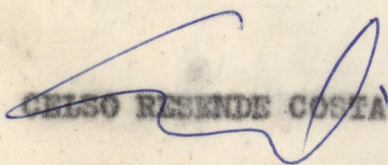
Art. 1º - FICA, pela presente lei, considerada de u-
tilidade pública, com os direitos e vantagens assegurados em
lei, a ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DA LOTERIA DO ESTADO DE GOIÁS, *
com sede na Travessa Anhanguera, nº 63, sala 3, viela, nesta
Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta
(30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1969).
(1.969).


LEONINO CAIADO


CELSO RESENDE COSTA


MANOEL DINIZ LACERDA


ALAIR MALTA SEGURADO


ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.247, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.969.

" Modifica denominação de rua "

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA, pela presente lei, denominada "Rua
OSTERNO POTENCIANO E SILVA", a atual rua 3, em VILA AURORA, nes
ta Capital.

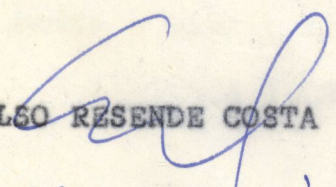
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

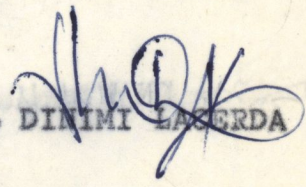
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta
e seis dias (30) do mês de dezembro de mil novecentos e sessen
ta e nove (1.969).



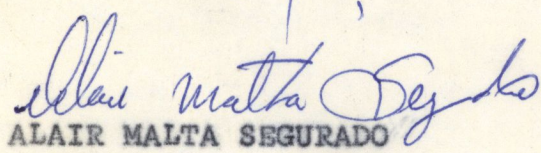
LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal



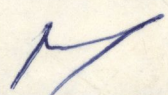
CELSE RESENDE COSTA



MANOEL DINIZ LACERDA



ALAIR MALTA SEGURADO



ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.248, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Autoriza a construção de um Mercado, no Setor Rodoviário (DERGO), nesta Capital, e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Autoriza a Chefia do Poder Executivo Municipal a construir um Mercado no Setor Rodoviário (DERGO), nesta Capital.

Art. 2º - A localização do mercado em referências' ficará à critério do Senhor Prefeito Municipal, observada a necessidade de atendimento dos interêsseis, também, da Cidade Jardim, setor que confronta com o DERGO.

Art. 3º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a proceder as necessárias operações de crédito, necessários ao atendimento no disposto nesta lei.


Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de .. sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
trinta e nove (30) dias do mês de dezembro de mil. novecentos e sessenta e nove (1.969).



LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal



CELSON RESENDE COSTA

ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIZ LACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.249, 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Autoriza doação à Centrais Elétricas de Goiás Sociedade Anônima ... (CELG) de materiais e rede de alta tensão".


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:-

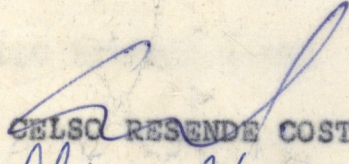
Art. 1º - FICA a Prefeitura Municipal de Goiânia autorizada a fazer doação à Centrais Elétricas de Goiás, Sociedade Anônima (CELG), de materiais elétricos e a rede de alta tensão, a ser construída, no Bairro Popular, nesta Capital, com 280 metros de extensão, a fim de que se conclua a ligação de energia elétrica no Mutirama - Centro de Educação, Recreação e Diversões, pertencente à Prefeitura Municipal de Goiânia.

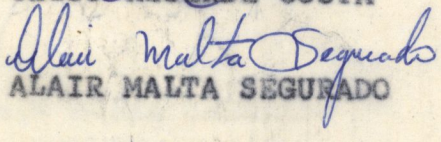
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

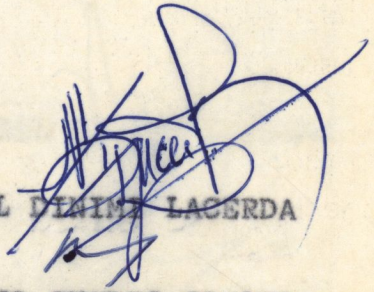
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
trinta(30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove(1.969).


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSON RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DELMIRO LACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.250, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

" Modifica denominação de rua "

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica, pela presente lei, denominada "Avenida Brigadeiro FARIA LIMA", a atual rua Cubatão, em Vila Diamantina, nesta Capital.

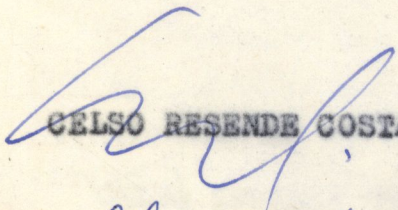
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

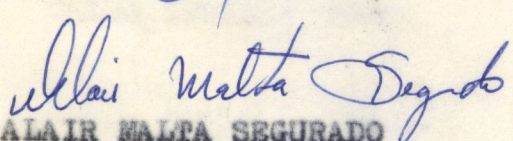
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).



LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal




CELSON RESENDE COSTA



ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIZ LACERDA



ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.251, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Autoriza alienação de material considerado inservível".

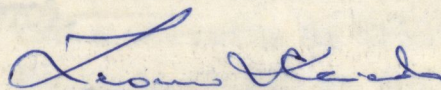
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU' SANCIONO A SEGUINTE LEI:--


Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autoriza do a alienar material considerado inservível de domínio do Município, precedido o ato da competente licitação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data' de sua publicação.

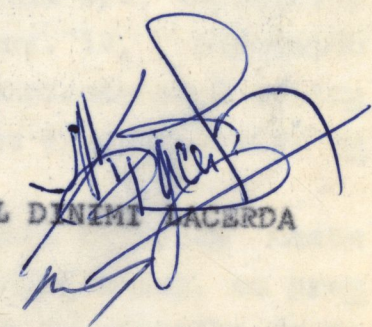
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, ' aos trinta (6)30 dias do mês de dezembro de mil novecen*
tos e sessenta e nove (1.969).


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSON RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIZ MACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.252, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Dispõe sobre aquisição de máquinas e equipamentos de terraplenagem e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a adquirir, para os serviços de construção e conservação de estradas de rodagem deste Município, até o valor NCR\$2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros novos), as seguintes máquinas e equipamentos:

- a - 30 (trinta) caminhões basculantes;
- b - 6 (seis) caminhões carroceria;
- c - 3 (três) caminhões pipa;
- d - 6 (seis) veículos utilitários USO misto;
- e - 7 (sete) camionetas;
- f - 4 (quatro) camionetas 3/4;
- g - 3 (três) pás carregadeiras;
- h - 1 (hum) trator agrícola com pá;
- i - 2 (dois) rolos compressores;
- j - 2 (dois) moto niveladoras.

Art. 2º - Fica ainda o Prefeito Municipal' autorizado a contratar com a Carteira de Crédito Comercial e Industrial - CRECIND- do Banco do Estado de Goiás S/A, empréstimo e financiamento até o valor mencionado no art. 1º, acrescido dos encargos financeiros respectivos, cujo montante será aplicado, nos termos desta lei, na aquisição de que trata o artigo anterior.

§ 1º - A operação bancária referida neste artigo será amortizada em até 36 (trinta e seis) meses, em prestações mensais consecutivas, conforme constar da planilha de pagamentos elaborada pela citada Carteira.

§ 2º - A aquisição de que trata a presente lei poderá, se assim julgar por bem o Chefe do Executivo Municipal, revestir a forma de compra para pagamento a prazo, mediante

financiamento ou refinanciamento de terceiros.

Art. 3º - A amortização da operação bancária autorizada no art. 2º, bem como dos respectivos encargos financeiros e de outras obrigações contratuais, será feita através dos recursos destinados a este Município pelo Fundo de Participação dos Municípios e dos provenientes da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM - e, de outros recursos, no caso de insuficiência das aquelas verbas ou se forem cancelados ou suspensos os seus pagamentos.

§ 1º - Os orçamentos anuais do Município consignarão as dotações necessárias para a normal liquidação das obrigações referidas neste artigo.

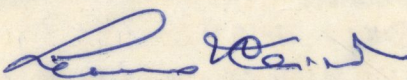
§ 2º - Fica o Banco do Estado de Goiás S/A autorizado irrevogavelmente, pelo atual Prefeito ou por quem de direito suceder a ele, até final liquidação da dívida a ser contraída, a debitar em conta-corrente da Prefeitura deste Município existente em qualquer de suas agências e onde forem creditados os recursos de que trata o art. 3º, as prestações pactuadas vencidas e encargos financeiros devidos.

§ 3º - Fica também o Prefeito Municipal autorizado a, em nome do Município, outorgar procuração ao citado Banco para receber do Banco do Brasil S/A e de outras entidades financeiras, as quotas destinadas a este Município do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, das quais se utilizará o outorgado caso a outorgante não retorne, nos prazos previstos, as parcelas mensais de amortização.

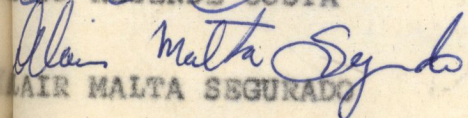
Art. 4º - Para garantia da dívida a ser contraída, além dos recursos colocados à disposição do Banco do Estado de Goiás S/A conforme o art. 3º, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a alienar fiduciariamente em favor do citado Banco as máquinas e equipamentos a serem adquiridos com o produto da operação bancária autorizada por esta lei e também oferecer avais de terceiros.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e nove (1969).


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


ELSO REZENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIZ LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4. 253, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Autoriza alienação de material considerado inservível".

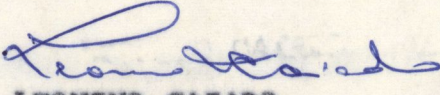
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

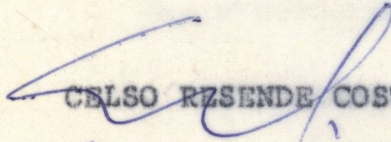
Art. 1º - Fica o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem - DMER - autorizado a alienar material considerado inservível a seu uso, precedido o ato da competente licitação, e mediante expressa autorização do chefe do Executivo Municipal.

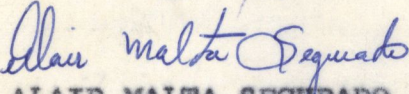
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta () 30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969) .


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSON RZSENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIZ LACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO

Quocadoria

LEI Nº 4.254, 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Dispõe sobre a transformação de coletorias municipais e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-


Art. 1º - A Coletoria de COBRANÇA DO IMPÓSITO DE TRANSMISSÃO INTER-VIVUS E DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO e a Coletoria de COBRANÇA DO IMPÓSTO DE LICENÇA E EMPLACAMENTO DE VEÍCULOS, criadas pela Lei nº 2.919, de 25 de fevereiro de 1965, ficam transformadas em 6ª e 7ª Coletorias, respectivamente.

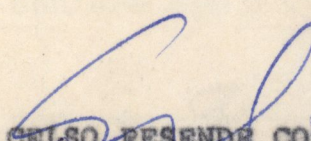
Art. 2º - Durante o mês de dezembro do corrente exercício, ficam suspensos os efeitos dos artigos 205 206 e 207, da Lei nº 3.549, de 30 de novembro de 1.966.

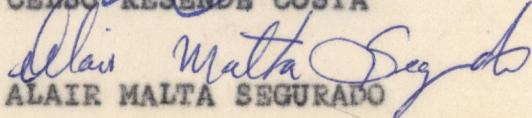
Parágrafo Único - Os contribuintes que, antes da vigência desta, lei tenham recolhido a Taxa de Licença para Horário-Especial, poderão requerer a devolução do valor correspondente ao Mês de dezembro corrente.


Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
~~aos trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).~~


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSON RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIMI LACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO



CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.255, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969

"Autoriza a doação de uma área de terras".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a doação de uma área de terras à LOJA - MAÇONICA ACÁCIA BRASILIENSE II, para a construção de sua sede própria, situada entre a Av. X com Rua 67, RP.33 e rua 15-A, no Setor Aeroporto, nesta Capital, Q.70-C.

Art. 2º - Fica estipulado o prazo de três (3)-anos para o início da construção da sede própria, sendo que a não observância deste item, importará em reversão para o patrimônio municipal, da área objeto da presente doação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

Goiânia, 28 de janeiro de 1.970
confere com o original



CÓPIA

Procuradoria

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.256, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Revoga a Lei nº 4.112, de 27 de
junho de 1.969".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:—
CIONO A SEGUINTE LEI:—

Art. 1º - FICA, pela presente lei, denomi-
nada rua Dona IZAIRA ABRÃO, a atual rua 210, situada na
Vila Coimbra, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data
de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em con-
trário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA

aos trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecen-
tós e sessenta e nove (1.969).

e sessenta e nove (1.969).

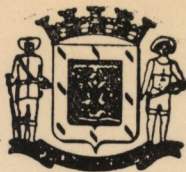
LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal

Goiania, 28 de janeiro de 1.970
CELSE RESENDE COSTA

ALAIR MALTA SEGURADO

MANOEL DINIZ LACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.257, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969

"Revoga a Lei nº 4.172, de 27 de
junho de 1.969".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN/
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Revoga a Lei nº 4.172, de 27 de junho
de 1.969, que introduz multa nos débitos para com a PA
VICAP e dá outras providências.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de /
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos -
30 (trinta) dias do mês de dezembro de mil novecentos '
e sessenta e nove (1.969).

Goiânia, 28 de janeiro de 1.970
confere com o original

Procuradoria

LEI Nº 4.258. DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Dá-se nova denominação a via pública".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica denominado Avenida HORALDO COIM
BRA BUENO, a atual Avenida 220, em toda a sua extensão, ou se
ja da Avenida Anhanguera até a Praça Valter Santos, na Vila
Coimbra.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em con
trário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sess
enta e nove (1.969).



LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal



CELSO RESENDE COSTA

Alair Malta Segurado
ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIZ LACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.260, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

" Considera de Utilidade Pública"


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

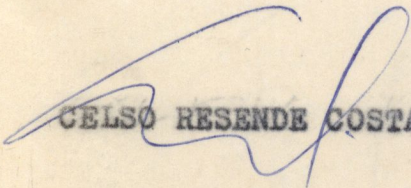
Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública, com todos os direitos assegurados pela lei, o Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo, com sede nesta Capital.

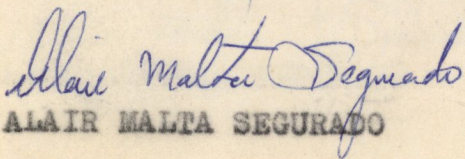
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

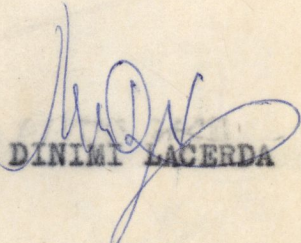
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

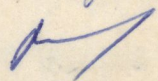
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos -
trinta ((30)) dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e nove (1.969)..


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSON RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIMI LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.261, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

" Autoriza desapropriação".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO-
NO A SEGUINTE LEI:-

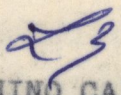
Art. 1º - FICA o Senhor Chefe do Executivo Municip-
pal autorizado a proceder à desapropriação de um barracão exis-
tente na rua R-17, no Setor Bueno, nesta Capital.

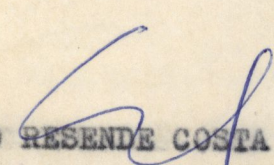
Art. 2º - Autoriza o Prefeito Municipal a proceder
às necessárias operações de crédito, destinadas ao cumprimento
desta lei.

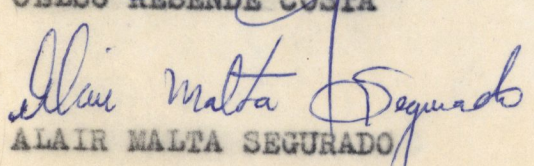
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

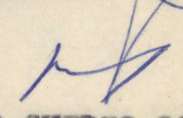
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos -
trinta (30) dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e nove
(1.969).


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSON RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIZ LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.262, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969

"Autoriza a doação de uma área de terras
ao Sanatório Bezerra de Menezes".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO'
A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autori-
zado a doar uma área de terras ao SANATÓRIO BEZERRA DE MENE-
ZES, com 4.250 mts.2., situada entre as quadras 31, 32, 38, 39, e
40, localizada no Jardim Ana Lúcia, nesta Capital.


Art. 2º - A área, objeto da presente doação se desti-
na à construção da sede social e de beneficência, ficando es-
tipulado o prazo de 3 (três) anos para o início da construção.

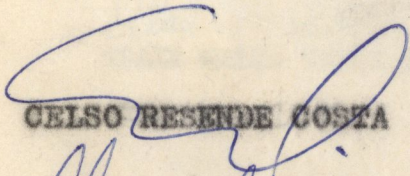
Parágrafo único - A não observância da exigência con-
tida neste artigo, importará em reversão, ao patrimônio muni-
cipal, da área doada por esta lei.

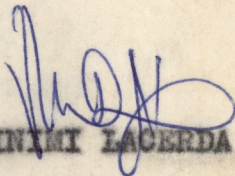
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

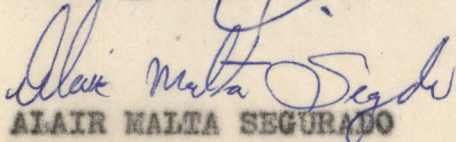
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 9 (nove)
dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessen-
ta e nove (1.969).


LEONINO CAIADO


CELSO RESENDE COSTA


MANOEL DINIZ LACERDA


ALAIR MALTA SEGURADO


ROBERTO GUEDES COELHO

Procurador

LEI Nº 4.263, de 30 de DEZEMBRO de 1.969

"Concede título honorífico de
Cidadão Goianiense"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA, pela presente lei, concedi
do o Título Honorífico de Cidadão Goianiense ao Sr. JOSÉ
SALLES.

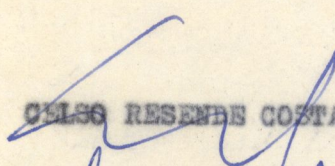
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na da
ta de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em con
trário

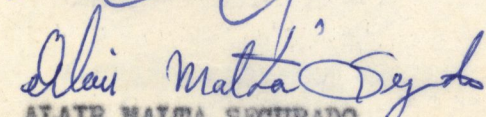
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
aos trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos
e sessenta e nove (1.969).



LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal




CELSS RESENDE COSTA



ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIZ LACERDA



ROBERTO GUEDES COELHO

LEI Nº 4.264, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969

"Concede Título de Cidadão
Goianiense".

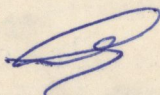
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:--

Art. -1º - FICA, pela presente lei, -
concedido o título de Cidadão Goianiense ao jornalista
JOSÉ CUNHA JÚNIOR.

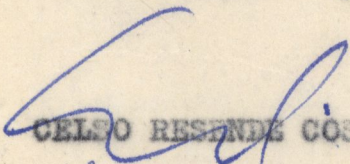
Art. -2º - Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação.

Art. -3º - Revogam-se as disposições
em contrário.

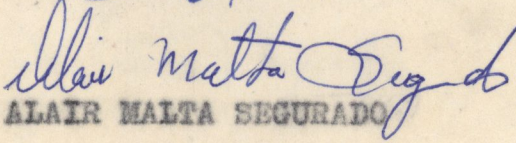
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
GOIÂNIA, aos trinta (30) dias do mês de dezembro de
mil novecentos e sessenta e nove (1.969).



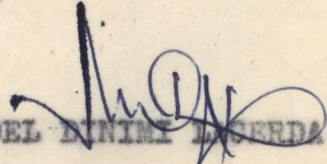
LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal



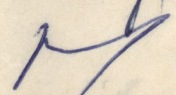
CELSON RESENDE COSTA



ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIZ DA SILVA



ROBERTO GUEDES COELHO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

Gabinete

31

LEI Nº 4.265, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969

"Transforma em comercial a 4ª Avenida,
no Bairro de Vila Nova, nesta Capital".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - FICA, pela presente lei, transformada em
comercial a 4ª Avenida, no Bairro de Vila Nova, nesta Capital,
no trecho que, iniciando na rua 206, vai até a rua 208, naque
le setor.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trin
ta e ~~em~~(31) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessen
ta e nove (1.969).

LEONINO CAIADO

Prefeito Municipal

CELSON RESENDE COSTA

ALAIR MALTA SEGURADO
MANOEL DINIZ LACERDA
ROBERTO GUEDES COELHO

LEI Nº 4.266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969

"Transforma em Comercial as ruas C-1,
C-118 e C-210, no JARDIM AMÉRICA, -
nesta capital."

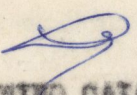
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EM
SANCIONA A SEQUENTE LEI:-

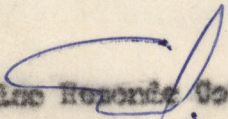
Art. 1º - FICAM Transformadas em comercial
as ruas C-1, C-118 e C-210, No Jardim América, nes-
ta Capital.

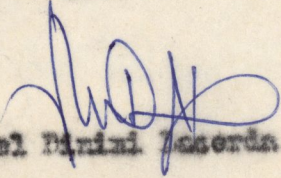
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na da-
ta de sua publicação.

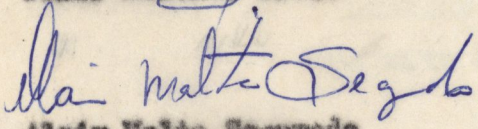
Art. 3º - Revogar-se as disposições em con-
trário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA
aos trinta (130) dias do mês de dezembro de
mil novecentos e sessenta e nove (1.969).


LAURO CALADO
Prefeito Municipal


Carlos Roberto Costa


Manoel Pinini Jacerda


Alair Malta Segurado


Roberto Guedes Coelho

LEI Nº 4.267. DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Isenta do pagamento de taxas e emolumentos o CENTRO ESPIRITA ISMAEL DE GOIÂNIA, para fins de construção."

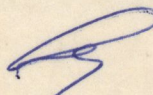
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

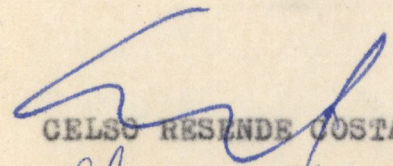
Art. 1º - FICA isento do pagamento de taxa e emolumentos, o CENTRO ESPIRITA ISMAEL DE GOIÂNIA, considerado de utilidade pública pela Lei nº 4.143, de 29 de maio de 1.969, para fins de construção da Crèche Espírita Maria Dolores e Centro Espírita Ismael.

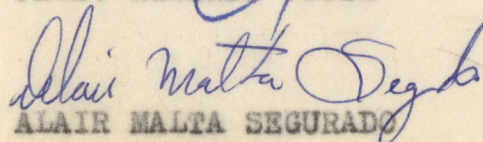
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

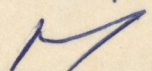
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSSO RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL MINIMI LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.268, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969

"Revoga as Leis nºs 3.054, de 14 de maio de 1.965, e 3.125, de 30 de julho de 1.965".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:-

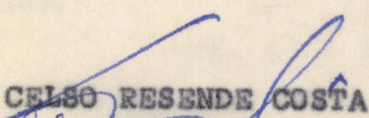
Art. 1º - Ficam revogadas as leis nºs 3.054, de 14 de maio de 1.965, e 3.125, de 30 de julho de 1.965.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e ses
senta e nove. (1.969).



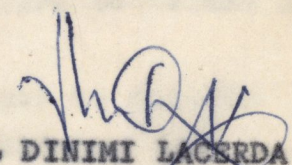
LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal



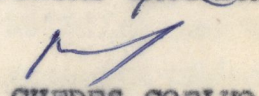
CELSO RESENDE COSTA



ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIMI LACERDA



ROBERTO GUEDES COELHO

Declaratoria

LEI Nº 4.269, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Dispõe sobre a aquisição de tratores e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a adquirir da Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás, para a Companhia de Abastecimento de Goiânia - COMAB, três tratores ' de esteira "FIAT", modelo 70-CI, até o valor de NCr\$115.710,00 (cento e quinze mil setecentos e dez cruzeiros novos), acrescido dos encargos financeiros respectivos, inclusive correção cambial.

Art. 2º - Fica ainda o Prefeito Municipal autoriza - do a contratar com a Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás o prazo e a forma de pagamento da aquisição de que trata o artigo anterior, por um período não excedente a oito anos, podendo o Chefe de Executivo, em nome do Município, emitir como ' garantia de débito, notas promissórias a favor da alienante.

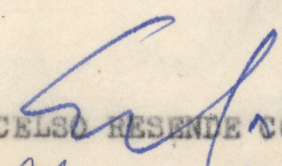
Art. 3º - Para garantia da dívida a ser contraída, ' é o Prefeito Municipal autorizado a estipular, no contrato de aquisição, cláusula de reserva de domínio dos bens a serem adquiridos, em favor da Secretaria da Agricultura do Estado de ' Goiás.

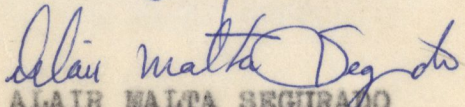
Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

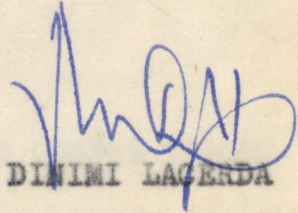
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

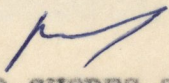

LEONINO CAIADO

Prefeito Municipal


CELSONE RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIMI LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.270, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Faz autorizações". outras providências".


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:--

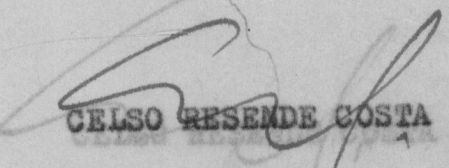
Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar a despesa proveniente da execução dos serviços constantes do Processo nº 01401/69, originado do Executivo até o limite máximo de NCr\$ 19.212,12 (dezenove mil duzentos e doze cruzeiros novos e doze centavos).

Art. 2º - O crédito correspondente será aberto através de Decreto, destinado ao pagamento da conta apresentada e constante do processo referido no artigo anterior.

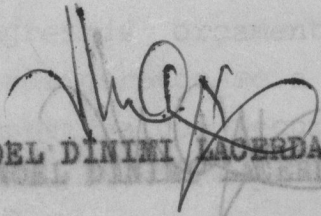
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta e sete (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSO RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DININI LACERDA


ROBERTO GUEDES COELHO



Procurador

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

PUBLICADO
1. 31

LEI Nº 4.271, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969

LEI Nº 4.271, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Autoriza alienação e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

CAPÍTULO I

Da Filosofia Básica do Sistema

Art. 1º - Fica autorizada a Superintendência de Pavimentação e Obras da Capital - PAVICAP - a alienar bens móveis inservíveis de seu domínio, precedido o ato da competente licitação, mediante autorização por escrito do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

b) implantação definitiva do orçamento-programa e do orçamento plurianual de investimentos, perfeitamente articulados com o Plano de Desenvolvimento Integrado;

CELSO RESENDE COSTA

MANOEL DINIZ LACERDA

Alair Malta Segurado

ALAIR MALTA SEGURADO

ROBERTO GUEDES COELHO



GABINETE
Amorim

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

PUBLICADO

Dom. 31, 12, 69 1969 n. 31

LEI Nº 4.272, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969

"Dispõe sobre a nova estrutura do sistema administrativo da Prefeitura Municipal de Goiânia e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

CAPÍTULO I

Da Filosofia Básica do Sistema

Art. 1º - A sistemática adotada para a estruturação de serviços públicos municipais de Goiânia se fundamenta basicamente na imperiosa necessidade de se formar um mecanismo administrativo racional, dotado de condições favoráveis à execução do Plano de Desenvolvimento Local Integrado.

Art. 2º - A política administrativa para o desenvolvimento uniforme de todos os setores do serviço público municipal, tendo em vista a sistemática do planejamento integrado, obedecerá aos seguintes princípios basilares:

- a) institucionalização do planejamento como instrumento de ação propulsor do desenvolvimento racional dos serviços e atividades afetos ao Município;
- b) implantação definitiva do orçamento-programa e do orçamento plurianual de investimentos, perfeitamente articulados com o Plano de Desenvolvimento Local Integrado;
- c) programação financeira de desembolso à vista do fluxo provável de ingressos orçamentários e extra-orçamentários, assegurando-se a liberação sistemática e tempestiva dos recursos necessários à execução dos diversos programas de trabalho de cada órgão;
- d) criação e manutenção de um sistema de coordenação e controle, visando ao entrosamento dos órgãos, à real economia de gastos e ao perfeito acompanhamento da execução dos planos e programas municipais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

- e) descentralização administrativa, tendo por objetivo, de uma parte, a transferencia de encargos a entidades particulares e, de outra, a nítida separação entre as funções de direção e as puramente de execução;
- f) racionalização constante dos serviços administrativos, visando à simplificação das relações entre os órgãos e serviços, entre estes e o público, de maneira a se obterem decisões prontas, execução rápida a um custo mínimo possível;
- g) adoção de medidas que visem à integração e à interação da comunidade na administração dos negócios públicos.

Art. 3º - O planejamento das atividades municipais e a sua execução guardarão inteira consonância com os planos e programas do Governo do Estado e dos órgãos da Administração Federal.

Art. 4º - Objetivando a maior eficiência possível da Administração, o Município dará ênfase preferencialmente às atividades ou serviços de:

- I - polícia administrativa;
- II - obras públicas de urbanização;
- III - iluminação pública;
- IV - limpeza pública;
- V - transportes coletivos;
- VI - cemitérios e serviços funerários;
- VII - abastecimento.

Art. 5º - Os serviços de trânsito serão exercidos pelo Município de acordo com a competência que lhe é conferida pela legislação federal específica.

Art. 6º - Será supletiva ou complementar a ação do Município relativamente aos serviços de fomento à economia, desenvolvimento comunitário, ensino e cultura, saúde e assistência social.

Art. 7º - Em assunto de educação, a Prefeitura atuará, preferencialmente, na área do ensino primário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

Art. 8º - Evitar-se-á, sempre que possível, a duplicação de atividades de igual natureza mantidas isoladamente pela União ou pelo Estado ou pelo Município.

Parágrafo Único - Constatada a existência de atuação concorrente, poderá o Prefeito Municipal firmar convênios ou acordos com o Estado ou órgãos da União, objetivando evitá-la.

CAPÍTULO II

Da Estrutura

Art. 9º - O sistema administrativo da Prefeitura Municipal de Goiânia compõe-se basicamente dos seguintes órgãos:

I - Órgãos de decisão coletiva

1. Junta de Recursos Fiscais

II - Órgãos de assessoramento

1. Escritório de Planejamento

2. Secretaria do Prefeito

3. Procuradoria Geral do Município

III - Órgãos de administração geral

1. Secretaria de Administração

2. Secretaria de Finanças

IV - Órgãos de administração específica

1. Secretaria de Educação e Cultura

2. Secretaria de Obras

3. Secretaria de Serviços Públicos

V - Órgãos de desconcentração territorial

1. Subprefeitura de Senador Canêdo

VI - Órgãos autônomos

1. Superintendência das Obras de Pavimentação
Asfáltica da Capital - PAVICAP

2. Departamento Municipal de Estradas de Rodagem - DMER

3. Superintendência do Parque Mutirama
MUTIRAMA

4. Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC

5. Companhia de Abastecimento de Goiânia -
COMAB



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

6. Companhia de Habitação Popular de Goiás - COHAB-GO.

§ 1º - O órgão do item I vincula-se ao Prefeito por linha de coordenação.

§ 2º - Os órgãos dos itens II, III, IV e V constituem a administração centralizada da Prefeitura e se subordinam ao Prefeito por linha de autoridade integral.

§ 3º - Os órgãos do item VI, dotados de personalidade jurídica própria, estão sujeitos à supervisão e ao controle do Prefeito ou do órgão a que a lei expressamente os vincular.

Art. 10 - Os órgãos autônomos e a Junta de Recursos Fiscais se regem por leis e regimentos próprios.

Art. 11 - Além das unidades integrantes da estrutura permanente do sistema administrativo da Prefeitura, poderão ser constituídos grupos de trabalho de duração transitória e com fins específicos.

CAPÍTULO III

Da Competência e Composição dos Órgãos

Seção 1ª

Do Escritório de Planejamento

Art. 12 - O Escritório de Planejamento tem como objetivo básico formular e desenvolver, direta ou indiretamente, o processo de planejamento do Município, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Goiânia.

Art. 13 - Integram a estrutura do Escritório de Planejamento os seguintes órgãos:

- I - Serviços Auxiliares
- II - Grupo de Urbanismo
- III - Grupo de Infraestrutura
- IV - Grupo de Orçamento e Economia
- V - Grupo Institucional
- VI - Grupo Sócio-Cultural

Art. 14 - O Escritório de Planejamento é o centro de comando do sistema de planejamento institucionalizado por esta lei, bem assim de controle e avaliação dos resultados da execução do Plano de Desenvolvimento Local Integrado



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

de Goiânia.

Art. 15 - Todos os órgãos da Prefeitura dependem da orientação técnica, consubstanciada em normas gerais a serem expedidas periodicamente pelo Escritório de Planejamento, que assegurem o êxito da execução do Plano de Desenvolvimento Local Integrado.

Art. 16 - Os órgãos que integram o sistema administrativo da Prefeitura devem fornecer ao Escritório de Planejamento todas as informações e demais dados necessários ao desempenho regular de suas atribuições.

VI - Departamento de Serviços Gerais

Seção 2ª

Da Secretaria do Prefeito

Art. 17 - A Secretaria do Prefeito é o órgão que tem por finalidade exercer as atividades de coordenação político-administrativa da Prefeitura, de divulgação e de relações públicas da Prefeitura; de preparação, registro, publicação e expedição dos atos do Prefeito.

Art. 18 - Integram a estrutura da Secretaria do Prefeito os seguintes órgãos:

I - Serviço de Expediente

II - Assessoria de Relações Públicas

III - Secretaria Particular do Prefeito

III - Departamento da Despesa

Seção 3ª

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 19 - A Procuradoria Geral do Município é o órgão encarregado do assessoramento jurídico dos órgãos e entidades da Prefeitura; da defesa do patrimônio do Município, e de sua representação judiciária.

Art. 20 - Integra a estrutura da Procuradoria Geral do Município o Gabinete do Procurador-Geral.

pedagógica nas unidades de ensino primário, médio e superior; pelo fornecimen

Seção

Da Secretaria da Administração

Art. 21 - A Secretaria da Administração é o órgão encarregado dos assuntos referentes a recrutamento, seleção, treinamento, regime jurídico, controle funcionais e demais atividades de pessoal; padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle de todo o material utilizado na Prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

tura; registro, conservação e controle dos bens patrimoniais; recebimento, distribuição, controle do andamento e arquivamento definitivo de papéis da Prefeitura; vigilância e zeladoria.

Art. 22 - Integram a estrutura da Secretaria da Administração os seguintes órgãos:

- I - Gabinete do Secretário
- II - Departamento de Pessoal
- III - Serviço Médico
- IV - Centro de Treinamento
- V - Departamento de Material e Patrimônio
- VI - Departamento de Serviços Gerais

Seção 5ª

Da Secretaria de Finanças

Art. 23 - A Secretaria de Finanças é o órgão encarregado de executar a política financeira do Município; das atividades de lançamento, fiscalização e arrecadação dos tributos e rendas municipais; do recebimento, pagamento, guarda e movimentação dos dinheiros e outros valores do Município, do controle e escrituração contábil da Prefeitura.

Art. 24 - Integram a estrutura da Secretaria de Finanças os seguintes órgãos:

- I - Gabinete do Secretário
- II - Departamento da Receita
- III - Departamento da Despesa
- IV - Contadoria Geral
- V - Tesouraria Geral

Seção 6ª

Da Secretaria da Educação e Cultura

Art. 25 - A Secretaria da Educação e Cultura é o órgão responsável pelas atividades de ensino primário, e, complementarmente, pelas de ensino médio; pela elaboração de estudos e pesquisas sobre a educação primária; pela orientação pedagógica nas unidades de ensino municipais; pelo fornecimento de merenda escolar aos alunos das escolas públicas primárias do Município; pela promoção e difusão cultural; pela organização e funcionamento de estabelecimentos de difusão cultural; pela promoção e incrementação das atividades turísticas e recreativas do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

Art. 26 - Integram a estrutura da Secretaria da Educação e Cultura:

- I - Gabinete do Secretário
- II - Departamento de Educação
- III - Departamento de Cultura, Turismo e Recreação.

Seção 7ª

Da Secretaria de Obras

Art. 27 - A Secretaria de Obras é o órgão incumbido de executar as atividades concernentes à construção e conservação das obras públicas municipais, assim como dos próprios da municipalidade; ao licenciamento e à fiscalização de edificações particulares e dos loteamentos; à abertura de novas artérias e logradouros públicos; à guarda e manutenção da frota de veículos e máquinas, e aos serviços industriais de marcenaria e carpintaria.

Art. 28 - Integram a estrutura da Secretaria de Obras os seguintes órgãos:

- I - Gabinete do Secretário
- II - Departamento de Obras Públicas
- III - Departamento de Fiscalização de Edificações e Loteamentos
- IV - Departamento de Transportes
- V - Serviço de Marcenaria e Carpintaria
- VI - Serviço de Iluminação Pública

Seção 8ª

Da Secretaria de Serviços Públicos

Art. 29 - A Secretaria de Serviços Públicos é o órgão encarregado de executar as atividades relativas à manutenção da limpeza pública da cidade; à administração dos cemitérios; à manutenção dos parques, praças e jardins; à arborização; à fiscalização dos serviços públicos concedidos ou permitidos; aos serviços de trânsito; à regulamentação e fiscalização de feiras livres e de mercados; e à fiscalização de posturas.

Art. 30 - Integram a estrutura da Secretaria de Serviços Públicos os seguintes órgãos:

- I - Gabinete do Secretário



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

- II - Departamento Municipal de Trânsito
- III - Departamento de Limpeza Urbana
- IV - Departamento de Parques e Jardins
- V - Serviço de Fiscalização de Posturas
- VI - Serviço de Cemitérios
- VII - Serviço de Mercados e Feiras.

Seção 9ª

Da Subprefeitura de Senador Canêdo

Art. 31 - A Subprefeitura de Senador Canêdo é o ôrgão encarregado, no Distrito de Senador Canêdo, de representar a administração municipal, executando ou fazendo executar as leis, posturas e atos, de acôrdio com as instruções recebidas do Prefeito Municipal; de arrecadar os tributos e rendas municipais dentro dos limites de sua jurisdição; de superintender a execução de obras de pequeno porte ou outras que lhe forem delegadas; de executar os serviços públicos-distritais e de coordenar as atividades locais executadas pelos diferentes ôrgãos da Prefeitura.

§ 1º - A Subprefeitura de Senador Canêdo está sujeita à orientação técnica, ao contrôlê e à fiscalização, nos assuntos de competência de cada um, dos ôrgãos centralizados da Prefeitura Municipal.

§ 2º - O Chefe do Executivo Municipal poderá, mediante decreto, criar os ôrgãos necessários ao regular desempenho das atividades da Subprefeitura de Senador Canêdo, previstas neste artigo.

Seção 10ª

Da Junta de Recursos Fiscais

Art. 32 - O Conselho Municipal de Contribuintes, ôrgão criado pela Lei nº 510, de 10 de fevereiro de 1.955 e modificada pela Lei nº 2.294, de 17 de março de 1.965, passa a denominar-se Junta de Recursos Fiscais, com a finalidade de decidir em grau de recurso e em segunda instância administrativa, as questões em que sejam partes conflitantes a Fazenda Municipal e os contribuintes.

Seção 11ª

Do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem

Art. 33 - O Departamento Municipal de Estradas de Rodagem, autarquia criada pela Lei nº 3, de 27 de março



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

de 1.951, dotado de autonomia administrativa e financeira, tem a seu encargo a elaboração e execução do Plano Rodoviário Municipal, obedecendo às diretrizes dos planos rodoviários federal e estadual.

Seção 12ª

Da Superintendência das Obras de Pavimentação

Asfáltica da Capital

Art. 34 - A Superintendência de Pavimentação e Obras da Capital - PAVICAP - autarquia criada pela Lei nº 3.354, de 7 de fevereiro de 1.966, passa a denominar-se Superintendência das Obras de Pavimentação Asfáltica da Capital - PAVICAP -, tendo a seu encargo a realização das obras de pavimentação asfáltica de Goiânia, demais obras complementares de infraestrutura, conservação do sistema viário urbano e outras obras que lhe forem delegadas pelo Prefeito.

Seção 13ª

Da Superintendência do Parque Mutirama

Art. 35 - A Superintendência do Parque Mutirama - Centro de Educação, Recreação e Diversões, autarquia criada pela Lei nº 4.178, de 14 de agosto de 1.969, passa a denominar-se Superintendência do Parque Mutirama - MUTIRAMA -, com o encargo de programar, desenvolver e executar atividades recreativas, esportivas e de educação física, proporcionando ambiente de diversão e lazer aos seus frequentadores.

Seção 14ª

Da Fundação Municipal de Desenvolvimento

Comunitário

Art. 36 - A Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário-FUMDEC- órgão autônomo, de direito privado, tem por finalidade a execução da política de desenvolvimento comunitário e de promoção social do indivíduo, no Município de Goiânia.

Seção 15ª

Da Companhia de Abastecimento de Goiânia

Art. 37 - A Companhia de Abastecimento de Goiânia-COMAB- sociedade por ações, tem por objetivo centralizar as



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

atividades de abastecimento de gêneros alimentícios à população goianiense, de maneira que sejam adquiridos pelos consumidores a um preço mínimo e qualitativamente melhores.

Seção 16ª

Da Companhia de Habitação Popular de Goiás

Art. 38 - A Companhia de Habitação Popular de Goiás - COHAB-GO, sociedade por ações, criada pela Lei nº 3.012, de 6 de abril de 1.965, tem por objetivo estudar e equacionar os problemas de habitação popular na área de sua jurisdição, com a finalidade de proporcionar às classes de rendas mais baixas a aquisição de casa própria.

CAPÍTULO IV

Da Implantação do Sistema

Art. 39 - Os órgãos criados por esta lei serão implantados à medida em que:

- I - dispuserem de recursos financeiros;
- II - forem dotados de pessoal, material e instalações necessários aos seus serviços;
- III - tiverem os seus regimentos internos aprovados.

Art. 40 - Os órgãos integrantes da atual estrutura da Prefeitura serão extintos à medida em que forem aprovados os regimentos internos dos novos órgãos, para os quais serão transferidos seus acêrvos.

Art. 41 - Extinto o órgão da atual estrutura administrativa, na conformidade do disposto no artigo anterior, extinguir-se-á automaticamente o cargo em comissão ou função gratificada correspondente à sua chefia.

Parágrafo Único - Os encargos de chefias dos novos órgãos serão atendidos através dos cargos em comissão criados por esta lei e pela criação de funções gratificadas.

Art. 42 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a complementar, mediante decreto, a organização administrativa da Prefeitura, criando os órgãos de nível inferior ao de Departamento ou Serviço, observando os princípios gerais estabelecidos nesta Lei.

Art. 43 - O Prefeito Municipal baixará, no prazo de 90 (noventa) dias, os Regimentos Internos dos órgãos da



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

administração direta criados pelo art. 9º da presente lei, nos quais deverão constar:

I - atribuições gerais das diferentes unidades administrativas de cada órgão;

II - atribuições específicas e comuns dos servidores investidos em funções de supervisão e chefia;

III - normas de trabalho que, por sua própria natureza, não devam constituir objeto de disposições em separado.

Art. 44 - Nos regimentos internos de que trata o artigo anterior poderá o Prefeito Municipal delegar competência às diversas chefias para proferir despachos decisórios, podendo, a qualquer momento, evocar a si a competência delegada.

Parágrafo Único - É indelegável a competência decisória do Prefeito nos seguintes casos, sem prejuízo de outros que os atos normativos indicarem:

- I - iniciativa, sanção, promulgação e vetos de Leis;
- II - convocação extraordinária da Câmara Municipal;
- III - provimento e vecância dos cargos públicos municipais;
- IV - admissão e contratação de servidores, a qualquer título e qualquer que seja a sua categoria, bem como sua demissão, dispensa, rescisão e revisão de contrato;
- V - aprovação de regulamentos e de regimentos internos;
- VI - criação, alteração e extinção de órgãos autorizadas pela Câmara;
- VII - abertura de créditos adicionais;
- VIII - aprovação de concorrência pública;
- IX - aprovação de despesas superiores a 200 (duzentas) vezes o salário-mínimo vigente no Município de Goiânia;
- X - aprovação de loteamentos, ou de desmembramentos de terrenos;
- XI - concessão de exploração de serviços públicos ou de utilidade pública;
- XII - permissão, a título precário, de serviços públicos ou de utilidade pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

XIII - alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal;

XIV - aquisição de bens imóveis por compra ou permuta

XV - quaisquer outros atos, que, por sua natureza, devam ser objeto de decreto.

CAPÍTULO V

Das Disposições Referentes a Pessoal

Art. 45 - Os cargos de provimento em comissão da Prefeitura Municipal e os seus respectivos vencimentos são os constantes do Anexo I que acompanha a presente Lei.

Art. 46 - O Prefeito Municipal, no decreto de nomeação de Secretários Extraordinários, cargos criados pela presente lei, deverá fixar suas atribuições e normas necessárias ao desempenho de sua missão.

Art. 47 - Aos funcionários à disposição do Município para o exercício de funções técnico-especializadas ou de real importância, poderá ser arbitrada uma gratificação de representação de até NCR\$ 700,00 (setecentos cruzeiros novos) mensais.

Art. 48 - Os cargos em comissão, exceto os de Secretário Municipal, cujo exercício exija conhecimentos técnico-especializados de seus ocupantes, somente poderão ser providos por pessoal de nível superior, respeitada a qualificação profissional específica para cada caso.

Parágrafo Único - O chefe do Executivo Municipal fixará, por decreto, as exigências mínimas para o provimento dos cargos em comissão previstos no Anexo I da presente Lei.

Art. 49 - O artigo 38, da Lei nº 3.962, de 12 de agosto de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 38 - A fixação dos símbolos das Funções Gratificadas obedecerá aos critérios seguintes:

I - FG-1 ou FG-2 - para a chefia de Departamentos, Serviços ou órgãos equivalentes subordinados diretamente a Secretário Municipal;

II - FG-2 ou FG-3 para a chefia de Divisões ou órgãos hierarquicamente equivalentes".



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

Art. 50 - As atividades de pessoal, material, patrimônio, protocolo, arrecadação, contabilidade, programação e orçamento serão organizadas por sistemas integrados por todos os órgãos que na Prefeitura exerçam essas atividades.

§ 1º - São órgãos centrais dos respectivos sistemas o Departamento de Pessoal, o Departamento de Material e Patrimônio, o Protocolo Geral, o Departamento da Receita, o Departamento da Despesa, a Contadoria Geral e o Grupo de Orçamento e Economia.

§ 2º - Os órgãos de um sistema, qualquer que seja a sua subordinação, consideram-se submetidos à orientação normativa, ao controle e à fiscalização do órgão central do sistema.

Art. 51 - As repartições municipais devem funcionar perfeitamente articuladas, em regime de mútua colaboração, de modo a assegurar a integração horizontal prevista na sistemática do planejamento integrado.

Art. 52 - A Prefeitura dará atenção especial ao ... treinamento dos seus servidores, através de seus próprios meios ou fazendo-os, na medida das disponibilidades financeiras do Município e da conveniência dos serviços, frequentar cursos e estágios especiais de treinamento.

Art. 53 - Fica expressamente revogada a Lei nº 877, de 29 de agosto de 1.957.

Art. 54 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder, no orçamento da Prefeitura, aos reajustamentos que se fizerem necessários em decorrência desta Lei, respeitados os elementos e programas.

Art. 55 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 56 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta e nove (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

LEONINO CAIADO

Prefeito Municipal

CELSON RESENDE COSTA

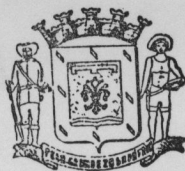
ALAIR MALTA SEGURADO

FORM-G - 001

BAF.

MANOEL DINÍZ LACERDA

ROBERTO GUEDES COELHO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

Gabinete do Prefeito

A N E X O I

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

QUANTITATIVOS	D E N O M I N A Ç Õ E S	SÍMBOLOS
6	Secretário Municipal	C-1
1	Procurador-Geral	C-1
2	Secretário-Extraordinário	C-1
1	Secretário Particular do Prefeito	C-1
1	Diretor do Departamento da Receita	C-2
1	Contador-Geral	C-2
1	Diretor do Departamento de Fiscalização de Edificações e Loteamentos	C-2
1	Diretor do Departamento Municipal de Trânsito	C-2
1	Diretor do Departamento de Limpeza Urbana	C-2
1	Assessor-Chefe de Relações Públicas	C-2
1	Tesoureiro-Geral	C-2
1	Diretor do Departamento de Educação	C-2
1	Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Recreação	C-2
1	Diretor do Departamento da Despesa	C-2
1	Diretor do Departamento de Transportes	C-2
7	Chefe de Gabinete	C-2
2	Médico	C-2
7	Oficial de Gabinete	C-3
6	Assessor de Imprensa	C-4
1	Subprefeito de Senador Canêdo	C-4

LEI Nº 4.273, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

" Autoriza o Executivo Municipal a retificar e a ratificar os contratos, ajustes, acôrdos e convênios com o B.N.H."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:--

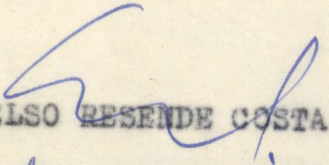
Art. 1º - É o Prefeito Municipal autorizado a retificar e a ratificar os contratos, ajustes, acôrdos e convênios celebrados entre o Banco Nacional de Habitação - B.N.H. e Companhia de Habitação Popular de Goiás - COHAB-GO para o desempenho das suas finalidades.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

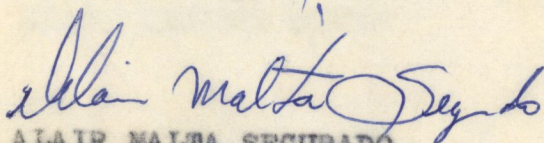
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).



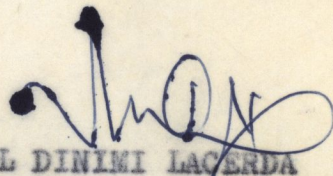
LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal



CELSO RESENDE COSTA



ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIMI LACERDA



ROBERTO GUEDES COELHO

Quocunadava

LEI Nº 4.274, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Concede benefício a Produtores Cinematográficos".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:--


Art. 1º - A renda proveniente da arrecadação do imposto de prestação de serviços que incide sobre os Cinemas pela exibição de filmes nacionais, rodados no Estado de Goiás, reverter-se-á em benefício dos seus produtores, desde que o roteiro satisfaça as seguintes condições.

- a) Ação desenvolvida no Estado de Goiás.
- b) Verse tema relacionado com a vida, tradição e a cultura de Gente de Goiás.

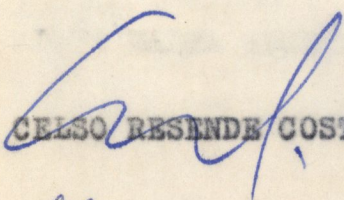
Art. 2º - Os produtores de películas cinematográficas que se julgarem com direito à percepção do Benefício estabelecido nesta lei, poderão requerê-lo logo após a exibição do filme nos cinemas de Goiânia, instruindo o pedido com a prova de que foram satisfeitos requisitos do art. 1º.

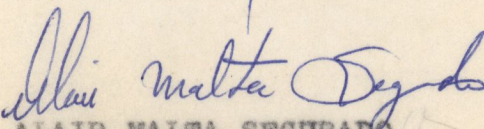
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta e nove (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).

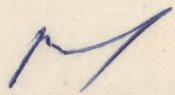

LEONINO CAIADO

Prefeito Municipal


CELSON RESENDE COSTA


ALAIR MALTA SEGURADO


MANOEL DINIZ LASERRA


ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.275, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Dispõe sobre denominação de via pública"

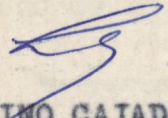
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

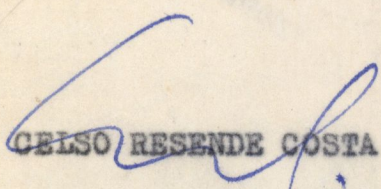
Art. 1º - A Avenida T-7, situada no Setor Bueno, nesta Capital, passa a denominar-se Avenida da INDEPENDÊNCIA.

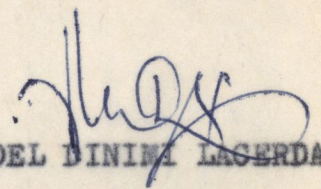
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

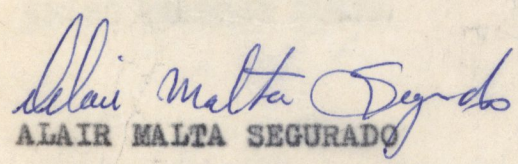
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

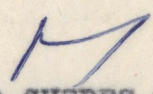
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos ~~trinta~~
~~ta 6 () 30~~ dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta
e nove () 1.969).


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSON RESENDE COSTA


MANOEL DINIZ LAGERDA


ALAIR MALTA SEGURADO


ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.276, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Concede título de cidadão goianiense".


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

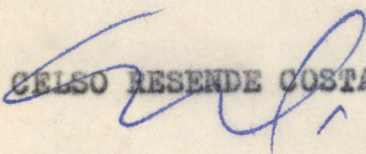
Art. 1º - FICA, pela presente lei, concedido o título honorífico de cidadão goianiense ao senhor Professor ALFREDO DE FARIA CASTRO.

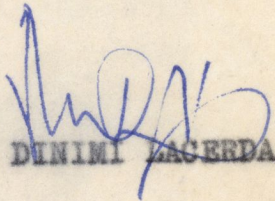
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

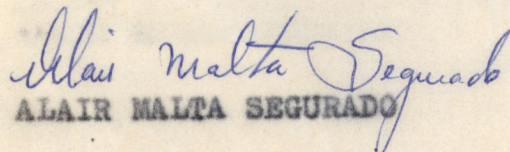
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos trinta (30) dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1.969).


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSON RESENDE COSTA


MANOEL DINIZ LACERDA


ALAIR MALTA SEGURADO


ROBERTO GUEDES COELHO

Procuradoria

LEI Nº 4.277, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Denomina Praça"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:-

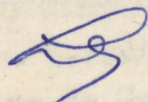
Art. 1º - Fica denominada Praça PILADE BAIOCCHI, a praça existente entre as ruas 10, 12 e 15, do Setor Oeste, nesta Capital.

Art. 2º - É autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à construção da praça mencionada no artigo anterior.

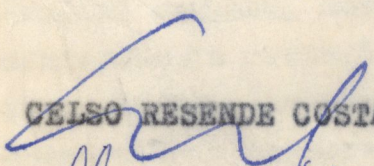
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

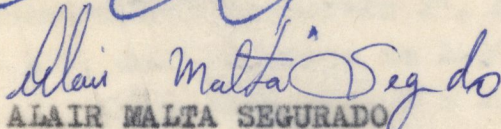
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos -
trinta (30) dias do mês de dezembro de mil e novecentos e sessenta e nove. (1.969).




LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal



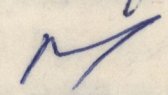
CELSON RESENDE COSTA



ALAIR MALTA SEGURADO



MANOEL DINIZ LACERDA



ROBERTO GUEDES COELHO

Procurador

LEI Nº 4.278, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.969.

"Dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos, relativo ao Triênio 1.970 a 1.972, nos termos da Legislação Federal em vigor"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a dispendar até a importância de NCr\$ 84.849.140,00 (oitenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, cento e quarenta cruzeiros novos), correspondente às despesas de capital, discriminadas no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o período de 1.970 a 1.972, conforme Quadros de Recursos e de Aplicação de capital, em anexo.

Art. 2º - No cumprimento do disposto no artigo anterior, serão observados em cada exercício, os limites parciais das despesas de capital, fixados no Orçamento Plurianual de Investimentos.

Art. 3º - Não atingidos no exercício, os limites parciais a que se refere o artigo anterior, as parcelas não utilizadas passarão a acrescer as disponibilidades do exercício seguinte, destinadas ao mesmo investimento.

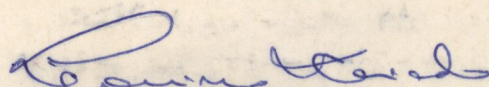
Art. 4º - As Receitas de Capital para execução do programa constante dos Quadros de Recursos e de Aplicação de Capital em anexo, serão formados pelo superavit dos orçamentos correntes dos respectivos exercícios, pela obtenção de empréstimos e financiamentos internos ou externos e demais fontes enumeradas no parágrafo 2º, do artigo 11 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

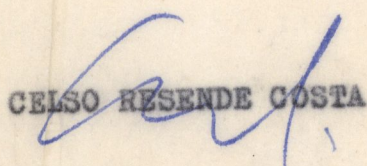
Art. 5º - É o Poder Executivo autorizado a contrair os empréstimos e financiamentos de que menciona o artigo anterior, podendo oferecer como garantia o produto do recebimento, pela Prefeitura Municipal, do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Municípios.

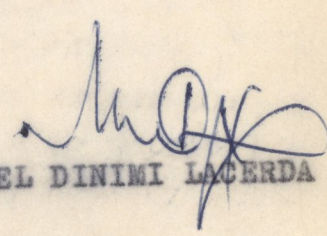
Art. 6º - Fica, igualmente, autorizado o Poder Executivo a abrir os créditos adicionais necessários ao ajustamento da Lei de Meios para o exercício de 1.970, a este Orçamento Plurianual de Investimentos.

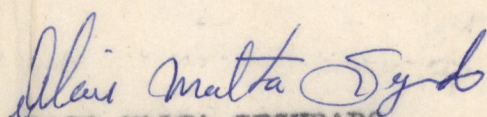
Art. 7º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1.970, revogadas as disposições em contrário, especialmente, a Lei nº 4.110, de 30 de dezembro de 1.968.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos
trinta ((30)) dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta
e nove (1.969).


LEONINO CAIADO
Prefeito Municipal


CELSO RESENDE COSTA


MANOEL DINIMI LACERDA


ALAIR MALTA SEGURADO


ROBERTO GUEDES COELHO